



UNIVERSIDADE DO SUL CATARINENSE - UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO - PPGDS
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

RAFAEL BORGES MANENTI

COOPERATIVISMO DE CRÉDITO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM
ESTUDO DE CASO DA COOPERATIVA DE CRÉDITO LITORÂNEA NA REGIÃO
SUL CATARINENSE

CRICIÚMA
2022

RAFAEL BORGES MANENTI

**COOPERATIVISMO DE CRÉDITO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM
ESTUDO DE CASO DA COOPERATIVA DE CRÉDITO LITORÂNEA NA REGIÃO
SUL CATARINENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico

Orientador: Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam

Coorientador: Prof. Dr. Reginaldo de Souza Vieira

CRICIÚMA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

M274c Manenti, Rafael Borges.

Cooperativismo de crédito e desenvolvimento regional : um estudo de caso da Cooperativa de Crédito Litorânea na região sul catarinense / Rafael Borges Manenti. - 2022.

121 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2020.

Orientação: Dimas de Oliveira Estevam.

Coorientação: Reginaldo de Souza Vieira.

1. Cooperativismo. 2. Crédito rural. 3. Cooperativas de crédito agrícola. 4. Desenvolvimento socioeconômico - Região Sul – Santa Catarina. 5. Cooperativas de crédito – Estudo de casos. 6. Desenvolvimento regional. - I. Título.

CDD 23. ed. 334.2098164

Bibliotecária Elisângela Just Steiner – CRB 14/1576

Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

RAFAEL BORGES MANENTI

COOPERATIVISMO DE CRÉDITO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM ESTUDO DE CASO DA COOPERATIVA DE CRÉDITO LITORÂNEA NA REGIÃO SUL CATARINENSE

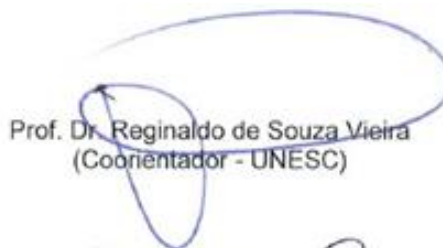
Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico na área de Desenvolvimento e Gestão Social no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 25 de agosto de 2022.

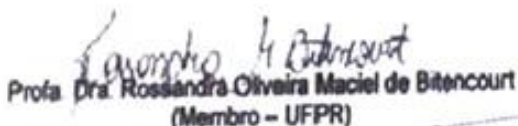
BANCA EXAMINADORA



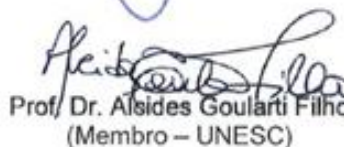
Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam
(Presidente e Orientador – UNESC)



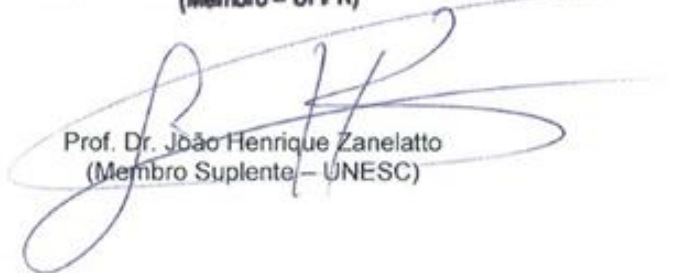
Prof. Dr. Reginaldo de Souza Vieira
(Coorientador - UNESC)



Prof. Dra. Rosângela Oliveira Maciel de Bitencourt
(Membro – UFPR)




Prof. Dr. Alsidés Goularti Filho
(Membro – UNESC)



Prof. Dr. João Henrique Zanelatto
(Membro Suplente – UNESC)

RAFAEL BORGES MANENTI
Assinado de forma digital por RAFAEL BORGES MANENTI
Dados: 2022.10.18 09:45:43 -03'00'
Rafael Borges Manenti
(Discente)



Prof. Dr. João Henrique Zanelatto
Coordenador do PPGDS – UNESC

Dedico esse trabalho aos meus pais, que sempre fizeram o possível para me apoiar na realização dos meus objetivos. A eles, agradeço por toda dedicação.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a minha família, por todo apoio e dedicação ao longo da minha vida, para que eu seguisse em busca dos meus sonhos. A minha esposa, que me confortou nos momentos de dificuldades e que pensei em desistir.

Aos meus colegas e professores, por toda contribuição para a minha aprendizagem e evolução acadêmica. Com eles, o caminho para a realização deste trabalho foi mais gratificante. Agradecimento especial para meu professor orientador, Dr. Dimas de Oliveira Estevam, parceiro na promoção e defesa do cooperativismo no meio acadêmico.

Por fim, agradeço a Cooperativa de Crédito Litorânea (Sicoob Credija), sobretudo nas pessoas de seus diretores executivos, pelo aceite a participar deste trabalho, contribuindo para a sua realização, incentivando a busca pela melhoria e desenvolvimento constante.

*“The wealth of a nation is measured by the wealth
of the people and not by the wealth of princes.”*

Adam Smith

RESUMO

O presente trabalho se trata de um estudo sobre o cooperativismo, mormente do ramo creditício, aprofundando-se na concessão de crédito rural por cooperativas de crédito. A análise se dá por meio de estudo de caso, sendo o objeto de análise a Cooperativa de Crédito Litorânea e a sua participação no desenvolvimento socioeconômico da região sul catarinense. O objetivo geral foi analisar as contribuições da Cooperativa de Crédito Litorânea no desenvolvimento socioeconômico da região do sul catarinense, por meio da concessão de crédito rural cooperativista, e pela percepção dos associados. Teve como objetivos específicos: Contextualizar a história e os fundamentos jurídicos do cooperativismo de crédito, conhecer a instituição Cooperativa de Crédito Litorânea, analisar quantitativamente a concessão de crédito rural cooperativista e a sua relação com o PIB da região sul catarinense, discorrer qualitativamente a percepção dos associados da cooperativa, e por fim, apresentar a relação entre o desenvolvimento socioeconômico dos municípios do sul catarinenses e a concessão de crédito rural pela Cooperativa de Crédito Litorânea. Nesse sentido, questionou-se: Quais as contribuições da Cooperativa de Crédito Litorânea no desenvolvimento socioeconômico da região do sul catarinense? A metodologia utilizada foi do tipo quali-quantitativa, contendo revisão bibliográfica, análise de documentos, dados econômicos, bem como entrevistas do tipo semidirigida na pesquisa de campo. Por fim, concluiu-se positivamente, considerando a participação ativa da cooperativa investigada na vida econômica e social da população sul catarinense, por meio de serviços financeiros e projetos socioambientais.

Palavras-chave: Cooperativismo. Crédito Rural. Desenvolvimento Econômico. Desenvolvimento Social. Estudo de Caso.

RESUMEN

El presente trabajo es un estudio sobre el cooperativismo, especialmente en el campo crediticio, profundizando en el otorgamiento de crédito rural por parte de las cooperativas de ahorro y crédito. El análisis se realiza a través de un estudio de caso, siendo el objeto de análisis la Cooperativa de Crédito Litorânea y su participación en el desarrollo socioeconómico de la región sur de Santa Catarina. El objetivo general fue analizar las contribuciones de la Cooperativa de Crédito Litorânea en el desarrollo socioeconómico de la región sur de Santa Catarina, a través de la concesión de crédito rural cooperativo, ya través de la percepción de los asociados. Sus objetivos específicos eran: Contextualizar la historia y los fundamentos jurídicos de las cooperativas de crédito, conocer la institución Cooperativa de Crédito Litorânea, analizar cuantitativamente la concesión de crédito rural cooperativo y su relación con el PIB de la región sur de Santa Catarina, discutir cualitativamente la percepción de los asociados de la cooperativa y, finalmente, presentar la relación entre el desarrollo socioeconómico de los municipios del sur de Santa Catarina y la concesión de crédito rural por parte de la Cooperativa de Crédito Litorânea. En ese sentido, la pregunta fue: ¿Cuáles son las contribuciones de la Cooperativa de Crédito Litorânea en el desarrollo socioeconómico de la región sur de Santa Catarina? La metodología utilizada fue cualitativa-cuantitativa, conteniendo revisión bibliográfica, análisis de documentos, datos económicos, así como entrevistas semiestructuradas en la investigación de campo. Finalmente, se concluyó positivamente, considerando la participación activa de la cooperativa investigada en la vida económica y social de la población del sur de Santa Catarina, a través de servicios financieros y proyectos socioambientales.

Palabras clave: Cooperativismo. Crédito rural. Desarrollo Económico. Desarrollo Social. Estudio de Caso.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Assembleia de fundação da Cooperativa de Crédito Litorânea, em 1992, no município de Jacinto Machado/SC.....	19
Figura 2 - Primeiro endereço de atendimento da cooperativa, em 1993, no município de Jacinto Machado/SC.....	19
Figura 3 - Atual Sede Administrativa da Cooperativa de Crédito Litorânea, inaugurada em junho de 2011, em Jacinto Machado/SC.....	20

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Liberações Crédito Rural 2015-2019 Sicoob Credija.....	78
Tabela 2 - Produto interno bruto a preços correntes, impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes e valor adicionado bruto a preços correntes total e por atividade econômica, e respectivas participações - Referência 2010.....	78
Tabela 3 - Associados entrevistados.....	87

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Liberação de Crédito Rural X Evolução do PIB em Araranguá/SC.....	79
Gráfico 2 - Liberação de Crédito Rural X Evolução do PIB em Balneário Gaivota/SC.....	80
Gráfico 3 - Liberação de Crédito Rural X Evolução do PIB em Içara/SC.....	80
Gráfico 4 - Liberação de Crédito Rural X Evolução do PIB em Jacinto Machado/SC..	81
Gráfico 5 - Liberação de Crédito Rural X Evolução do PIB em Maracajá/SC.....	82
Gráfico 6 - Liberação de Crédito Rural X Evolução do PIB em Morro da Fumaça/SC.	82
Gráfico 7 - Liberação de Crédito Rural X Evolução do PIB em Praia Grande/SC.....	83
Gráfico 8 - Liberação de Crédito Rural X Evolução do PIB em Santa Rosa do Sul/SC.....	84
Gráfico 9 - Liberação de Crédito Rural X Evolução do PIB em Sombrio/SC.....	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
ANDEF	Associação Nacional de Defesa Vegetal
BACEN	Banco Central
BCB	Banco Central do Brasil
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CRESOL	Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
DAP	Declaração de Habilitação do Pronaf
EUROSTAT	Gabinete de Estatísticas da União Europeia
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MCS	Matriz de Contabilidade Social
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIP	Matriz de Investimentos e Produtos
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCESC	Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina
ONG	Organização Não Governamental
PCP	Planejamento e Controle de Produção
PIB	Produto Interno Bruto
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SCN	Serviços de Crédito Nacional
SICOOB	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SICREDI	Sistema de Crédito Cooperativo
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SNCR	Sistema Nacional de Cadastro Rural

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	A COOPERATIVA DE CRÉDITO LITORÂNEA	18
1.2	PERGUNTA DE PESQUISA.....	20
1.3	OBJETIVO GERAL.....	22
1.3.1	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	22
1.4	JUSTIFICATIVA.....	22
1.5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	27
2	DO COOPERATIVISMO A AGRICULTURA FAMILIAR.....	30
2.1	DA GESTÃO COOPERATIVA.....	34
2.2	DO CRÉDITO RURAL.....	40
2.3	DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	42
3.	DA INTRODUÇÃO ÀS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO.....	55
3.1	DA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE AS PRINCIPAIS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO.....	55
3.2	DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL.....	67
4.	DA APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.....	74
4.1	DO CRÉDITO RURAL E SUA (NÃO) RELAÇÃO COM O PRODUTO INTERNO BRUTO.....	74
4.2	DA PERCEPÇÃO DOS ASSOCIADOS DA COOPERATIVA DE CRÉDITO LITORÂNEA.....	86
5.	CONCLUSÃO.....	91
	REFERÊNCIAS.....	94
	APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO.....	108
	APÊNDICE 2 – ENTREVISTAS.....	108

1. INTRODUÇÃO

No início do século 19, com o advento da Revolução Industrial, surgiu o cooperativismo moderno na Grã-Bretanha, quando a conquista do capital pela força de trabalho desencadeou um grande movimento social. Alguns trabalhadores têxteis (28 operários – 27 homens e 1 mulher) organizaram uma sociedade civil e constituíram a *Rochdale Quitable Pioneers Society Limited* em 24 de outubro de 1844, a primeira cooperativa oficial da história (MEINEN, 2014).

A primeira Cooperativa de Crédito Rural nasceu na Alemanha em 1848 com a ideia de Frederich Wilhelm Raiffeisen de promover o crédito aos agricultores. A cooperativa de crédito urbano surgiu na pequena cidade de Delitzsch na Alemanha em 1867 e foi idealizada pelo magistrado Hermann Schulze (MEINEN, 2014).

A cooperativa de crédito brasileira se originou de Theodor Amstad, um padre jesuíta na Suíça, que liderou a fundação da cooperativa em Nova Petrópolis-RS em 1902, que é a primeira cooperativa de crédito do país. Em 1932, uma pequena colônia localizada no oeste catarinense, então Newport (atual Ituporanga), foi a primeira localidade do estado a obter uma cooperativa de crédito (COOPERATIVISMO, 2020).

As cooperativas são organizações populares baseadas nos valores de ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, justiça e solidariedade. Seus objetivos econômicos e sociais são o objetivo comum de todas as pessoas. Leis e doutrinas são diferentes de outras sociedades. Seus associados acreditam nos valores éticos de honestidade, transparência, responsabilidade social e cuidado com o próximo (CREDIJA, 2020).

A Cooperativa de Crédito é uma instituição financeira formada pela livre associação de pessoas, unidas para conquistar objetivos coletivos em comum, regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Segundo o Banco Central do Brasil, nas cooperativas de crédito, os associados possuem os principais serviços disponíveis nos bancos, isto é, conta corrente, aplicações financeiras, cartão de crédito, empréstimos e financiamentos (BCB, 2020).

Conforme os ensinamentos de Alves e Soares (2006, p. 69):

O setor cooperativista é de singular importância para a sociedade, na medida em que promove a aplicação de recursos privados e assume os correspondentes riscos em favor da própria comunidade onde se desenvolve. Por representar iniciativas diretamente promovidas pelos cidadãos, é importante para o desenvolvimento local de forma sustentável, especialmente nos aspectos de formação de poupança e de financiamento de iniciativas empresariais que trazem benefícios evidentes em termos de geração de empregos e de distribuição de renda.

Deste modo, trata-se de uma organização civil que oferece serviços financeiros, semelhantes aos bancos comerciais. Contudo, diferentemente dos bancos comerciais, nas cooperativas de crédito o cliente é também, ao mesmo tempo, proprietário do negócio, pois é um associado, possui direito de voto, e participa nas decisões da cooperativa por meio das assembleias.

Frisa-se que a instituição cooperativa não visa o lucro propriamente, mas sim a satisfação das necessidades dos associados que compõem a sociedade. Entretanto, é opção segura e viável, porque é regulamentada pelo Banco Central do Brasil, além de contar com um fundo garantidor, semelhante aos bancos comerciais.

Por serem organizações civis de livre adesão, tem grande importância para as pequenas e microrregiões, onde muitas vezes inexistem as instituições financeiras tradicionais, como é o caso do Brasil.

O cooperativismo determina-se por um conjunto de valores que, segundo Meinen (2012), não se exaurem, tais como: Solidariedade, liberdade, democracia, equidade, igualdade, responsabilidade, honestidade, transparência e responsabilidade socioambiental. Outrossim, o cooperativismo possui princípios orientadores, que precípuam a colocar em prática os valores cooperativistas, conforme Meinen (2012): a adesão livre e voluntária, gestão democrática, participação econômica, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação e interesse pela comunidade.

Conforme Meinen (2016), a cooperação gera o progresso de acordo com as características das populações e conforme o potencial da região onde está inserida. Isto porque a instituição cooperativa “atua como braço econômico do núcleo social, acentuando o ambiente empreendedor e, ao fim, melhorando a qualidade de vida dos cidadãos lá fixados, associados ou não” (MEINEN, 2016, p.18). Neste sentido, impulsiona o desenvolvimento local por meio do reinvestimento dos recursos financeiros na própria comunidade, num círculo contínuo.

Ainda em Meinen (2016), o mesmo expõe que a cooperativa de crédito exerce quatro importantes papéis, quais sejam:

- a) Promover a inclusão bancária de pessoas e pequenos empreendedores desassistidos pelas instituições convencionais;
- b) Fomentar o desenvolvimento local e regional, na forma dos reinvestimentos financeiros;
- c) Oferecer um portfólio de produtos adequados às necessidades da população local por um preço justo;
- d) Agregar qualidade ao sistema financeiro nacional por meio da influência positiva.

As cooperativas de crédito exercem um papel socioeconômico de grande importância para as comunidades onde estão inseridas porque contribuem para um desenvolvimento econômico, e social por consequência, em razão do que se denomina Círculo virtuoso do cooperativismo financeiro:

Se os investimentos dos cidadãos e das empresas forem destinados às cooperativas, estas, muitas vezes junto com outros recursos captados no mercado financeiro (trazidos de fora), os realocam na mesma região; redistribuídos, geram renda e aumentam o poder aquisitivo da população, que passa a consumir mais; em decorrência, há incremento no faturamento das empresas; vendendo mais, as empresas abrem novas vagas de trabalho, absorvendo especialmente o público jovem; o aumento nas vendas também repercute na arrecadação de impostos; com mais recursos, o poder público pode investir em infraestrutura e outros projeto de desenvolvimento econômico e social, o que faz ampliar a capacidade produtiva, gerando novas riquezas. (MEINEN, 2014, p. 53).

Conforme já apresentado, as cooperativas de crédito exercem papel fundamental para o desenvolvimento socioeconômico de micro e pequenas regiões. Pode-se concluir que o desenvolvimento, e o subdesenvolvimento, regional são compreendidos hoje por meio de uma história econômica regida por uma dinâmica de economias regionais com pouca interconexão. Bem como, as cooperativas de crédito são hoje a principal instituição financeira em comunidades rurais, onde há pouco interesse de atuação por parte de bancos comerciais; realidade presente em grande parte do território nacional.

1.1 A COOPERATIVA DE CRÉDITO LITORÂNEA

A Cooperativa de Crédito Litorânea é uma cooperativa financeira cujos membros têm direito à obtenção de resultados. Membro do Sicoob (Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil), presta todos os serviços oferecidos pelos bancos comerciais: contas correntes, crédito, investimentos, cartões, previdência, consórcios, seguros, cobrança bancária, pagamentos, etc.

A Cooperativa de Crédito Litorânea foi fundada por um grupo de agricultores em 1992 no município de Jacinto Machado/SC. Naquela época, os camponeses precisavam obter crédito a uma taxa de juros mais justa para financiar suas safras, e também trabalhar mais perto de cada cultura. Com a ata da reunião de fundação e os primeiros 64 associados, a cooperativa iniciou suas atividades em julho daquele ano com apenas dois funcionários.

Atualmente são 15 agências entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (CREDIJA, 2020). A área de atuação da cooperativa inclui 13 municípios, continua a crescer e tem mais de 45 mil associados. Além de fornecer serviços e produtos financeiros, a Cooperativa de Crédito Litorânea também segue os princípios de cooperação estabelecidos em Rochdale, na Inglaterra, na primeira metade do século 19 (1844). A ação social, o desenvolvimento de projetos ambientais, o apoio à formação e educação de jovens e crianças são alguns exemplos que trazem a natureza do cooperativismo e seu compromisso de caminhar com as comunidades em que atuam.

Figura 1 - Assembleia de fundação da Cooperativa de Crédito Litorânea, em 1992, no município de Jacinto Machado/SC.



Disponível em: <https://www.sicoob.com.br/web/sicoobcredija/sobre>. Em 2 de jan. de 2022.

Figura 2 - Primeiro endereço de atendimento da cooperativa, em 1993, no município de Jacinto Machado/SC.



Disponível em: <https://www.sicoob.com.br/web/sicoobcredija/sobre>. Em 2 de jan. de 2022.

Figura 3 - Atual Sede Administrativa da Cooperativa de Crédito Litorânea, inaugurada em junho de 2011, em Jacinto Machado/SC.



Disponível em: <https://www.sicoob.com.br/web/sicoobcredija/sobre>. Em 2 de jan. de 2022.

A Cooperativa de Crédito Litorânea afirma investir em inovação, prestação de serviço qualificado e humanizado aos seus associados, na forma de programas de formação, e promovendo ações que contribuam efetivamente para o desenvolvimento socioeconômico regional.

1.2 PERGUNTA DE PESQUISA

Segundo dados do cooperativismo catarinense pela OCESC (2021) referente aos anos de 2017 a 2020:

- a) O estado catarinense conta com 251 cooperativas, as quais 62 (24,70%) são do ramo de Crédito e 46 do ramo agropecuário (18,32%), que são os ramos mais representativos;
- b) Em 2017 havia 2.291.279 associados, número que cresceu para 3.021.094 em 2020. Isto é, entre os anos indicados 729.815 pessoas se associaram às cooperativas;

c) Do montante total de associados, 2.219.631 (73,47%) são cooperados vinculados a cooperativas de crédito. E somente 73.539 (2,43 %) pertencem a cooperativas agropecuárias;

d) Em 2017 as cooperativas catarinenses empregavam 61.346 pessoas. Já em 2020, este número passou para 73.332. Ou seja, em 4 anos foram gerados 11.986 empregos novos, um aumento de 16,34% em valores nominais;

e) Quantitativamente, também houve evolução dos ingressos/receitas totais. Passando de R\$ 33.211.998 em 2017 para R\$ 49.824.456 em 2020. Compreendendo um acréscimo de R\$ 16.612.458 no período de 4 anos em evidência, ou seja, 44,44% em valores nominais;

f) Destaque para a evolução das sobras e perdas antes das destinações legais e estatutárias. Enquanto em 2017 eram distribuídos R\$ 1.667.417, no ano de 2020 foram distribuídos R\$ 4.448.125. Isto é, uma evolução de 266,76% em valores nominais;

g) Por fim, evidencia-se a evolução do patrimônio líquido das cooperativas catarinense, que inicialmente eram de R\$ 12.223.105 e cresceram para R\$ 19.747.272 no período final.

Considerando as características expostas, corroboradas pelos dados da OCESC, ambas atreladas ao arcabouço do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Unesc, por meio da combinação e interação de diferentes esferas de existência (econômica, política, social e cultural), o desenvolvimento socioeconômico visa promover a democracia e a justiça social e ampliar horizontes de oportunidade em busca da cidadania plena (UNESCO, 2020). Considerando ainda a linha de pesquisa “Desenvolvimento e Gestão Social”, a qual são descritas formas de organização coletiva, movimentos sociais e seus efeitos multiplicadores na geração de emprego e renda (UNESCO, 2020), o tema de pesquisa aqui proposto se mostra com importância e pertinência imperativas.

Isto posto, a presente pesquisa se propõe a questionar: Quais as contribuições da Cooperativa de Crédito Litorânea no desenvolvimento socioeconômico da região do sul catarinense?

1.3 OBJETIVO GERAL

Analisar as contribuições da Cooperativa de Crédito Litorânea no desenvolvimento socioeconômico da região do sul catarinense, por meio da concessão de crédito rural cooperativista, e pela percepção dos associados.

1.3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Contextualizar a história e os fundamentos jurídicos do cooperativismo de crédito com base em referenciais teóricos; conhecer a instituição Cooperativa de Crédito Litorânea;
- b) Analisar quantitativamente a concessão de crédito rural cooperativista e a sua relação com o PIB da região sul catarinense;
- c) Avaliar se há relação entre o desenvolvimento socioeconômico dos municípios do sul catarinense e a concessão de crédito rural pela Cooperativa de Crédito Litorânea;
- d) Investigar qualitativamente a percepção dos associados da cooperativa sobre a Cooperativa de Crédito Litorânea, sobre a sua participação enquanto associado, bem como suas impressões sobre a atuação da instituição e o desenvolvimento socioeconômico regional;

1.4 JUSTIFICATIVA

Como procedimento para coleta de dados, optou-se pela base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD, 2020), a qual contempla 119 instituições, possuindo em julho de 2020, 471.810 dissertações e 172.596 teses.

A BDTD integra e dissemina, em um único portal de busca, os textos completos das teses e dissertações defendidas nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa. O acesso à produção científica é livre de custos, possibilitando o aumento

da visibilidade da produção científica nacional e a difusão de informações de interesse científico e tecnológico para a sociedade, além de proporcionar maior visibilidade aos programas de pós-graduação (BDTD, 2020).

Atualmente, a BDTD se consolida como uma das maiores iniciativas mundiais, para a disseminação e visibilidade de teses e dissertações (BDTD, 2020). Deste modo, a pesquisa contemplou os temas “Cooperativas de Crédito e Desenvolvimento Socioeconômico” e foi realizada no dia 8 de julho, juntamente com a coleta e classificação dos dados. Frisa-se que, para o melhor desenvolvimento do trabalho acadêmico, futuramente serão feitas outras pesquisas vinculando o cooperativismo de crédito a outras temáticas, tais como: desenvolvimento regional, microcrédito a micro e pequenas empresas, desenvolvimento rural e agricultura familiar.

Da pesquisa realizada no banco de dados da BDTD foram encontradas 20 obras vinculando as respectivas temáticas, das quais 17 são do tipo dissertação e 3 do tipo tese. Dentre estas, foram identificadas as três obras com maior pertinência temática em relação as Cooperativas de Crédito e Desenvolvimento Socioeconômico:

Na pesquisa de Suélen dos Santos Garcia. Cooperativismo de crédito: atuação da Cresol como fator de desenvolvimento socioeconômico e combate à pobreza na região sul/RS. 2011. 124 f. Dissertação (Mestrado em Social) - Universidade Católica de Pelotas/RS, 2011. Em resumo, as políticas públicas estão incessantemente comprometidas com a redução da desigualdade socioeconômica do Brasil, quase sempre com base na renda per capita e em grupos localizados. Refutando essa maneira principal de enfrentar a pobreza e o desenvolvimento desses grupos marginalizados, surgiram argumentos alternativos, incluindo a teoria da expansão da capacidade baseada em Amartya Sen, que orienta e explica o trabalho de pesquisa.

Portanto, pressupõe-se que o desenvolvimento das capacidades humanas permitirá a expansão / limitação de suas funções, entendidas como seres humanos que buscam e adquirem o conhecimento que possuem, de maneira metódica, reflexiva e livre. Considerando que a realidade rural é composta por diferentes grupos sociais e trabalhistas, e também retrata as desigualdades socioeconômicas existentes no Brasil, a classe agricultura familiar é definida como o limite da pesquisa e a voz do

agricultor familiar é definida como fonte realista de informação. Entende-se que o crédito cooperativo é um modelo de política que pode atender às políticas para erradicar a pobreza e promover o empreendedorismo e o crescimento, por isso é decidido realizar pesquisas diretas para revelar a realidade das cooperativas de crédito.

No trabalho em evidência, a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária CRESOL, situando-o na Cooperativa Singular de Boa Vista, Município de São Lourenço do Sul/Rio Grande do Sul. A pesquisa pode concluir que as cooperativas de solidariedade têm sido consideradas como escolhas efetivas para a inclusão econômica e social dos grupos empresariais em necessidade. Isso se deve principalmente ao fato de o método ser adequado para esse grupo de público, alcançando assim o objetivo social óbvio de solidariedade, que é proporcionar aos agricultores oportunidades de emprego e renda, para que os agricultores possam desfrutar de melhores condições de vida.

Enquanto metodologia, a pesquisa possui abordagem de análise qualitativa, de cunho exploratório e descritivo, constituindo-se em um estudo de caso. E obteve os seguintes resultados: Os agricultores familiares associados à CRESOL tiveram significativo avanço em relação à qualidade de vida, evidenciados em melhorias quanto ao acesso à educação, ao lazer, aos bens materiais, assim como à qualidade da produção e ao acesso à tecnologia, confirmando os fundamentos da Teoria da Expansão das Capacitações.

Já na pesquisa de Vosnei da Silva. Cooperativo de crédito solidário? A atuação da CRESOL no contexto da chamada agricultura familiar. 2015. 188 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2015. Em resumo, o trabalho teve como objetivo analisar e entender o cooperativismo creditício do sistema CRESOL Baser, seu desenvolvimento histórico, suas características, dinâmicas e tendências centrais, seu papel na agricultura e sua importância para a pequena burguesia rural. Do ponto de vista teórico dos autores marxistas e de suas características gerais no Brasil, apresentou-se uma visão geral da história do corporativismo. Foi enfatizado os elementos importantes das cooperativas, como estrutura interna, cobertura, função, relacionamento com países e mercados financeiros, conceitos políticos e mundiais, contradições internas e

externas e tendências. Posteriormente, se desenvolveu o objetivo de entender como organizar a chamada agricultura familiar em um ramo da economia sob as necessidades urgentes da dinâmica capitalista, o mecanismo escolhido para isso (Crédito Cooperativa) e como isso reflete uma quebra nesse modelo econômico.

Enquanto metodologia, a metodologia utilizada na pesquisa iniciou com a definição da problemática, revisão da produção bibliográfica, posteriormente coleta de dados primários e secundários, IBGE, IPARDES, MDA, OCB além de revistas, site oficial, materiais de divulgação, planejamento estratégico e livros organizados pela cooperativa. E obteve os seguintes resultados: O Sistema CRESOL Baser não se diferencia, em essência, da atuação dos demais bancos e complexos cooperativos “não solidários” e/ou até mesmo dos grandes segmentos empresariais. A atuação de viés solidário procura focar-se num nicho/fatia específico(a) de mercado, ou seja, a agricultura familiar, que nada mais é que uma fração da pequena burguesia rural.

Por fim, na pesquisa de Armindo Werlang Filho, Políticas de financiamento aos microempreendedores: uma ferramenta no combate à desigualdade social. 2010. 138 f. Dissertação (Mestrado em Social) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2010. Em resumo, o trabalho é orientado por pesquisas sobre políticas de financiamento em pequena escala que, se implementadas adequadamente, podem ser usados como uma alternativa à pobreza e à desigualdade social, porque, por meio dessas medidas, o desenvolvimento econômico pode reduzir o índice de pobreza. Além disso, à medida que a realidade social decorrente do desenvolvimento do modo de produção capitalista (PCP) foi exposta, o micro empreendedorismo foi proposto como uma das opções possíveis para enfrentar essa realidade. O desenvolvimento consiste em três capítulos: o primeiro capítulo destaca que o sistema de crédito para pequenos empresários é uma ferramenta viável para combater a pobreza e a desigualdade social.

O capítulo 2 discute as micro e pequenas empresas e questões sociais, destacando o potencial de geração de trabalho e renda dessas empresas e suas dificuldades. No capítulo 3, “Crédito ao microempreendedor e desigualdade social”, é discutida a política de crédito para microempreendedores implementada no País. Entre outras coisas, são discutidas as atuais regulamentações que regem os esquemas de crédito para microempresários e os obstáculos. Sua implementação e

desenvolvimento, grandes iniciativas e o apoio necessário para o bom desempenho do plano do país. Também é feita referência ao Unity Finance and Microfinance, um estudo cuidadoso de sua definição, uma breve história do micro empreendedorismo e o estabelecimento e operação do Grameen Bank para esclarecê-lo como o legado do professor Yunus. Vendo o crédito aos microempresários da perspectiva das cooperativas de crédito e bancos comunitários, eles veem o acesso dos pobres ao crédito como uma maneira de reduzir a desigualdade social, estabelecendo assim uma conexão entre o sistema de crédito dos pequenos empreendedores, e reduzir a pobreza e a desigualdade socioeconômica no país.

Enquanto metodologia, a pesquisa teve natureza analítica, teórico-documental e foi estruturada a partir de referências bibliográficas. Além disso, contou com uma abordagem qualitativa e ao mesmo tempo com parâmetros comuns de características quantitativas, configurando-se como uma pesquisa quanti-qualitativa. E obteve os seguintes resultados: O modelo de micro finanças pode gerar impactos locais quanto a geração de emprego e renda para as camadas mais pobres e conseqüentemente excluídas do sistema financeiro e produtivo. As políticas de microfinanciamento criam a possibilidade de formação de um mercado micro financeiro capaz de atender os excluídos pela pobreza, pois o acesso ao crédito tem importância capital para o desenvolvimento capitalista, além de poder contribuir positivamente para o desenvolvimento local.

Por todo o exposto, infere-se que a cooperação produz progresso com base nas características demográficas e no potencial da área onde o negócio está localizado. Isso porque as instituições cooperativas, como pilar econômico central da sociedade, fortalecem o ambiente empresarial e, em última instância, melhoram a qualidade de vida dos cidadãos que ali se instalam, sejam eles associados ou não. Nesse sentido, promove o desenvolvimento local por meio do reinvestimento de recursos financeiros na própria comunidade, em um ciclo contínuo (MEINEN, 2016).

Segundo o mesmo autor, as cooperativas de crédito desempenham quatro papéis importantes, a saber: promover a inclusão de indivíduos e pequenos empresários negligenciados por instituições tradicionais do setor bancário; promover o desenvolvimento local e regional na forma de reinvestimento financeiro; fornecer

preços razoáveis para atender às necessidades da população local; melhorar a qualidade do sistema financeiro do país por meio de um impacto positivo.

Portanto, as cooperativas de crédito desempenham um papel fundamental no desenvolvimento social e econômico de pequenas e microáreas. Em Santa Catarina, as cooperativas de crédito têm uma posição forte e têm contribuído claramente para a economia regional.

1.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa possui abordagem de análise quali-quantitativa, no sentido de buscar informações em contato com a instituição objeto de análise, com a sociedade, atuando diretamente na procura e investigação de dados obtidos por meio de análise documental, revisão bibliográfica, doutrinas, produções acadêmicas, bem como dados objetivos de Produto Interno Bruto (PIB). Enquanto pesquisa de campo por meio de formulários, questionários, em especial pela realização de entrevista semidirigida ou semiestruturada com associados da cooperativa.

Para contextualizar a história e os fundamentos jurídicos do cooperativismo foi realizada uma revisão bibliográfica. Enquanto que, para analisar quantitativamente a concessão de crédito rural cooperativista e a sua relação com o PIB da região sul catarinense, se buscou indicadores como o PIB. Por fim, para investigar qualitativamente a percepção dos associados, foi realizado uma pesquisa de campo, a técnica de coleta de dados foram questionários e entrevistas.

Na revisão bibliográfica foram utilizadas obras indicadas pelo professor orientador, considerando ser este o responsável no auxílio a nortear o direcionamento do trabalho, além de outras disponíveis ao público acadêmico, em especial na internet. Inicialmente, foram previamente pesquisados os temas: cooperativismo de crédito, introdução as teorias do desenvolvimento, desenvolvimento regional, agricultura familiar e desenvolvimento rural. Posteriormente, além do aprofundamento destas temáticas, também foram abordados ainda os temas: cooperativismo, crédito rural, desenvolvimento local e gestão cooperativa.

Os documentos da instituição em análise foram fornecidos assim que identificados e requeridos, conforme prévia autorização da administração executiva, a

exemplo: relatórios de financiamentos agrícolas/rurais para compra de equipamentos e maquinários, custeio de lavouras, bem como demais produtos oferecidos pela cooperativa.

Os documentos foram coletados com intuito de analisar e quantificar o volume de crédito rural oferecido nas regiões especificadas (municípios do sul catarinense) ao longo dos últimos 5 anos (2015 - 2019), e fazer um comparativo com a evolução do PIB de cada município beneficiado pela atuação da instituição.

A Cooperativa de Crédito Litorânea contabiliza ao ano de 2022 com mais de 46 mil associados espalhados entre as 15 agências, das quais 13 estão localizadas no Sul de Santa Catarina e 2 no Norte do Rio Grande do Sul.

O subtipo entrevista semiestruturada é um guia de tópicos, mais curto, utilizado como roteiro para o encontro. Algumas questões tópicas são bem compreendidas e podem ser feitas, mas toda a entrevista não é predeterminada e as respostas não são previstas. A direcionalidade se alterna sutilmente entre os participantes e, portanto, não ocorre de forma aleatória, e não é guiada pelos desejos exclusivos do entrevistador ou do entrevistado. As entrevistas semiestruturadas são altamente dinâmicas, portanto, pensar em como conduzir entrevistas é apenas uma tentativa de modelá-las (BONI; QUARESMA, 2005).

Geralmente, as entrevistas semidirigidas devem começar com um caráter aberto ao considerar a primeira pergunta - a chamada pergunta-gatilho. Concentra-se no trabalho investigativo e incentiva a geração de ideias que devem ser bem compreendidas para desenvolver plenamente uma resposta. As perguntas não devem abordar tópicos ambíguos ou tópicos para os quais o respondente não tenha habilidades emocionais ou cognitivas. As frases usadas para preocupações não devem ser muito gerais ou muito específicas para evitar desenvolvimentos que não sejam do interesse do entrevistador. Claramente, a pergunta-gatilho está diretamente relacionada ao objetivo geral do estudo (BOURDIEU, 1999).

Todas as questões devem inspirar um discurso que respeite o princípio da livre associação de ideias. Por outro lado, o pesquisador pode restituir os pontos que os respondentes haviam feito se eles não fossem expressos de forma articulada – fato que sugere uma alternância de direções. Quando uma questão foi adequadamente abordada, o entrevistador introduz tópicos adicionais com base no que está incluído

no projeto de pesquisa. O pesquisador examina quais tópicos não são abordados e os apresentam de maneira neutra e aberta. Essas questões refletem naturalmente os objetivos específicos de pesquisa que foram identificados, sempre consistentes com a hipótese inicialmente formulada. Não se espera que os tópicos e seus subtópicos sejam sempre apresentados da mesma forma para diferentes respondentes. As perguntas e a forma como são expressas, obviamente, variam de acordo com as características pessoais de cada informante (SELLTIZ et alii, 1987).

Para a presente pesquisa, estipulou-se a entrevista de 10 pessoas, considerando a média entre as composições indicadas, o número de associados, a abrangência territorial de atuação da cooperativa, e por ser um número conjunto facilitador para a exposição dos resultados posteriormente, ou seja, a métrica correspondente 10 pessoas = 100%.

Quanto as características que delimitam os entrevistados, considerando os eixos temáticos da dissertação, a totalidade do grupo foi composta por agricultores familiares.

A seleção dos entrevistados, dentro dos quesitos acima apontados, se deu, após uma pré-seleção executada pelo pesquisador de candidatos que se enquadrem no escopo da pesquisa, ficará a critério da cooperativa definir na última etapa de escolha dos entrevistados, individualizando 10 associados. O local foi na residência dos entrevistados.

Em ambas as pesquisas, bibliográfica/campo, será utilizado do método descritivo dedutivo, porquanto se compromete a descrever informações obtidas pela investigação, e construir proposições verificáveis com base nos eventos e elementos identificados, porém sem se intencionar a fundar bases sólidas inflexíveis.

Quanto as estratégias específicas de investigação, trata-se de um estudo de caso e teoria fundamentada, porque fundar-se-á em referenciais teóricos, buscando aparato para analisar documentos e entrevistas, de modo que seja possível percorrer sobre os temas do desenvolvimento socioeconômico regional e cooperativismo de crédito, evidenciando as interconexões. Isto por meio da análise da atuação da Cooperativa de Crédito Litorânea em seu processo histórico na região sul catarinense, buscando trazer à tona contribuições da instituição para com o desenvolvimento de seus associados e da população de modo geral.

2. DO COOPERATIVISMO A AGRICULTURA FAMILIAR

O primeiro marco do cooperativismo mundial apareceu em Rochdale, Inglaterra em 1844. Vinte e oito (28) trabalhadores usaram o cooperativismo como um movimento alternativo para se opor ao capitalismo, baseando-se na cooperação e no benefício mútuo (SALES, 2010).

Em linhas gerais, o objetivo das entidades padrões é altruísta ou de interesse geral. Enquanto a cooperativa se concentra no bem-estar e no desenvolvimento de todos, desenvolve um modelo de unidade (RIBEIRO; ALVES, 2010). Cooperação e cooperativismo são processos sociais distintos, e não é novidade na literatura que não haja correspondência direta entre eles (ARAÚJO, 1982; CAMARGO, 1960; FLEURY, 1983; MAIA, 1985; RIOS, 1976; SINGER, 2002).

As cooperativas são entendidas aqui como um modelo de estrutura organizacional em que as sociedades se organizam democraticamente para atingir objetivos específicos, ou seja, associações de pessoas auto gestionárias, vinculadas por princípios de igualdade em termos de propriedade, gestão e alocação de recursos. (CAMARGO, 1960; FLEURY, 1983; RIOS, 1976).

O cooperativismo é um movimento social ou doutrina cuja corrente hegemônica é o estilo Rochdale, caracterizado por um foco político na transformação social e na aceitação da ideia de que a infraestrutura pode determinar mudanças na superestrutura social (CAMARGO, 1960; PINHO, 2004). A cooperação é definida como ação social baseada em um objetivo comum de resolver problemas específicos, que por sua vez podem ser entendidos em dois sentidos:

a) Como um comportamento padrão, construído racionalmente de acordo com as normas e desenvolvido dentro da cooperativa por sujeitos inseridos em determinada divisão social do trabalho, que compartilham objetivos comuns e compartilham ganhos ou perdas de forma justa (por exemplo, o que é praticado de acordo com o regimento interno);

b) Como as ações espontâneas inerentes a alguns grupos, decorrentes de suas tradições e costumes, instituições pré-existentes, baseadas na reciprocidade tardia, a retribuição é imediata quando possível ou conveniente ou imediata (BRUNI, 2005; CAMARGO, 1960).

Para Schneider (1981), o cooperativismo rural brasileiro busca conciliar as dimensões econômica, social e cultural do processo de desenvolvimento do país, independentemente das condições estruturais específicas em que se sobrepõem. Para Rios (1976), embora o modelo de organização cooperativa tenha se difundido amplamente no Brasil e no mundo, cada experiência se concretiza e é condicionada pelo tempo histórico, sistema econômico e político, estágio sociotécnico de seu desenvolvimento, definido por capacidade política e decisões de ação específicas do sujeito.

Por isso, Novaes (1981) e Schneider (1981) alertam que, ao analisar as cooperativas, é preciso considerar o contexto sócio-histórico em que elas surgiram, pois, compreender o significado e o impacto das diferentes experiências requer analisar as condições estruturais específicas da sociedade.

A primeira cooperativa de crédito do Brasil foi fundada em 28 de dezembro de 1902 em Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul (RS), e constitui a atual Sicredi Pioneira - RS (SICREDI, 2020).

É importante notar que o cooperativismo brasileiro, em termos de normas, começou a surgir em 1932. Isso se deveu à reorganização do governo para estimular a atividade agrícola e à promulgação da lei brasileira do cooperativismo (PINHO, 1996).

De 1964 ao início dos anos 1980, o cooperativismo de crédito brasileiro passou por um período muito difícil. Durante este período, as principais funções das cooperativas de crédito pertenciam às instituições financeiras estaduais¹ e inúmeras restrições operacionais causaram uma queda acentuada no número de cooperativas de crédito existentes².

As cooperativas de crédito ganharam novo poder a partir da Constituição Federal de 1988, em que o artigo 173 enfatiza:

Ressalvados os casos previstos nesta constituição, a exploração direta da atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

¹ Lei 4.595/64 – Lei que instituiu a Reforma Bancária em 1964.

² Lei 5.764/71 – Lei do Cooperativismo Brasileiro.

Essa regulamentação constituiu uma mudança de paradigma na economia brasileira. E, desde então, à medida em que o Estado deixou de ser provedor, passando a ser regulador da atividade econômica. Conforme artigos da Constituição Federal (BRASIL, 1988):

Art. 5º, XVIII – A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

Art. 146 – Cabe à lei complementar:

(...)

III – estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

(...)

c) adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas;

Art. 192 – Do Sistema Financeiro Nacional – O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.

Atualmente, as cooperativas de crédito são regulamentadas de acordo com a legislação a seguir: Lei Complementar 130/2009 (Lei Complementar à Lei 5.764/71), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nos 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971 mencionados anteriormente; e a Resolução 4.434/2015 (Resolução do Conselho Monetário Nacional), que dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as alterações estatutárias e o cancelamento de autorização para funcionamento das cooperativas de crédito.

No setor agrícola, o cooperativismo produz benefícios econômicos. Gimenes, Gozer e Gozer (2008) argumentam que as cooperativas desempenham um papel importante na melhoria da distribuição de renda no meio rural, pois podem facilitar a agregação de valores dos produtos agrícolas e aumentar o poder de barganha dos produtores rurais em mercados relativamente imperfeitos. Singer (2007) acredita que as atividades dos trabalhadores organizados em cooperativas não se limitam às atividades agrícolas, mas também incluem finanças, educação, pesquisa

científica e comunicação, etc., podendo atingir todos os campos de atividade. Michels (2000) acredita que para que as cooperativas possam realmente proporcionar vantagens aos seus associados, três características devem estar presentes: autoajuda, autorresponsabilidade e autodeterminação democrática.

Nos últimos anos, tem havido um crescente foco internacional no desenvolvimento local e no papel que as cooperativas podem desempenhar (WIGGINS; KIRSTEN; LLAMBÍ, 2010). José Graziano, diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), afirmou que o cooperativismo é uma importante ferramenta para promover a agricultura familiar e o desenvolvimento rural no Brasil (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFESA VEGETAL [ANDEF], 2014). Pesquisas chamam a atenção para a capacidade produtiva da agricultura familiar brasileira, onde é produzida a maior parte dos alimentos (FRANÇA; DEL GROSSI; MARQUES, 2009).

As cooperativas são consideradas uma alternativa para a integração comercial dos agricultores familiares nos mercados tradicionais e institucionais (REDIN, 2015; SILVA; SILVA, 2011; Food and Agriculture Organization of the United Nations [FAO], 2013).

No entanto, apenas 5,45% dos agricultores familiares brasileiros são cooperados (MEDINA et al., 2015). Dependendo do setor representado, o número de cooperativas brasileiras associadas ao meio rural não varia muito. Segundo dados do censo de 2012, 1.528 cooperativas foram reconhecidas pelo sistema da Organização Brasileira de Cooperação (OCB/GO, 2012). A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES, 2013) registrou a existência de 1.740 cooperativas.

As cooperativas existentes enfrentam o duplo desafio de garantir o acesso eficiente aos mercados e o benefício de seus membros. Para Amodeo (2001), sua imagem de conglomerado, geralmente regional, democraticamente governado por e para seus associados, com características econômicas únicas, torna um problema para a cooperativa. Segundo Moreira et al. (2012), a não superação das dificuldades econômicas, sociais e até políticas pode levar à falta de competitividade e até mesmo à complexidade da gestão. Portanto, a sobrevivência das cooperativas em um ambiente globalizado e competitivo depende de sua capacidade de equilibrar eficiência econômica e política social (SCHNEIDER, 2004; DUARTE, 1986).

Para as cooperativas de agricultura familiar, a situação é mais complicada, pois têm dificuldade em garantir a produção em larga escala, regularidade no fornecimento do produto e até mesmo um quadro cooperativo, e são compostas principalmente por agricultores com baixa escolaridade e baixa capacidade de investimento (PRADO et al. 2016). Isso, segundo Cechin (2014), pode resultar em padrões de qualidade de produção inferiores aos estabelecidos por empresas concorrentes.

Há também dificuldades na gestão desses negócios, que em grande parte são realizados de forma amadora em relação aos padrões das corporações e até das cooperativas maiores. Para Zylbersztajn (2002), a falta de separação entre propriedade e controle leva a ineficiências que se tornam relevantes à medida que uma organização cresce, seja pelo aumento da escala de suas atividades originais ou por outros fatores que levam a uma maior complexidade de gestão.

Por fim, além de garantir a inserção empresarial e uma gestão eficiente, as cooperativas enfrentam o desafio de promover a adesão. Os principais benefícios sociais que as cooperativas podem proporcionar concentram-se no desenvolvimento econômico baseado na inserção no mercado e nas relações sociais derivadas dos valores de solidariedade e autoajuda, princípios que norteiam o segmento da economia solidária (MOURÃO; ENGLER, 2014; FREITAS; FREITAS, 2013; VASCONCELOS, 2007).

2.1 DA GESTÃO COOPERATIVA

Mais recentemente, o foco nos conceitos de estratégia e gestão estratégica tem levado as cooperativas a refazer questões fundamentais sobre missão e objetivos de negócios: O que somos? O que queremos ser? Ainda mais, fundamentalmente, como vamos de quem somos para quem queremos ser?

A cultura organizacional é dividida em três níveis: premissas básicas, valores e ideologias e artefatos visíveis. Entre essas premissas básicas, destacam-se a orientação do tempo e seu uso, a relação entre o homem e a natureza, o conceito de espaço e a relação entre as pessoas. Valores e ideologias incluem ideais e códigos

de conduta; artefatos visíveis incluem linguagem, tecnologia e organização social (ANTONIALLI, 2000).

Schein (1985, p. 6) define a cultura organizacional como o:

(...) conjunto de pressupostos básicos que um grupo inventou, descobriu ou desenvolveu, ao aprender como lidar com os problemas de adaptação externa e integração interna e que funcionam bem o suficiente para serem considerados válidos e ensinados a novos membros como forma correta de perceber, pensar e sentir, em relação a esses problemas.

A teoria do cooperativismo surgiu na Inglaterra em 1844, através do movimento de um grupo de tecelões que formaram uma cooperativa de consumo chamada *Rochdale Quitable Pioneers Society Limited*, cujo objetivo era encontrar formas de melhorar as condições econômicas. Este fato marcou o início de um movimento cooperativo em todo o mundo.

No cenário mundial, o órgão representativo do movimento cooperativo é a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), com sede em Genebra, Suíça, criada em 1895 e listada como organização não governamental (ONG) internacional por Chomel (1992). Reúne 203 organizações e 662.970.545 pessoas em 82 países (ACI, 1992).

A legislação brasileira (Lei 5.764/1971), baseada na rochdaleana, legitima os princípios aceitos pela ACI, a saber: adesão livre, controle democrático, retorno operacional proporcional, juros limitados sobre o capital, desenvolvimento educacional e cooperação mútua.

Para discutir a real importância das organizações cooperativas, deve-se basear em seus princípios doutrinários e associativos. Em essência, as cooperativas são associações de pessoas de base democrática que visam atender a determinadas necessidades econômicas básicas, apresentando dois aspectos fundamentais: uma instituição política, interessada na organização e promoção social de seus associados e, ao mesmo tempo, dentro do escopo de eficiência econômica relativa, um empreendimento econômico que promete produzir um determinado bem ou serviço. Dentro de uma mesma organização, as propriedades de combinar essas duas dimensões (política e econômica) conferem às cooperativas características específicas (ANTONIALLI, 2000).

Como guia teórico, as cooperativas propõem uma solução simples e prática para o conflito entre as características mencionadas: cidadãos com ênfase no

interesse público e responsabilidade social e atores econômicos interessados na produção eficiente de bens e serviços (GARCIA, 1981). Dessa forma, as cooperativas, por seus princípios doutrinários, assumem a dupla função de associação, como ponto de encontro de pessoas, e empresa, como ponto de encontro de capital. Por outro lado, os cooperados também assumem o duplo papel de proprietários e usuários do negócio. Dadas essas características das cooperativas, a maioria das cooperativas possui um processo de autogestão, pois são geridas pelos próprios proprietários/usuários.

Schulze (1987) defende que os sócios, enquanto gestores de um empreendimento comum, devem conciliar a sua participação política na definição de metas e objetivos com a sua participação econômica, nomeadamente capital e operações, e a capacidade de gerir tanto a relação da empresa com o mercado. Portanto, como um grande espaço para a interação de um grande número de associados, as cooperativas criam um espaço claro para as lutas de poder. Dentre elas, as diferentes forças positivas precisam ser coordenadas e contidas para orientá-las em direção ao objetivo da cooperativa prestar serviços aos seus associados.

O processo de globalização econômica, as mudanças no cenário econômico do país e o inevitável aumento da competitividade global exigem que as cooperativas brasileiras reexaminem seus princípios e doutrinas para se adequarem a esses novos tempos. A revisão de seus produtos, estratégias e estruturas administrativas é uma ação que visa melhorar a eficácia e competitividade dessas organizações (GRAMACHO, 1997; RODRIGUES, 1997).

Por representarem essencialmente os ideais socialistas, alguns desses princípios foram modificados ou abandonados ao longo do tempo, dada a necessidade de adaptação à transformação capitalista (ANTONIALLI, 2000).

Jank (1997) argumentou que o problema atual do cooperativismo requer uma solução relativamente radical, que pode ser definida por sete itens:

- a) Seleção membros ativos com base na lealdade, compromisso e eficiência econômica;
- b) Retirada dos critérios de livre entrada em cooperativas e esclarecer critérios rígidos de participação nos negócios;

c) Especialização de gestores, desenvolvimento de sistema moderno de controle e avaliação, incluindo conselho de administração e finanças;

d) Desenvolver novos padrões de pagamento para cooperados, ou focar em pessoas físicas que tragam benefícios em termos de quantidade, qualidade e redução da sazonalidade do fornecimento, por exemplo, no caso do leite;

e) Discutir novos critérios de votação na Assembleia Geral que facilitem a continuidade do desempenho econômico e, no caso de sucessão, a coordenação de boas diretrizes;

f) Buscar formas de obter capital de risco para novos investimentos para agilizar as decisões de mercado. As discussões sobre a criação de subsidiárias de forma societária são muito apropriadas neste momento;

g) Entender e gerenciar processos de agregação de valor. Hoje a produção vertical pode ser alcançada coordenando com outras empresas por meio de joint ventures e outras alianças estratégicas sem ter que construir fábricas.

As mudanças nos princípios de cooperação necessárias para aumentar a competitividade dessas organizações no mercado enfrentam resistências, tanto individual quanto coletivamente. Para Ansoff (1990), individualmente, a resistência à mudança está associada à insegurança e/ou à ameaça de perda de poder, enquanto coletivamente, os motivos são de natureza cultural e política.

Nesse sentido, a separação entre propriedade e controle na gestão cooperativa é o tema mais discutido atualmente. Tais discussões se justificam quando o crescimento da estrutura cooperativa é acompanhado pelo aumento da complexidade de sua gestão, e as cooperativas necessitam de gestores qualificados para lidar com as complexidades do agronegócio, por exemplo. No entanto, ainda há uma forte tendência à manutenção de órgãos sociais compostos por cooperados (ZYLBERSZTAJN, 1994; SILVA, 1994).

A origem da estrutura de poder cooperativista está relacionada ao processo de desenvolvimento tecnológico da agricultura brasileira, que atende aos interesses do Estado e de seus aliados, focando na expansão do capitalismo rural e buscando uma posição econômica satisfatória para seus associados em nome da exploração oportunidades de mercado. Muitos autores defendem que as cooperativas brasileiras apoiam a expansão do capitalismo no campo, observando que a abundância de

cooperativas é inversamente proporcional ao número de cooperados. Como resultado, a partir da década de 1950, o setor rural brasileiro passou por um processo de concentração de poder e renda (ALENCAR, 1976; SORJ, 1980; FLEURY, 1983; BURSZTYN, 1985; OLIVEIRA, 1996).

Alencar (1976) observou a alienação de cooperativas, que é o resultado de práticas administrativas impostas pelo modelo de desenvolvimento capitalista, que promove ainda mais a concentração de poder. A conclusão é que, por os produtores acreditarem que as cooperativas são para atender às suas necessidades econômicas pessoais, é mais uma instituição ferramenta do que um meio político e econômico. Portanto, o princípio ideológico do cooperativismo ou a doutrina do cooperativismo quase não tem sentido como direcionamento dos atores, no sentido de determinar a durabilidade e a lealdade da cooperativa.

Alinhado a isso, Meireles (1981) afirma que a participação das cooperativas em um mercado capitalista competitivo leva à adoção de métodos racionais de gestão, seguida do surgimento e desenvolvimento de instituições tecnocráticas específicas.

A legislação cooperativa brasileira segue um modelo de gestão definido por Carbonell de Masy (1980) como modelo latino, ou seja, o conselho de administração é responsável pela direção e gestão da cooperativa, por ser um órgão diretivo e executivo; o comitê financeiro é um órgão responsabilidade permanente de verificar o bom desempenho econômico-financeiro da cooperativa; a administração, garante o cumprimento de todas as regras, sob a supervisão do conselho de administração, e é responsável pelo funcionamento diário e normal da a cooperativa.

Quanto às questões eleitorais, Schulze (1987) comenta que, com ou sem pré-registro de candidatos, seja por meio de chapas ou por atuação individual dos candidatos, as eleições realizadas durante a Assembleia Geral sempre foram traumatizadas pela rivalidade entre grupos opostos. Geralmente, as eleições são determinadas quando a assembleia é estabelecida, e quem persuadir mais associados vence.

Discutindo em essência o modelo de gestão proposto pela legislação cooperativa brasileira, Lauschner e Schweinberger (1989) apontaram que esse modelo permite que pessoas dignas da confiança dos associados, que não são

necessariamente as mais competentes para dirigir e administrar a cooperativa ou controlar a cooperativa corretamente, para assumir esse poder.

Fleury (1983) analisou as cooperativas de laticínios do estado de São Paulo e sua relação com os produtores e concluiu que cooperativas e empresas privadas diferem amplamente em termos de objetivos e modelos organizacionais. Nas cooperativas organizadas segundo um modelo democrático, observa-se que determinados grupos facilitam a aquisição do poder e o utilizam em benefício próprio. Esses grupos de grandes produtores, principalmente capitalistas, são grupos que estão realmente envolvidos na vida política das cooperativas, invertendo esse envolvimento em interesses econômicos. Numa empresa privada que opera no mesmo sector, os objetivos de lucro levam-na a construir-se segundo um modelo de racionalidade técnica, em que os acionistas não têm voz ativa, mas sim quadros técnicos profissionais, modelo concebido para proporcionar as condições necessárias para atingir os objetivos propostos.

A atual estrutura de poder das cooperativas brasileiras tem sido alvo de muitas críticas (CARBONELL DE MASY, 1978; CÁRIO, 1985; SCHULZE, 1987; LAUSCHNER E SCHWEINBERGER, 1989; SILVA, 1994; BERNARDO, 1996; JANK, 1997; BALDE BRANCO, 1997) porque apresenta falhas que prejudicam a competitividade dessas organizações em relação às organizações não cooperativas, principalmente devido a ineficiências administrativas. Entre as questões mencionadas, pode-se elencar a lentidão na tomada de decisões, pois envolve consenso entre os cooperados, falta de capacidade executiva dos diretores, centralização de poder, rotação de poder entre um grupo de associados, remuneração excessiva dos diretores, incentivos para se tornarem assalariados ao invés de colaboradores, os membros têm baixa participação na assembleia, falta de planejamento de longo prazo, etc.

Moraes (1994) acredita que o cooperativismo deve direcionar seus esforços para uma sociedade que promova mais participação na tomada de decisões e maior igualdade econômica e social, ajudando a superar as razões estruturais e outras que levam à formação das classes sociais. Em termos de poder, posse e gozo de riqueza, emprego, tecnologia e cultura, alguns são privilegiados, enquanto outros são marginalizados.

2.2 DO CRÉDITO RURAL

O crédito é um mecanismo utilizado para criar um ambiente propício ao crescimento e desenvolvimento econômico em diferentes regiões. Ao financiar as atividades produtivas, suprimindo as necessidades dos agentes econômicos e melhorando suas atividades, o crédito possibilita a manutenção e modernização do setor produtivo. Por isso, muitas vezes é considerado um canal para o desenvolvimento econômico (CAPOBIANGO, 2012).

Considerando que a disponibilidade de recursos para atividades produtivas assume o papel de promover o desenvolvimento social e reduzir a pobreza, a lei de institucionalização do crédito rural, Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, está em consonância com a política nacional de desenvolvimento da produção rural e visa o bem-estar da população.

O setor agropecuário é responsável pela geração de riqueza no país, portanto, são propostas políticas públicas como ações que podem promover o desenvolvimento econômico desse setor. No entanto, Oliveira (2008) discute o fato de que, até a década de 1990, as políticas agrícolas de desenvolvimento rural no Brasil beneficiavam algumas poucas grandes propriedades em detrimento dos pequenos produtores rurais.

A partir da década de 1990, as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural passaram também a focar os pequenos agricultores. De fato, como aponta Silva (2006), essa preocupação é fruto da pressão de movimentos sociais que há muitos anos buscam uma atuação diferenciada para os pequenos produtores.

Em 1996, foi instituído o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para promover o desenvolvimento sustentável do setor rural formado por agricultores familiares, proporcionando-lhes aumento da capacidade produtiva, oportunidades de emprego e aumento de renda. (Brasil, 1996).

No entanto, para que o crédito desempenhe um papel no crescimento e desenvolvimento de um país, ele deve reconhecer a importância da infraestrutura social e econômica do país.

Gasques e Bastos (2003), apresentando a contribuição do crédito ao investimento para o aumento da produção e da produtividade agrícola, concluíram que a assimetria de informação e a seleção adversa são características que persistem nos mercados de crédito como um processo de otimização.

Gasques e Spolador (2003) também mostram o efeito positivo da estabilidade econômica no apoio à agricultura, observando que, embora os recursos aplicados na agricultura por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) tenham crescido em média a cada ano, o financiamento permanece restrito. O acesso, em termos de aumento das possibilidades de produção e investimento, é um forte constrangimento ao desenvolvimento agrícola.

Em regiões com níveis de desenvolvimento mais baixos, o efeito restritivo do crédito pode ter consequências mais graves para o desenvolvimento da região. Esses lugares precisam de um mecanismo que permita que eles se desenvolvam ao longo do tempo (CAPOBIANGO, 2012).

Do ponto de vista financeiro, Ventura (2000) vê o crédito como a provisão de uma certa quantia a ser reembolsada posteriormente. Além dos métodos monetários, o crédito também pode ser definido como um ato de confiança e uma qualidade atribuída a um tomador.

O crédito é considerado uma ferramenta importante e eficaz para a redução da pobreza, não apenas um negócio. Segundo Yunus (2000), este é um direito humano, razão pela qual os países devem seguir uma política que tire os pobres da pobreza e promova o acesso ao crédito.

Segundo Maes (2006), o acesso aos serviços de crédito e depósito é uma forma de os pequenos empreendedores desempenharem um papel ativo na economia. Na perspectiva de Cruz (2006), as iniciativas de crédito para pequenos mutuários aumentaram em todos os países para aumentar o acesso a pessoas fora do sistema financeiro tradicional.

Além disso, segundo Meirelles (2008), o crédito tem a função de prover recursos para a operação ou investimento de organizações produtivas que muitas vezes não dispõem de recursos suficientes para sustentar as atividades ou modernizar os fatores de produção.

Segundo Ortolani (2000), o crédito rural refere-se aos recursos utilizados para o financiamento agrícola, com condições especiais definidas pela política de desenvolvimento da produção rural do governo do país adotada para o setor. Conforme Orfeu (2003), o crédito agrícola é a principal ferramenta responsável pela modernização da indústria primária na economia.

Em relação às áreas específicas de financiamento das atividades rurais, a Lei n. O Decreto nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, institucionalizou o crédito rural como meio de abastecimento. Conforme art. 8º da referida lei, sobre o custeio e comercialização da produção, por cooperativas ou produtores em sua propriedade rural, necessidades financeiras para investimento e industrialização de produtos agropecuários.

O art. 3º da Lei n. 4.829 de 5 novembro de 1965 define os objetivos específicos do crédito rural da seguinte forma:

- I. estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural;
- II. favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários;
- III. possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios;
- IV. incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando o aumento da produtividade, a melhoria do padrão de vida das populações rurais e a adequada defesa do solo.

Nesse sentido, Guilhoto et al. (2007) chama a atenção para a participação da agricultura familiar na economia brasileira. Para os autores, a produção familiar, além de retardar o êxodo rural e fonte de recursos para as famílias de baixa renda, é uma importante fonte de geração de riqueza no país, respondendo por uma parcela significativa do produto agrícola global. A economia brasileira, incluindo suas inter-relações com outros setores econômicos importantes.

2.3 DA AGRICULTURA FAMILIAR

Durante as décadas de 1960 e 1970, a agricultura brasileira passou por uma mudança drástica na busca pela modernização e, conforme discutido por Gavioli e Costa (2011), essa inovação, com apoio estatal, ensejou mudanças nas práticas de

produção agroquímica e agromecânica. O setor agrícola passou a ser cada vez mais integrado ao setor industrial. No entanto, segundo Caume (2003), essa modernização rural, centrada na manutenção da hegemonia do latifúndio para aumentar as exportações brasileiras, resultou em um padrão de exclusão social e desenvolvimento ecologicamente predatório que representa marginalização social, econômica e política. Os agricultores foram forçados a se mudar para os centros urbanos.

Os problemas ambientais surgiram entre meados dos anos 1980 e os anos 1990, dadas as diversas questões socioambientais decorrentes do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil. E, nesse contexto, o conceito de desenvolvimento sustentável e a defesa da agricultura familiar como motor básico da construção do desenvolvimento rural (GAVIOLI; COSTA, 2011).

O principal objetivo da política de modernização agrícola do governo brasileiro nas décadas de 1960, 1970 e 1980 era construir um complexo agroindustrial mais diversificado e apoiar o setor detentor das grandes propriedades como centro do modelo agrícola do país. Por conta dessa opção política e estratégia econômica, milhares de pequenos produtores familiares foram excluídos de sua cobertura, constituindo a parte mais numerosa e desfavorecida da sociedade produtiva do meio rural brasileiro (NASCIMENTO; AQUINO; DELGROSSI, 2022).

A agricultura familiar é de extrema importância para o desenvolvimento econômico do Brasil e de seus estados e municípios, não só gerando renda para as famílias envolvidas, produção de alimentos, mas também reduzindo o êxodo rural, além de facilitar o uso de práticas agrícolas. Sistemas de produção mais ecologicamente equilibrados, como diversificação de cultivos e redução do uso de insumos industriais (PADUA; SCHLINDWEIN; GOMES, 2013). Gomes (2004) destaca essa importância à medida que as discussões crescem, principalmente diante dos debates baseados no desenvolvimento sustentável e na segurança alimentar.

Dada a importância da sustentabilidade e do mercado diferenciado, os consumidores estão fortemente preocupados com o meio ambiente e interessados em produtos mais saudáveis. A maioria dos produtores caseiros estão incentivando a produção de alimentos orgânicos. Segundo o IPEA (2012), a demanda por produtos orgânicos vem crescendo cerca de 30% ao ano, e estima-se que, no caso do Brasil, 90% da produção orgânica seja proveniente da agricultura familiar.

No entanto, dadas todas as disposições políticas destinadas aos agricultores, nem sempre são totalmente eficazes. Segundo Guilhoto et al. (2006), mesmo que a agricultura familiar mantenha sua força e responda por grande parte da riqueza nacional, os agricultores são penalizados por falta de terra e capital, dificuldades de financiamento, baixa disponibilidade de tecnologia e vulnerabilidade à assistência técnica.

Com o objetivo de apoiar a produção da agricultura familiar, foi elaborado em 1996 o Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o primeiro plano voltado especificamente para o fomento a esse ramo da agricultura brasileira. Embora abranja múltiplas áreas de atuação, o Pronaf tornou-se basicamente um plano de financiamento para investir e financiar a produção agrícola dessas instituições a taxas de juros baixas. Quando o Pronaf foi criado, não existia uma definição da forma de legislação da agricultura familiar, sendo o Pronafiano aquele que atende às regras do Banco Central para a obtenção da linha de crédito e possui a Declaração de Habilitação do Pronaf (DAP) fornecida pelo sindicato rural ou pela EMATER (CRUZ, 2021).

A agricultura familiar tem importância econômica e está ligada ao abastecimento de alimentos no mercado interno, geração de empregos, exportação e manutenção das populações rurais. Isso prova que é razoável desenvolver políticas de apoio e incentivo a esse segmento de mercado, como o Pronaf.

O panorama do Censo Agropecuário 2017 mostra que 76,8% da produção brasileira pertence à agricultura familiar, porém respondendo por somente 23% da área terrestre. Por sua vez, as instituições não familiares representaram 23,2% do total da produção e 77% da área ocupada. A distribuição da terra é desproporcional e os problemas econômicos decorrentes também são os mesmos, pois a agricultura não familiar ocupa 33% da força de trabalho, enquanto a agricultura familiar responde por 67% (IBGE, 2019a;2019b).

Conforme Schneider (2003; 2010; 2016), o Brasil tem acompanhado a manutenção histórica da desigualdade social, que é garantida pela estrutura agrícola, onde a terra está concentrada nas mãos de poucos proprietários de terras. Esse tipo de lógica está em constante evolução e permeia a argumentação científica e tecnológica do "poder do conhecimento", que sustenta a normatividade das regras

que a racionalidade capitalista deve seguir. Entre eles, um método de produção vinculado ao agronegócio para alimentar milhões de pessoas, e a estreita relação entre a segurança alimentar e o consumo obrigatório de alimentos à base de agrotóxicos. Essas premissas deixaram de ser consenso na literatura.

Como forma de organização da vida e do trabalho, do ponto de vista da agricultura familiar, pode se opor à lógica da produção capitalista não doméstica. Ao contar preferencialmente com o trabalho de cada membro da família, as relações de produção assumem uma peculiaridade na organização e no ritmo do processo de trabalho. A agricultura familiar não é uma nova categoria social, mas no Brasil apresenta um sentido de "novidade" e "renovação", que se reflete na própria definição, pois como categoria genérica assume uma ampla variedade de formas sociais. Conforme Wanderley (2009) "(...) é entendida como a família que possui os meios de produção e realiza o trabalho das instituições produtivas".

A pesquisa de Schneider (2016; 2010) enfatiza a agricultura familiar e atenta para as características étnicas e culturais da população local, sendo os arranjos familiares decisivos. O impacto das práticas da agricultura familiar na vida familiar e comunitária inclui: a) Proteger a cultura própria regional, como idioma, crenças, tradições e gastronomia; b) Promover a alimentação das pessoas com base na produção autossuficiente e vínculos de abastecimento com empresas locais; c) melhoria das condições de vida e de trabalho e seus impactos na saúde, educação e proteção ambiental; d) redução do uso de insumos agroquímicos, formulando estratégias de produção mais sustentáveis, estabelecendo relações mais estreitas; e) A responsabilidade compartilhada entre produtores e consumidores reduzir a pobreza e a fome por meio do uso da mão de obra na diversificação das atividades produtivas.

Portanto, imerso nas dificuldades e desafios associados à própria sobrevivência, o vínculo familiar associado ao trabalho agrícola torna-se essencial. Para garantir o sustento, a família precisa se unir e organizar meios para obter o sustento da agricultura familiar. A agricultura familiar deu origem a um modo singular de subjetivação, cruzando-se com a moradia, a vida familiar, o trabalho doméstico compartilhado, a cultura colonial do sul do Brasil (MACIAZEKI-GOMES et al., 2019).

Nesse contexto comunitário, as relações recíprocas foram cultivadas na auto-organização social, nas empresas mistas e cooperativas e, posteriormente, no

movimento sindical e no movimento social dos trabalhadores rurais. A herança cultural dos povos coloniais se cruza com outras culturas e contribui para a prática da ação política e da autonomia comunitária. A região noroeste do Rio Grande do Sul formou uma rede econômica cooperativa composta por estrutura produtiva, comercialização de produtos (supermercados), cooperativas de crédito (bancos comunitários) e fornecimento de energia elétrica. A família é parte integrante da comunidade e está subordinada a ela em termos de regras, valores e costumes (MACIAZEKI-GOMES et al., 2019).

A agricultura familiar é a principal responsável pela produção de alimentos consumidos pela população brasileira. É formada, em grande parte, por pequenos produtores rurais, povos tradicionais e comunidades. Nestas propriedades são desenvolvidas as mais diversas atividades: silvicultura, aquicultura, e, em especial, a produção agropecuária. Esta última atividade se destaca a produção de milho, mandioca, vacas leiteiras, bovinos de corte, ovinos, caprinos, hortaliças, feijão, cana-de-açúcar, arroz, suínos, aves, café, trigo, mamona, frutas e hortaliças.

Na agricultura familiar, a gestão da propriedade é compartilhada pela família, sendo a produção agrícola a principal fonte de renda. Além disso, os agricultores familiares têm uma relação especial com a terra, o local de trabalho e a moradia. A diversidade da produção também é uma marca registrada do setor, pois geralmente combina a produção para subsistência com a produção orientada para o mercado.

De acordo com a lei nº 11.326/2006 (BRASIL), os agricultores familiares que se considerem engajados em atividades no meio rural, que possuam uma área de até quatro módulos financeiros, mão-de-obra própria da família, renda familiar vinculada à própria instituição, e a gestão da família, se considera agricultura familiar.

Nesse sentido, se busca compreender por meio de referenciais teóricos, sem deixar, no entanto, de encontrar embasamento prático na realidade fática, da contribuição para com o desenvolvimento deste setor tão importante - da agricultura familiar - por meio da promoção do desenvolvimento rural, ensejado pelo crédito rural cooperativista.

Enquanto isso, insta observar que o conceito de desenvolvimento rural não se limita a modernização agrícola, nem a industrialização ou urbanização rural.

Desenvolvimento tem a ver com a ideia de capacidade criativa, que permite às populações rurais agirem para mudar e melhorar suas condições de vida, mudando seus relacionamentos. Relações com o Estado, o mercado e a sociedade civil (CONDRAF, 2013).

Para tanto, é fundamental que essas pessoas ampliem seu acesso a recursos materiais e simbólicos, incluindo terras, conhecimento e informação, organizações, bem como bens e serviços públicos e privados. Porquanto são oportunidades de geração de renda, que muitas vezes são garantidas por intermédio de uma instituição cooperativa, na forma de crédito facilitado.

A cooperativa de crédito é uma associação de pessoas que buscam constituir uma organização, sem fins lucrativos, que por meio de assistência mútua, melhor administrar seus recursos financeiros. O objetivo fundamental das cooperativas financeiras é proporcionar aos seus associados a assistência creditícia e serviços bancários em condições mais favoráveis.

O Cooperativismo é um movimento mundial, baseado em ideais e materializado em princípios. No Brasil, esses princípios estão basicamente consagrados na Constituição Federal de 1988³ e na Lei nº 5.764 de 1971.

Se buscou investigar os temas da agricultura familiar, do cooperativismo de crédito e do desenvolvimento rural, com o fito de ensaiar uma investigação acadêmico-científica, na forma dissertativa, de uma cooperativa de crédito em uma determinada região, por meio de estudo de caso.

Conforme a Lei nº 11.326/2006 (BRASIL), que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, conceitua em seu artigo 3º o agricultor e o empreendimento familiar rural:

Lei 11.326/2006: Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas

³ Art. 174, CRFB de 1988: Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado. §2º: A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.

ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

A trajetória da agricultura familiar, segundo Schneider (2014), está diretamente atrelada ao processo de redemocratização - posterior a Constituição Federal de 1988 - bem como da retomada ao processo de desenvolvimento nacional, ao passo que também reconhece demandas da sociedade civil.

Rapidamente, e sem adentrar em maiores detalhes, pode-se dizer que o processo histórico da agricultura familiar, com o seu reconhecimento formal, é recente e passa por três momentos: O primeiro está relacionado à retomada do papel do movimento sindical após o fim da ditadura militar. O segundo diz respeito ao papel dos mediadores e intelectuais, principalmente entre os cientistas sociais que debateram o tema no início dos anos 1990; o terceiro momento está relacionado ao papel do Estado e das políticas públicas, estas últimas na construção do país e no fortalecimento da família rural por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)⁴, que passou então a reconhecer esse setor e a torná-lo famoso (SCHNEIDER, 2014).

No contexto atual, a agricultura familiar brasileira deve ser analisada frente ao padrão tecnológico exigido pela Era Moderna, personificado pelo agronegócio. Nesse contexto, pode ser analisada por três aspectos que inclusive tem influência nas organizações sociais (SCHNEIDER, 2014).

O primeiro grupo elaborou o conceito ou terminologia da agricultura familiar e conectou-se a novos temas, como a contribuição da agricultura para a segurança e soberania alimentar, uma produção mais sustentável e normas técnicas baseadas na menor dependência de insumos químicos (GAZOLLA, 2004; SCHNEIDER, 2010A).

O segundo grupo se alinha ao primeiro, porém radicaliza as críticas ao modelo vigente e afronta mais fortemente o modelo de agronegócio. Ainda, em distinção ao primeiro grupo, reforçam sua origem campesina, de modo que substituem o termo “agricultura familiar” por “camponês” e “campesinato” (SCHNEIDER, 2014).

⁴ [...] a criação, em 1996, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), considerado uma importante conquista em termos de crédito rural para os pequenos agricultores, auxiliou sobremaneira a consolidação desse debate acerca da agricultura familiar e do desenvolvimento rural no país” (CONTERATO, 2013, p. 169).

O terceiro grupo, ao contrário dos anteriores, adota o termo agronegócio ou até propõe novos termos. Subdivide-se em duas visões: Há quem pense que não existe diferença entre a agricultura familiar e outras formas de produção agrícola, o que mostra que os pequenos produtores se caracterizam por "agronegócinho familiar", que é o epítome do agronegócio em geral. E aqueles que questionam o conceito e o significado regulatório da agricultura familiar, chegando a propor a sua substituição pela denominação de "produção de pequeno porte econômico" (SCHNEIDER, 2014).

Insta observar o tamanho desta parcela que representa a maior parte dos responsáveis pelo setor agropecuário brasileiro. Segundo dados censitários relativamente recentes (2017), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, verifica-se que a importância e participação da agricultura familiar na economia nacional se mantém representativa. Onde 77% dos estabelecimentos são classificados como agricultura familiar, isto é, são 3,9 milhões de estabelecimentos. O segmento agropecuário ocupa 10,1 milhões de pessoas, sendo que 46,6 são na região nordeste. Ainda, a agricultura familiar corresponde a 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários do Brasil. Produz R\$ 107 bilhões em valor de produção, que equivale a 23% da produção agropecuária brasileira. Por fim, não se trata de uma determinada realidade socioeconômica eventual ou efêmera, mas um fenômeno que faz parte, e caracteriza, a realidade histórica da população brasileira.

Por fim, o que se subtrai de ambos os grupos é a relevância temática para o cenário econômico, social e acadêmico brasileiro contemporâneo, seja pelo entendimento e a denominação por agricultura familiar, campesinato ou produção de pequeno porte econômico.

No período anterior à redemocratização, o debate sobre a questão fundiária brasileira levantou questões de ordem política e socioeconômica. Embora tenha havido problemas com a agricultura desde a década de 1950, foi somente na década de 1960 que os debates políticos sobre o desenvolvimento econômico do país e o modelo de industrialização concentraram-se no assunto. Isto é, a motivação se dá pelo questionamento de em que medida a agricultura poderia promover ou dificultar a industrialização do país (NETTO; MELO; MAIA, 2010).

O desenvolvimento rural passa ao longo da história por visões distintas: Agrícola, agrário, rural e local/territorial. Na primeira delas, compreende "à base

material de produção agropecuária – área plantada, produtividade, formatos tecnológicos, mão de obra, etc.” (NIEDERLE; RADOMSKY, 2016). Ideias dominantes no período do desenvolvimentismo acreditavam fortemente nas capacidades transformacionais da industrialização e da inovação tecnológica para buscar a modernização⁵.

Se a primeira fase foi de mudanças no meio rural por meio de incentivos e subsídios, posteriormente foram sentidos os reflexos da sociedade rural, à medida que houve a aproximação entre os meios urbano e rural, e, portanto, uma influência na perspectiva dentro do sistema capitalista. Esta é uma visão ligada à interpretação marxista do desenvolvimento do capitalismo rural, enfatizando o processo histórico de transformação da "vida social rural", por isso a estrutura agrícola (produção e produtividade) é apenas um de vários aspectos (NIEDERLE; RADOMSKY, 2016).

Diferentemente dos desenvolvimentos agrícola e agrário, o desenvolvimento rural, segundo Nierdele e Radomsky (2016, p. 141): “se trata de um conjunto de ações sistemáticas e inter-relacionadas, empenhadas em produzir mudanças sociais”. Isso faz sentido, pois de acordo com as etapas anteriores, é compreensível decepcionar os assuntos internos do país, devido à sua incapacidade de promover mudanças de ideais por meio do desenvolvimentismo.

Depois do desenvolvimentismo, surgiu a visão do neoliberalismo, que gerou descentralização administrativa e protagonismo, que se tornou o motor de mudanças no campo local. Entra na próxima etapa, chamada de desenvolvimento local. Embora não seja totalmente eficaz e tenha sido criticado, deu um grande contributo para o meio rural, ao compreender as características - e características do próprio campo - e, em grande medida, promover as mudanças que considera necessárias. Evidentemente, o local não foi capaz de desenvolver-se fora a parte de todo o restante territorial, portanto, o problema do desenvolvimento endógeno e exógeno é resolvido por meio do conceito de desenvolvimento territorial. Na fase final, procura-se superar os constrangimentos entre o rural e o urbano, o local e o nacional.

⁵ “O rumo tomado pela industrialização do Brasil e as opções de ações para o fomento das exportações agrícolas e a melhora da posição do país no mercado internacional de grãos, acarretando a modernização da agricultura nacional, são indicadores de que as prioridades políticas foram, para a questão agrícola, no sentido do desenvolvimento, em detrimento da questão fundiária propriamente dita” (NETTO; MELO; MAIA, 2010 p. 19).

Segundo Schneider (2010B), há 4 fatores decisivos que contribuem para a discussão atual do desenvolvimento rural de forma legítima, quais sejam:

- a) A trajetória das discussões em torno da agricultura familiar e de seu potencial como modelo social, econômico e produtivo para a sociedade brasileira;
- b) A crescente influência e ação do Estado no meio rural, que se deu tanto através das políticas para a agricultura familiar como das ações relacionadas à reforma agrária, segurança alimentar, entre outras;
- c) As mudanças no âmbito político e ideológico;
- d) O tema da sustentabilidade ambiental.

De uma perspectiva mais sociológica, Abramovay usa a literatura sobre capital social para discutir os fatores que produzem cooperação, reciprocidade e solidariedade, que ativam as economias vizinhas e relativizam os conflitos locais em torno de uma ideologia norteadora (SCHNEIDER, 2010B).

Deste modo, vincula-se as cooperativas de crédito, pois a análise das cooperativas de crédito rural envolve a problemática do desenvolvimento regional, por isso se concentra mais na teoria do desenvolvimento rural e do desenvolvimento local e territorial.

As cooperativas de crédito nasceram em áreas rurais para atender às necessidades locais, sem o apoio da bancarização tradicional ou o apoio estatal. Representam as organizações civis criadas para resolver seus próprios problemas e proveem as realizações de tais movimentos. São organizações financeiras caracterizadas pelo seu comprometimento social. São instituições financeiras que não competem apenas pelo mercado, mas também oferecem aos seus associados melhores taxas de juros e condições. Antes, a cooperativa conta com colaboradores, associados e não associados, que podem desfrutar de produtos e serviços em melhores condições que as oferecidas pelo mercado convencional. A ideologia comunitária e o comportamento das cooperativas de crédito concentram-se nos problemas sociais e econômicos das comunidades em que operam.

Algumas análises tentam provar que o cooperativismo pode ser rastreado até a origem da humanidade, e o comportamento de cooperação é inerente ao ser. No entanto, o cooperativismo deve ser entendido como um movimento social alternativo, que, entre outras causas, foi motivada pelo liberalismo econômico nos

séculos XVIII e XIX. Durante este período, muitas pessoas não conseguiam sobreviver, tendo que encontrar formas alternativas de entrar no mercado e melhorar suas condições de vida (ESTEVAM; VERGINIO, 2017).

No entanto, não basta proporcionar inúmeros benefícios aos seus associados para comprovar seu impacto e importância na realidade socioeconômica local, em especial para o desenvolvimento rural. Também é necessário saber se existem outros fatores e quais são eles para confirmar a relevância dessas instituições financeiras.

As cooperativas de crédito são instituições financeiras constituídas pela livre associação de pessoas, unidas para alcançar um objetivo coletivo comum, e estão vinculadas pela Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971:

Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971: Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características: I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços; II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes; III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais; IV - inaccessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade; V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade; VI - quórum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital; VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral; VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social; IX - neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social; X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa; XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

De acordo com o Banco Central do Brasil, nas cooperativas de crédito, os associados são os proprietários e usuários dos principais serviços prestados pelos bancos, nomeadamente contas correntes, aplicações financeiras, cartões de crédito, empréstimos e financiamentos (BCB, 2021).

Segundo Alves e Soares (2006), no âmbito da promoção da utilização de recursos privados e da assunção dos riscos correspondentes e benéficos para as comunidades onde se desenvolvem, as cooperativas assumem uma grande

importância para a sociedade. Por se tratar de uma iniciativa promovida diretamente pelos cidadãos, contribui para o desenvolvimento local sustentável, principalmente em termos de poupança e financiamento de iniciativas empresariais, que têm trazido benefícios evidentes em termos de geração de empregos e distribuição de renda.

Portanto, esta é uma organização não governamental que presta serviços financeiros, semelhante a um banco comercial. Porém, ao contrário dos bancos comerciais, em uma cooperativa de crédito, o cliente também é o dono do negócio, pois é sócio e tem direito de votar e participar das decisões da cooperativa por meio de assembleia.

É importante ressaltar que o cooperativismo não visa atender aos seus próprios interesses políticos, ou o lucro econômico, mas sim aos integrantes da sociedade. Porém, essa é uma opção que se mostra segura e viável, pois além de ter um fundo garantidor semelhante a um banco comercial, também é supervisionado pelo Banco Central do Brasil.

Por serem organizações civis com adesão livre, são importantes para pequenas áreas e microrregiões onde normalmente não existem instituições financeiras tradicionais, como é o caso brasileiro.

A cooperação gera o progresso de acordo com as características das populações e conforme o potencial da região onde está inserida. Isto porque a instituição cooperativa “atua como braço econômico do núcleo social, acentuando o ambiente empreendedor e, ao fim, melhorando a qualidade de vida dos cidadãos lá fixados, associados ou não” (MEINEN, 2016, p.18). Neste sentido, impulsiona o desenvolvimento local por meio do reinvestimento dos recursos financeiros na própria comunidade, num círculo contínuo.

Outrossim, em uma sequência lógica de raciocínio: se os investimentos dos cidadãos e das empresas são destinados as cooperativas, esses investimentos costumam ser redistribuídos para a mesma área junto com outros recursos captados no mercado financeiro (introduzidos de fora), a redistribuição gera renda e aumenta o poder de compra da população, começando assim a consumir mais, com isso a receita da empresa aumenta, as empresas que mais vendem criaram novos empregos, atraindo principalmente os jovens. O aumento das vendas também tem impacto na tributação: com mais recursos, o governo pode investir em infraestrutura e outros

projetos de desenvolvimento econômico e social, aumentando a capacidade de produção e criando riquezas (MEINEN; PORT, 2014).

Por isso as cooperativas de crédito desempenham um papel socioeconômico evidente nas comunidades em que atuam, mormente para a agricultura familiar; entre outros motivos, em razão do círculo virtuoso do cooperativismo financeiro, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico e social.

Do exposto, pode-se inferir a relevância da temática para o cenário econômico, social e acadêmico brasileiro contemporâneo, seja pela compreensão e denominação da agricultura familiar, do campesinato ou da pequena produção econômica.

Inicialmente devido à trajetória de discussões em torno da agricultura familiar e suas potencialidades como modelo social, econômico e produtivo da sociedade brasileira. Porém, devido à crescente influência e atuação do Estado no meio rural, que se deu tanto por meio da política da agricultura familiar quanto das atividades ligadas à reforma agrária, a segurança alimentar. Além de mudanças políticas e ideológicas. E, por fim, pelo surgimento do tema sustentabilidade ambiental.

Já as cooperativas de crédito, foram estabelecidas em áreas rurais para atender às necessidades locais, antes, sem o apoio de bancos tradicionais ou apoio estatal. Elas representam organizações civis criadas para resolver seus próprios problemas e provar as conquistas de tais movimentos.

Por isso, as cooperativas de crédito desempenham um papel socioeconômico muito importante nas comunidades em que atuam, especialmente na agricultura familiar; entre outras coisas, pelo círculo virtuoso das cooperativas financeiras, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico e social.

Conclui-se a análise das temáticas propostas de forma positiva, porquanto conseguiu se justificar e viabilizar a expansão da pesquisa, oportunamente por meio de um estudo de caso, em pesquisa dissertativa a nível de mestrado acadêmico.

3. DA INTRODUÇÃO ÀS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO

Por meio de uma revisão de literatura a respeito das principais teorias do desenvolvimento em busca de encontrar qual se mostra mais adequada para realizar, posteriormente, um estudo de caso sobre as cooperativas de crédito e o seu papel no desenvolvimento regional.

Na análise literária da pesquisa foi utilizado como marco fundamental teórico de investigação a obra “Introdução às teorias do desenvolvimento” dos organizadores Paulo André Niederle e Guilherme Francisco W. Radomsky, porquanto obra de renome no meio acadêmico, e que representa importante contribuição para a matéria de desenvolvimento socioeconômico.

Este título aborda diversas questões e teóricas e políticas ao longo da história, apresentando eventos que promoveram uma mudança social. Discute o papel do Estado e das políticas públicas. Enfim, possibilita analisar questões contemporâneas - neste caso o cooperativismo de crédito - por meios das visões sobre o que se entende por desenvolvimento, e o que contribui para a sua ocorrência.

A obra organizada pelos professores Paulo André Niederle e Guilherme Francisco W. Radomsky é dividida em dez capítulos, cada qual traz uma breve análise de um autor em especial, e de sua teoria a respeito do desenvolvimento. A evolução temporal ocorre a cada capítulo, perpassando por momentos históricos relevantes para o desenvolvimento socioeconômico.

Para tanto, na pesquisa se optou por seguir a mesma lógica metodológica, de modo que se analisa a contribuição de cada capítulo para a questão do desenvolvimento, e o que isso pode ou não contribuir para a construção de um estudo de caso, a respeito de uma cooperativa de crédito, e a sua contribuição para com o desenvolvimento socioeconômico regional.

3.1 DA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE AS PRINCIPAIS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO

O primeiro capítulo da obra em análise trata de Walt Whitman Rostow, autor que contribui para a discussão sobre desenvolvimento por meio do processo de

modernização. Rostow apresentou um marco para a história da economia por contrapor a teoria Marxista.

Seu conceito de desenvolvimento atrelava o desenvolvimento ao nível de industrialização, que neste caso, é entendida como modernização: “O conceito de desenvolvimento, segundo Rostow, é vinculado ao crescimento econômico, o qual se daria com a industrialização, significando, portanto, modernização” (2016).

Sua teoria contrapôs o determinismo marxista à uma visão integralista, aliando fatores econômicos e não econômicos, compreendendo a sociedade como um todo. Sua principal obra é “As etapas do crescimento econômico: um manifesto não comunista”. Deste modo, percebe-se que a teoria de Rostow é não somente uma teoria econômica, mas política e principalmente ideológica.

As cinco etapas do desenvolvimento de Rostow são (2016):

- 1 – Sociedade tradicional (*traditional society*);
- 2 – As condições para o arranco ou a decolagem (*transitional stage*);
- 3 – O arranco (*take-off*);
- 4 – A marcha para a maturidade (*drive to maturity*);
- 5 – A era do consumo em massa (*high mass consumption*).

A sociedade tradicional, assim entendida frente a sociedade moderna, é aquela escassa de recursos, baseada na agricultura, que produz somente para sua subsistência, incapaz de produzir excedentes, e, portanto, incapaz de promover mudanças sociais.

Na segunda etapa, há uma sinalização de mudança promovida pelo aumento da especialização do trabalho e pela modernização tecnológica. “Ao mesmo tempo, sugerem-se mudanças relevantes nos itens relativos ao conhecimento, na política e nos sistemas de valores, os quais alavancariam a produtividade e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico.” (2016).

No arranco, quebram-se os limites antes impostos por meio de uma revolução industrial, há um êxodo rural pela oferta de trabalho nas indústrias, e, por conseguinte uma migração da mão de obra rural. De novo, frisa-se que as mudanças também são políticas, sociais e institucionais.

Na quarta etapa, diversifica-se a produção ante o aumento da modernização tecnológica, intensifica o êxodo da mão de obra rural, e, devido a

inovação técnica, produtos antes importados passam a ser produzidos nacionalmente, quase que num estado de independência.

No último estado de modernização a sociedade é movida pelo consumo diversificado e em grande escala, buscando-se uma melhor distribuição de riquezas.

O segundo capítulo da obra aborda o autor Joseph Alois Schumpeter e sua teoria do desenvolvimento por meio das inovações e seus efeitos nos sistemas produtivos. Diferente de Rostow, se contrapunha a Marx, porém entendia que o desenvolvimento estava ligado à produção, e não ao consumo. “Os investimentos em inovação dinamizam o crescimento, gerando efeitos em cadeia sobre a produção, o emprego, a renda e os salários” (2016).

Schumpeter diferencia crescimento de desenvolvimento, considerando que ambos não estarão necessariamente presentes ao mesmo tempo. Isto pois, em resumo, o crescimento se trata de uma diferenciação em escala quantitativa, enquanto o desenvolvimento se mostra em uma escala qualitativa. Exemplificando, poderíamos ter um empreendimento que aumentasse de tamanho, e, portanto, crescer, mas sem alterar proporcionalmente a sua produtividade. Enquanto outro empreendimento poderia aumentar sua capacidade produtiva, sem necessariamente crescer em escala numérica, se evidenciando então um desenvolvimento.

E esse desenvolvimento seria gerado por meio da inovação. A oferta de produtos novos, por si, gera a demanda. Essa demanda incorre na inovação nos sistemas produtivos, que proporcionam o aumento da oferta e do consumo. Em meio a este processo se daria uma seleção natural, por meio de uma “destruição construtiva”, onde as empresas que se mantivessem inovadoras, mantinham-se também no mercado, ao tempo que as demais caíssem no ostracismo.

O processo de inovação, para Schumpeter não se daria de forma contínua, mas sim ciclicamente:

A seu ver, e contrariamente à concepção dos modelos de equilíbrio geral, o desenvolvimento não se produz de maneira uniforme no tempo, mas através de ondas ou surtos de inovação associados à introdução de novos produtos e processos, ou à criação de novos mercados. Assim sendo, a economia schumpeteriana move-se de forma cíclica em quatro fases: ascensão, recessão, depressão e recuperação (2016).

Um ponto relevante na teoria Shumpeteriana para o cooperativismo de crédito se dá na questão do financiamento dessa inovação. Para o autor, o empresário tinha o papel de agente inovador, porém sem que o mesmo assumisse o risco, haja vista os recursos para tal empreendimento serem fornecidos via empréstimo por bancos, instituições financeiras em geral e etc. Nesse sentido, não previa a possibilidade de participação estatal como viabilizadores do desenvolvimento por meio da inovação.

O terceiro autor abordado pela obra é Celso Furtado que, assim como Rostow, compreendia o desenvolvimento em função do nível de industrialização, porém se diferenciava no sentido de que, para ele, o subdesenvolvimento, caso do Brasil e demais países latino-americanos, não era uma etapa até o completo desenvolvimento, mas uma forma própria de desenvolvimento.

Para compreender melhor essa posição, insta observar que as análises e teorias modernas de desenvolvimento se deram no período pós-guerra. Assim, a Europa se restabeleceu e reergueu modernizando por meio da industrialização dos processos produtivos. Ao passo que, conforme observa Furtado, os países latino-americanos se mantiveram no mercado internacional como exportadores de matéria prima e produtos de consumo, enquanto a Europa ficava a encargo da produção de bens duráveis e industrializados.

Ocorre que, por meio da substituição de importações, acarretou um estado de dependência, onde, da relação cambial, os países menos industrializados eram onerados, levando ao subdesenvolvimento. Daí, decorreu a necessidade vista por Celso Furtado de criar uma Teoria do Subdesenvolvimento. Compreendendo os contextos globais, históricos e culturais – este último entendido por Furtado como fundamental para explicar a permanência no subdesenvolvimento – de cada país, entendendo a trajetória desigual entre eles.

Em suma, o processo de modernização não pode ser completado nos países periféricos, na medida em que há um descompasso entre os padrões de consumo e os métodos produtivos. É esse descompasso o responsável pela manutenção da heterogeneidade social, já que a dinamização da demanda – o consumo – esteve em contradição com o relativo imobilismo social gerado pelo lento desenvolvimento das forças produtivas, processo que resultou no subdesenvolvimento (2016).

Importante dizer que, mesmo com a industrialização dos países periféricos ainda que tardiamente, a relação de dependência se manteve, porém, numa nova formação, haja vista o controle de mercado do capital externo. Nesse sentido, Furtado traz a necessária atuação do Estado nacional como interventor e agente da mudança.

O quarto capítulo da obra em análise é destinado a Albert Hirschman. Autor que, diferentemente dos anteriores, e até dos demais posteriores, contribuiu com sua teoria para o desenvolvimento baseado mais em incertezas do que verdades absolutas. Isto porque, em suma, para o autor, o desenvolvimento econômico está atrelado mais a necessidade de cada agente compreender habilidades e recursos “ocultos” e os empreender, do que a uma receita econômica pronta para o desenvolvimento.

Isso o fez um possibilista, porque sua teoria se fundava nas incertezas dos cenários e na capacidade de reagir aos eventos utilizando de características próprias em função do desenvolvimento.

O desenvolvimento não depende tanto de encontrar ótima confluência de certos recursos e fatores de produção, quanto de provocar e mobilizar com propósito desenvolvimentista, os recursos e as aptidões que se acham ocultos, dispersos ou mal-empregados” (HIRSCHMAN, 1961, p. 19).

Portanto, não proponha uma ideia estritamente ortodoxa de desenvolvimento, uma única forma possível de atingi-lo; nem a necessidade de criar modelos ao formato e a realidade do agente. Mas sim, a ideia de políticas públicas – desta forma compartilhando da participação estatal proposta pelo desenvolvimentismo e pela Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) – no sentido de atuar identificando as possibilidades e os recursos/habilidades ocultos.

Quanto ao Estado, segundo o mesmo, o desenvolvimento deste e da economia não necessariamente não andariam juntos. Uma vez que regimes políticos e sistemas econômicos não são interdependentes, ao menos quando se trata de desenvolvimento.

Compartilhava também de Schumpeter, da ideia de desenvolvimento desigual, ou seja, da destinação de recursos e investimentos em setores chave, que

pudessem alavancar os demais, ainda que o desenvolvimento destes últimos decorresse somente posteriormente.

Pode se dizer que Amartya Sen revolucionou a teoria do desenvolvimento. Representa o pós-guerra e a virada na concepção do tema. Isto porque, até então, conforme visto nas teorias anteriores, o desenvolvimento era compreendido apenas monetariamente, na forma do Produto Interno Bruto (PIB), por países eurocêntricos, industrializados e “desenvolvidos”.

Ocorre que Sen inova ao abordar o desenvolvimento levando em conta também fatores sociais, considerando as realidades e contextos envolvidos, não admitindo somente o aumento ou a diminuição de capital. Daí surge o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), amplamente aceito e difundido nas teorias posteriores.

Sua ideia de desenvolvimento consiste no sentido de compreender as diversidades, de pessoas e realidades em que estão inseridas, bem como definir os fatores promovedores do desenvolvimento.

(...) o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição enquanto agentes de sua própria mudança.” (SEN, 2000, p. 10).

Da definição acima, podemos depreender que se trata de uma teoria liberal do desenvolvimento, porquanto acredita na promoção e garantia das liberdades individuais enquanto fator essencial da mudança. Ainda, crê que as soluções são encontradas no próprio indivíduo, cabendo ao mercado/Estado apenas possibilitar que cada pessoa exerça livremente, sem impeditivos, a sua liberdade e desenvolva suas capacidades, culminando ao fim no desenvolvimento da sociedade como um todo.

PRINCIPAIS CONCEITOS APRESENTADOS POR AMARTYA SEN

INTITULAMENTOS = MEIOS: são os condicionantes ou ativos que caracterizam recursos que os indivíduos possuem.

Liberdades políticas: direitos civis, liberdade de expressão, de voto, direito de escolha informativa, etc.

Facilidades econômicas: consumo, condições de troca, renda, riqueza.

Oportunidades sociais: educação, saúde, emprego (com foco na vida privada).

Garantias de transparência: relações de confiança (institucional ou individual).

Segurança protetora: rede de segurança social, habitação, saneamento, aposentadoria, transporte, etc.

FUNCIONAMENTOS = FINS (realizações): são os resultados das várias combinações de intitamentos, repercutindo, então, na liberdade que uma pessoa tem para levar a vida da forma que deseja. (Exemplos: estar bem nutrido, livre de doenças, ter boa saúde, ter um bom emprego, etc.; ou conquistas mais complexas, como ter respeito próprio, ser feliz, fazer parte da vida da comunidade, etc.)

São consecutivos ao 'estado' (*being*) de uma pessoa; e uma avaliação do bem-estar tem de assumir a forma de uma apreciação desses elementos constituintes. (NIEDERLE; RADOMSKY, 2016)

Amartya Sen contribuiu para a teoria do desenvolvimento no sentido de compreender o desenvolvimento sempre levando em consideração as questões sociais envolvidas, além das econômicas. Tendo como foco central a liberdade individual e as oportunidades promovidas.

Sem se vincular a um único autor específico, a teoria evolucionária compreende uma definição em aberto, não existindo consenso amplamente aceito de sua definição. Entretanto, insta observar que se trata de uma teoria parcialmente ortodoxa e, em parte, heterodoxa. Compreende o mercado e a economia de maneira análoga a teoria evolucionista darwinista, tema das ciências biológicas.

De acordo com a teoria-padrão sobre o crescimento econômico, as instituições estão ausentes do modelo, e a mudança tecnológica é tratada como um fator exógeno. O pensamento evolucionista, por sua vez, define o desenvolvimento como um processo multifacetado, no qual as mudanças tecnológicas, as características e os comportamentos das unidades de produção e as instituições são vistos como fatores que modelam padrões de desenvolvimento específicos (2016).

Percebe-se que há uma apropriação das teorias neoclássica, institucionalista e schumpeteriana, bem como, de certo modo, a visão de Celso Furtado, onde o subdesenvolvimento se apresenta não como uma fase, mas como uma forma própria de desenvolvimento. Se destaca por propor uma ideia de não-equilíbrio, de um processo contínuo de evolução por meio das conexões e convergências/divergências sociais históricas.

O que importa destacar desta teoria é o seu comprometimento em compreender o mercado, a sociedade, as instituições, as inovações e o processo de desenvolvimento para além das fórmulas matemáticas predefinidas e, eventualmente, descoladas da realidade fática.

Neste capítulo foi abordado as teorias de desenvolvimento predominantes no cenário brasileiro das últimas décadas. Entre os anos de 30 a 70 o Brasil vivenciou a experiência do desenvolvimentismo. Teoria centralizada na forte presença e intervenção do Estado na economia e no rumo do seu desenvolvimento, em especial na questão do incentivo a industrialização, que atingiu pela primeira vez o meio rural e agrícola.

A ideia de “Estado desenvolvimentista” (*Developmental State*) fundamenta-se na construção de processos de desenvolvimento alicerçados em políticas setoriais, programas macroeconômicos e projetos de infraestrutura, com a participação ativa do Estado (2016).

Dito isto, depreende-se então de um período de cunho político e ideológico, acentuando-se um forte sentimento nacionalista e protecionista da economia nacional. Dessa forte participação estatal surtiram efeitos positivos em questão de desenvolvimento, ainda que centralizado, não regionalizado, porém acarretou uma crise financeira em dívida externa.

Desta crise, alinhada com o contexto do cenário mundial a época, a partir da década de 80 disseminou-se a ideologia neoliberal, com a redução da participação estatal na economia nacional, abrindo espaço para que o mercado funcionasse livremente autorregulando-se.

Para substituir o desenvolvimentismo, foi estabelecido um conjunto de políticas macroeconômicas ortodoxas associadas a reformas institucionais orientadas para o mercado. Face à crise inflacionária que havia saído de controle, a receita neoliberal foi a manutenção de altas taxas de juros e apreciáveis taxas de câmbio. Por outro lado, frente à crise do investimento público, a solução passou pela valorização da moeda estrangeira, com vistas a obter a entrada de capitais, mecanismo utilizado para financiar os déficits e promover investimentos privados (2016).

Não demorou para o novo sistema apresentar problemas, dada a incapacidade de conseguir, por si só, resolver as falhas de mercado. Sem os incentivos governamentais a indústria e demais setores forma incapazes de alavancarem e se consolidarem internacionalmente. Com a redução da participação estatal, também afetou negativamente a políticas sociais e de bem-estar coletivo.

Dada a crise deste sistema, não houve uma simples retomada ao anterior, mas sim a adoção de um novo modelo desenvolvimentista, o neodesenvolvimentismo, que traz o Estado para o jogo novamente, porém sem ignorar o globalismo e os

movimentos de mercado internacional. Para Bresser-Pereira (2010), “o novo desenvolvimentismo é um ‘terceiro discurso’ entre o velho discurso desenvolvimentista e a ortodoxia convencional”.

Segundo Sicsú, Paula e Michel (2005), o novo desenvolvimentismo pode ser sintetizado em quatro teses:

- a) não há mercado forte sem Estado forte;
- b) não haverá crescimento sustentado (...) sem o fortalecimento do Estado e do mercado e sem implementação de políticas macroeconômicas adequadas;
- c) mercado e Estados fortes somente serão construídos por um projeto nacional de desenvolvimento que compatibilize crescimento com equidade social; e
- d) não é possível reduzir a desigualdade sem crescimento econômico a taxas elevadas e continuadas.

Em razão da contemporaneidade deste modelo, não é possível fazer grandes análises conclusivas, porém permite-se dizer que, apesar de ter trazido bons frutos, em especial períodos de estabilidade econômica e avanços sociais importantes, ele ainda demonstra ser incapaz de garantir o tão sonhado desenvolvimento socioeconômico nacional.

Como o objetivo geral deste trabalho é conhecer das teorias do desenvolvimento, ainda que de modo superficial, para então poder estudar o cooperativismo de crédito; este capítulo será ainda mais resumido, porquanto não se trata de uma teoria do desenvolvimento, mas uma alternativa a este.

A crítica deste movimento reside no fundamento de que “o desenvolvimento é um discurso historicamente construído que, sob pretexto de melhorar a vida de comunidades pobres, tem causado intervenções com impactos negativos para as populações” (2016).

Faz críticas interessantes, tais como a rotulação de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e em especial, na própria exigência de desenvolvimento gerado no processo histórico, que foi amplamente aceito, e hoje é uma necessidade implícita sem qualquer questionamento. Esse argumento ganha força quando políticas e projetos de desenvolvimento afetam negativamente povos e regiões que tem outros compromissos ou visões de mundo para além da produção, acúmulo de capital e modernização.

Para tanto, apesar de não se tratar de uma teoria própria de desenvolvimento, traz importantes considerações que contribuem para sob pesar e questionar as teorias de desenvolvimento tradicionais e contemporâneas.

O desenvolvimento sustentável pode ser rapidamente definido como a teoria de desenvolvimento que aborda a questão ambiental como foco central, ou seja, leva em conta a escassez dos recursos naturais, o uso desenfreado e irrestrito, e a depredação do ambiente como prejuízo das demais teorias, que até então, ignoravam este fator.

Em outros termos, os efeitos de esgotamento deste objeto a serviço da economia bifurcam as discussões em dois focos distintos: (a) a urgência em reduzir ou modelar o crescimento econômico mediante a diminuição da exploração de matérias-primas ou a busca de alternativas menos impactantes; e (b) a importância de conceder ao ambiente o estatuto de domínio em si mesmo, que precisa ser pensado enquanto esfera substancialmente distinta – mas não isolada – dos demais domínios: o econômico, o jurídico, o político, o social, etc. (2016).

A análise desta teoria contemporânea passa por um processo histórico de conferências e eventos internacionais que abordaram a temática, evidenciando os impactos sentidos empiricamente e a urgência na adoção de novas medidas para garantir um mundo sustentável e perene para as gerações futuras.

O desenvolvimento rural passa ao longo da história por visões distintas: Agrícola, agrário, rural e local/territorial. Na primeira delas, compreende “à base material de produção agropecuária – área plantada, produtividade, formatos tecnológicos, mão de obra, etc.” (2016). Pensamento predominante no período desenvolvimentista, que conforme abordado anteriormente, acreditava fortemente na capacidade transformadora da industrialização e das inovações tecnológicas, em busca da modernização.

Se a primeira fase foi de mudanças no meio rural por meio de incentivos e subsídios, a posterior refletiu sobre os reflexos sentidos pela sociedade rural, à medida que houve a aproximação entre os meios urbano-rural, e, portanto, uma influência na perspectiva dentro do sistema capitalista:

Trata-se de uma visão vinculada à interpretação marxista do desenvolvimento do capitalismo no campo, que enfatiza os processos históricos de transformações da “vida social rural”, para a qual a estrutura agrícola – produção e produtividade – é apenas um entre vários aspectos (2016).

Diferentemente dos desenvolvimentos agrícola e agrário, o desenvolvimento rural, segundo Navarro (2001) “se trata de um conjunto de ações sistemáticas e inter-relacionadas, empenhadas em produzir mudanças sociais”. Isto se justifica em razão da decepção do interior ante a ineficácia do Estado em promover as mudanças desejadas por meio do desenvolvimentismo, conforme as etapas anteriores.

Como também visto anteriormente, posterior ao desenvolvimentismo eclodiu uma visão neoliberal, que ensejou a uma descentralização administrativa e do protagonismo como agente de mudança na esfera local. Passando então para a próxima fase, dito desenvolvimento local.

As limitações da ação do Estado – com a crise econômica e os problemas advindos da ação centralizadora intervencionista – criaram outros dilemas, uma vez que, como estratégia de reforma das ações para o desenvolvimento, o processo foi descentralizado para ser protagonizado por organizações não governamentais (ONGs) e outras entidades da sociedade (2016).

Ainda que não completamente eficaz, e sujeito a críticas, demonstrou grande contribuição para o meio rural, enquanto compreende as próprias características e peculiaridades, e, por si só, promove grande parte das mudanças que entende necessário.

Evidentemente, o local não foi capaz de desenvolver-se fora a parte de todo o restante territorial. Daí surge a problemática dos desenvolvimentos endógeno e exógeno, por meio da noção de desenvolvimento territorial. Nesta última etapa, procura-se superar os limites entre rural e urbano, local e nacional.

Da análise dos quatro primeiros autores abordados (Rostow, Schumpeter, Furtado, Hirschman) e suas teorias clássicas, trazem contribuições pontuais para o estudo do desenvolvimento, e eventualmente poderão ser abordadas no estudo de caso das cooperativas de crédito. Entretanto, são fortemente macroeconômicas, além de não se mostrarem adequadas para analisar e compreender os contextos sociais e econômicos das instituições financeiras em evidência, porquanto abordam a visão de uma realidade distinta. Furtado é exceção dentre estes autores, porque aborda uma visão histórica importante dentro cenário nacional, que com certeza deve ser

considerado introdutoriamente em qualquer estudo sobre desenvolvimento regional brasileiro.

Das teorias verificadas posteriormente, contemporâneas e alternativas a visão clássica, aproximaram-se mais ao tema cooperativista. O Desenvolvimentismo/Neodesenvolvimentismo, assim como Furtado, fazem parte da história das teorias de desenvolvimento do Brasil, portanto também deve ser considerado para contextualizar o estudo futuro.

Atenção em especial para Amartya Sen e a Teoria do Desenvolvimento como Liberdade, porquanto inova ao considerar as diversas realidades sociais, além das econômicas, que motivam a “quantificação” do desenvolvimento para além do Produto Interno Bruto. Levando em consideração também outros fatores igualmente importantes, direciona uma melhor análise por meio do Índice de Desenvolvimento Humano. Além de mostrar a capacidade de as pessoas desenvolverem suas capacidades por si mesmas, não pelo mercado, não pelo Estado. Característica compartilhada pela proposta do cooperativismo de crédito.

Entretanto, houve maior destaque das teorias do desenvolvimento rural, bem como das teorias de desenvolvimento local e territorial; porquanto, a análise das cooperativas de crédito passa pela problematização entre desenvolvimento regional exógeno e endógeno. As cooperativas de crédito, assim como inicialmente abordado à introdução, nascem no meio rural para satisfazer as necessidades daquela localidade, não amparadas pelo mercado e/ou pelo Estado. Estas teorias abordam a organização civil para resolver seus próprios problemas, e antecipam as problematizações e realizações de tais movimentos.

Portanto, ante a evidente conexão e verossimilhança destas últimas teorias com a temática cooperativista, conclui-se que são as mais indicadas para a realização de um estudo de caso de uma cooperativa de crédito e sua participação no desenvolvimento socioeconômico regional, segundo a breve análise realizada no presente trabalho por meio de revisão de literatura.

3.2 DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL

Segundo Amaral Filho (1996, p. 37), a respeito da definição de desenvolvimento regional, o mesmo é compreendido como:

Um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto, e da renda local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido.

Em linhas gerais e mais objetivas, Xavier (2013) conceitua que “o desenvolvimento regional compreende um esforço das sociedades locais na formulação de políticas regionais com o intuito de discutir as questões que tornem a região sujeito de seu processo de desenvolvimento”.

Na lição de Bresser-Pereira (1992, p. 7), o desenvolvimento econômico é definido pelo aumento da produção de bens e serviços per capita, de modo que implica modificação de toda a estrutura econômica e social da região. Ainda, do mesmo autor (2008, p. 2), “alguns processos de desenvolvimento econômico são acompanhados no curto prazo por um desenvolvimento social (melhoria na distribuição) e político (avanço da democracia)”.

Neste contexto, e diante destas lições, podemos entender que o desenvolvimento socioeconômico ocorre quando há um avanço econômico constatado por variáveis quantitativas e/ou qualitativas, e que este avanço contribua também para uma evolução social, auxiliando no desenvolvimento regional.

Adentrando a temática regional, segundo Wilson Cano (1985), a questão do desenvolvimento regional ganhou real destaque na política nacional somente por volta da década de 1950. Até então, era abordado somente medidas políticas de combate à seca na região do Nordeste.

Em nível internacional, demonstra a importância da corrente cepalina, e da própria Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), no sentido de chamar atenção para os níveis cada vez mais altos de desigualdade social entre países ricos e pobres. Cano (1985, p. 2): “(...) advertia-nos a Cepal que, se não fossem tomadas medidas urgentes e concretas, o hiato somente tenderia a aumentar: as

nações ricas tornar-se-iam relativamente cada vez mais ricas e as pobres, relativamente cada vez mais pobres”.

Enquanto em nível nacional, o autor já apontou para a questão da industrialização predominante no estado de São Paulo frente aos demais entes federados, fato este que agravaria ainda mais os distanciamentos econômicos entre as regiões nacionais:

(...) desde a década de 1930, a acumulação de capital, com o comando a partir de São Paulo, estava integrando o mercado nacional, condicionando-o, portanto, a uma complementaridade inter-regional ajustada às necessidades ditadas pela acumulação de capital daquele centro dominante. (Cano, 1985, p. 8).

No que se refere a região do Sul, composto pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Wilson Cano (1985) aponta que houve uma grande disparidade regional comparado a eixo Rio-São Paulo, em razão da economia desta estar ainda diretamente atrelada e dependente da zona rural:

Tomados os três estados juntos, o traço comum que os pode caracterizar seria tanto a estrutura fundiária – representando a economia camponesa, salvo a pecuária – tipificada pela pequena e média propriedade, quanto a industrial que, à “imagem e semelhança” da agricultura, também estruturou-se na base do pequeno e médio estabelecimento, em muitos casos diretamente instalados na zona rural. (Cano, 1985, p.50)

Da questão histórica trazida pelo autor, podemos supor como justificativa das diferenças de desenvolvimento econômico regionais, o fato de que “a indústria brasileira era relativamente descentralizada até fins do século XIX (...) os complexos regionais eram pouco integrados, tendo cada região sua ‘própria’ economia”. (Cano, 1985, p. 60).

Melhor explicando, a dinâmica de crescimento das regiões brasileiras, de forma individualizada; acompanhada do crescimento desproporcional da região de São Paulo – em razão da alta produção cafeeira e do processo de industrialização acelerado e concentrado, que também por consequência promoveram o fenômeno de migração populacional para esta região – dão azo para desenvolvimentos regionais desiguais em âmbito nacional.

Por meio das cooperativas, o movimento cooperativista continua até hoje. As cooperativas são exemplos de iniciativas locais de desenvolvimento econômico e

social, pois visam realizar ações coletivas para o bem comum de forma solidária e participativa, podendo assim criar uma forma de equidade, solidariedade e agregação de renda (OLIVEIRA, 2004).

No entendimento de Rodrigues e Castilho (2016), não existe um conceito de desenvolvimento local pronto porque é um processo ainda em construção. Possui vários vetores importantes que podem ajudar a compreender melhor o processo a que se insere e, em última instância, contribuir para a construção.

É especialmente importante que na teoria do desenvolvimento local, as relações interpessoais sejam enfatizadas na construção colaborativa, visando resolver problemas comuns que afetam toda a comunidade (MARQUES; COSTA, 2021).

Sobre a compreensão da comunidade, Butler (2015) alega que a comunidade não se limita às pessoas que a constituem. De modo geral, ela existia antes do nascimento de seus membros e pode continuar existindo mesmo após o desaparecimento destes. Ela transcende todos os seus componentes, ou seja, os pertencentes atuais, porém passageiros, ou os próprios membros da comunidade. A comunidade pode incluir membros que se mudam temporariamente para outros locais. Afinal, eles podem planejar o retorno final.

Segundo Buarque (2002), o desenvolvimento local é um processo interno que se dá em um pequeno espaço territorial. Trata-se de um conjunto de pessoas que se dispõe a promover o desenvolvimento socioeconômico, com o objetivo de melhorar o bem-estar e a economia da localidade.

Segundo Wandley e Borges (2019, p. 13), é preciso entender o desenvolvimento local:

(...) como um processo de transformação, no qual o agente protagonista e principal beneficiário é sempre o ser humano. Busca-se, portanto, dentre outros aspectos, a melhoria e uma perspectiva de crescimento da qualidade de vida do ser humano como indivíduo, mas também como coletividade, ou de grupo de pessoas que formam uma comunidade.

Ainda, do ponto de vista do conceito e das consequências do desenvolvimento que se originam da própria comunidade, e não de forças externas, é possível estabelecer o progresso geral e promover o desenvolvimento sociocultural

da comunidade local enquanto sujeitos, pessoas, e não como meros objetos (WANDERLEY; BORGES, 2019).

Pode-se inferir que o desenvolvimento local necessariamente significa dar atenção à cultura local, incluindo costumes, normas legais, participação das pessoas na solução dos problemas da comunidade e esforços concertados a partir do potencial individual e coletivo. Conforme Martins (2002, p. 51):

(...) mais do que um conceito, o desenvolvimento local, é (...) um evento sui generis, resultante do pensamento e da ação à escala humana, que confrontam o desafio de enfrentar problemas básicos e alcançar níveis elementares e autorreferenciados de qualidade de vida na comunidade.

Pode-se dizer que Schumpeter (1911) foi a primeira pessoa a esboçar teoricamente a relação direta entre finanças e desenvolvimento econômico em nível nacional. Keynes (1936) teceu alguns argumentos que mostraram a importância do setor financeiro em manter a demanda efetiva em um nível compatível com o pleno emprego da força de trabalho.

Segundo Studart (1993), A existência de um sistema bancário minimamente desenvolvido pode permitir que os níveis de acumulação sejam superiores ao que seria viável apenas pela acumulação de poupanças anteriores, o que tende a promover a atividade econômica no curto e no longo prazo.

Giso, Sapienza e Zingales (2004) consideraram o fenômeno da integração financeira internacional de uma perspectiva regional e questionaram se as instituições financeiras domésticas nada têm a ver com o desenvolvimento econômico local. As evidências encontradas para a região italiana mostram que, apesar do alto grau de integração europeia nos últimos anos, o desenvolvimento financeiro local é de fato importante. Além disso, esses autores apontam, de forma inovadora, a diferença na importância do desenvolvimento financeiro local para pequenas e grandes empresas.

Também sobre a dimensão regional da relação entre crédito e desenvolvimento econômico, Onder e Ozyildirim (2009) encontraram evidências de que os bancos estatais da Turquia são ineficazes na redução da desigualdade regional do país, porque promovem o crescimento em regiões relativamente desenvolvidas, mas são ineficientes em promover o desenvolvimento das regiões subdesenvolvidas.

Percebe-se pela literatura que existe um certo consenso sobre a importância do crédito para o desenvolvimento econômico. O sistema financeiro do Brasil é baseado em bancos, e os bancos existem especialmente nas regiões mais desenvolvidas.

De acordo com o Relatório de Inclusão Financeira (BACEN, 2011), em 2010, 38% dos municípios brasileiros não possuíam agência bancária e, em 2014, essa proporção caiu para 35%. Considerando apenas a região Nordeste, a proporção de cidades sem atendimento atingiu 52%. Além de a proporção ser significativamente maior, alguns serviços bancários são feitos por meio de postos de atendimento bancário, postos de atendimento avançado, postos de atendimento eletrônico, postos de atendimento cooperativo e micro finanças, entre outros pontos de serviço alternativos às agências bancárias.

Portanto, a maioria das cidades brasileiras não possui agências bancárias, seja porque a avaliação das instituições bancárias não é economicamente viável ou por qualquer outro motivo. Isso faz com que uma grande parte da população careça de uma ferramenta importante para o desenvolvimento regional: o crédito.

As cooperativas são de especial importância para a sociedade porque promovem o uso de recursos privados, assumem os riscos correspondentes, de forma benéfica para as comunidades que se desenvolvem. Por se tratar de uma iniciativa promovida diretamente pelos cidadãos, é importante para o desenvolvimento local, principalmente para a criação e manutenção de poupanças, do financiamento de iniciativas empresariais, que traz benefícios evidentes para a criação de empregos e distribuição de renda.

Búrigo (2010) dissertou sobre a implantação da rede Solicred na Amazônia, mostrando que é possível organizar cooperativas de crédito em áreas com baixo nível de conhecimento sobre cooperativismo. Esta tarefa torna-se mais viável quando se obteve o apoio concreto da já consolidada estrutura de solidariedade e se adotando métodos adequados de apoio à constituição das cooperativas. Isso também contribuiu para o cumprimento das exigências legais impostas pelo Banco Central do Brasil e demais órgãos oficiais, que exigem um mínimo de treinamento gerencial, agilidade no tratamento das informações e no acompanhamento das regulamentações. O autor

relata ainda o sucesso do processo de estabelecimento de uma rede cooperativa em uma área com grande número de pescadores e aquicultores artesanais.

De forma semelhante, Magalhães e Junqueira (2007) relatam sobre o cooperativismo de crédito na área de cultivo de sisal da Bahia, uma terra seca pela intensidade do sol, coberta por arbustos e habitada por uma população de baixíssima renda. Lá, a maioria dos agricultores pobres e pequenos comerciantes têm dificuldade de acesso aos serviços bancários e estão fortemente endividados no mercado financeiro informal. Essa situação os impede de planejar investimentos e organizar atividades econômicas de forma mais eficaz para superar a pobreza. Nos últimos dez anos, 9 cooperativas de crédito passaram a prestar serviços financeiros a 14 mil associados, agricultores familiares e pequenos empresários, que acumularam uma razoável poupança e se beneficiaram desses recursos, além de recursos repassados de fundos públicos para o desenvolvimento da região. Essas cooperativas fazem parte de um grande complexo de organização social que articula atividades econômicas, culturais e educacionais, e estão mudando a realidade social de milhares de famílias da região. A história das cooperativas de crédito na região do sisal baiano revela a longa trajetória de organização social e mudança cultural do sucesso econômico dessas organizações.

A relação causal entre crédito e desenvolvimento econômico mostrada nos trabalhos citados mostra sua importância para a região analisada, bem como para as comunidades envolvidas.

Segundo Alves e Soares (2004), economias mais maduras há muito tempo utilizam as cooperativas como ferramenta para impulsionar setores econômicos estratégicos. Os principais exemplos encontram-se na Europa, especialmente Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Holanda e Portugal. Vale ressaltar também a experiência dos Estados Unidos, Canadá e Japão. Segundo dados da Agência de Estatística da União Europeia (Eurostat) na década de 2000, 46% das instituições de crédito da região são cooperativas e 15% delas estão representadas por participações na intermediação financeira.

As cooperativas de crédito ainda ocupam posição minoritária no sistema financeiro nacional (SFN). Por exemplo, em dezembro de 2014, respondia por apenas 2,9% do crédito total do SFN. Porém, dois fatos podem ser citados para mostrar a

crescente importância do cooperativismo: Em 2005, o Banco Central do Brasil (BCB) instituiu o Departamento de Supervisão das Cooperativas e Instituições Não Bancárias (Desuc), e o ano de 2012 foi escolhido pela Organização Nações Unidas para se tornar o Ano Internacional das Cooperativas (JACQUES; GONÇALVES, 2016).

4. DA APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Neste capítulo serão apresentados os resultados provenientes das pesquisas quantitativa e qualitativa. Primeiramente, serão apresentados os resultados da parte quantitativa, sobre a (não) relação entre a concessão de crédito rural cooperativo pela Cooperativa de Crédito litorânea e a evolução do Produto Interno Bruto - PIB dos municípios da região sul catarinense. Posteriormente, serão apresentados os resultados da parte qualitativa, sobre a percepção dos associados da Cooperativa de Crédito Litorânea a respeito da instituição e a sua atuação, contribuição, para com o desenvolvimento socioeconômico regional.

4.1 DO CRÉDITO RURAL E SUA (NÃO) RELAÇÃO COM O PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB

Para Paelinck (1977, p. 160), o crescimento é "um processo de transformações interdependentes que se produzem em certo período". Essas mudanças ocorrem na base da produção e se manifestam como crescimento do PIB ao longo do tempo. Isso é característico do crescimento econômico.

O PIB é um dos indicadores mais utilizados na economia para medir a atividade econômica de uma região ou país. Representa a soma do valor monetário de todos os bens e serviços finais produzidos em uma determinada área (seja um país, estado ou cidade) em um determinado período de tempo, independentemente da nacionalidade dos proprietários das unidades produtoras desses bens e serviços (MANKIW, 1999; FROYEN, 2001).

O PIB per capita é uma medida tradicional da atividade econômica de um país. Portanto, é natural utilizar o PIB estadual per capita para medir a atividade econômica das unidades federativas brasileiras (CUNHA; MOREIRA, 2006).

O Produto Interno Bruto (PIB) permite estimar a quantidade total de bens e serviços finais produzidos por um país. Os procedimentos metodológicos para a estimativa do PIB são padronizados por meio do manual do Sistema de Contas Nacionais (SCN) elaborado pelas Nações Unidas. Por meio do sistema contábil, além de fornecer os dados necessários para a compilação da matriz insumo-produto,

também é possível extrair variáveis macroeconômicas que medem o crescimento econômico nacional, níveis de investimento e estoques de produtos (MIP) e matriz de contabilidade social (MCS) (AZEVEDO; SANTANA, 2022).

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em 2010 o Brasil ocupou o 6º lugar entre os países em termos de participação do Produto Interno Bruto (PIB), que é o valor total final dos bens e serviços produzidos por um país durante um determinado período. Quando comparado ao PIB per capita (ou seja, PIB do ano dividido pela população), sua posição cai para 61º, o que se traduz na enorme desigualdade social do país. No entanto, o PIB per capita do Brasil evoluíram, com o PIB real crescendo quase 102% entre 2000 e 2010, principalmente devido ao controle da inflação e ao crescimento das exportações no mesmo período (IBGE) (CONSTANTINO; PEGOARE; COSTA, 2016).

Do início dos anos 2000 até o início da crise financeira internacional em 2008, o Brasil viveu ciclos de crescimento econômico e inclusão social. Mesmo após 2008, com exceção de 2010, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi menor do que no período anterior, e os ganhos da renda per capita e a redução da desigualdade social não retrocederam. Os fatores que contribuem para esse ciclo de crescimento econômico e inclusão social incluem políticas sociais de redistribuição de renda e valorização do salário-mínimo, expansão do crédito, grande entrada da população nos mercados de trabalho e consumo e aceleração externa dos cenários de crescimento que impulsionam a valorização das exportações brasileiras (CAVALCANTE; DE NEGRI, 2014).

No entanto, a desigualdade de renda continua proeminente entre os brasileiros e, mesmo que essa desigualdade continue diminuindo, permaneceu entre as cinco maiores do mundo em 2010 (WORLD BANK, 2015).

Portanto, é extremamente importante analisar o crescimento econômico em termos de "qualidade", não apenas em termos de quantidade, ou seja, é preciso avaliar se esse crescimento produziu algum tipo de desenvolvimento social. Portanto, o crescimento econômico de um país ou região deve ser acompanhado pela melhoria das condições de vida de seus moradores, principalmente os mais pobres (CONSTANTINO; PEGOARE; COSTA, 2016).

Uma das formas, muitas vezes questionada, de testar se o crescimento é acompanhado de redução da desigualdade social é por meio do conceito de PIB per capita. Nesse sentido, o PIB per capita compara o crescimento da riqueza gerada em um determinado território e verifica se essa riqueza é acompanhada pelo crescimento populacional na região, permitindo que medidas socioeconômicas sejam tomadas e a desigualdade social seja reduzida (CARNEIRO; BAGOLIN, 2012).

A teoria defende que as instituições e os setores econômicos afetam os níveis de renda por meio da distribuição do poder político, da geração de oportunidades econômicas, do estímulo à inovação e da acumulação de capital humano. Assim, dadas as grandes diferenças observadas nos níveis de renda entre as regiões, um grande corpo de pesquisa tentou explicar a lógica de quais fatores determinarão o desempenho econômico. Ou seja, quais fatores levam à alta renda per capita em algumas regiões, enquanto outras estão estagnadas e/ou em patamares muito inferiores (CONSTANTINO; PEGOARE; COSTA, 2016).

O século XX alcançou resultados frutíferos nas teorias sobre a localização das atividades produtivas, o desenvolvimento regional e o desenvolvimento local. A teoria do desenvolvimento regional é derivada de teorias de localização e conceitos de geografia, economia e sociologia. Essas teorias também vão além das noções tradicionais de crescimento econômico, concentrando-se apenas em produtos econômicos, abrangendo todos os aspectos da população e do desenvolvimento humano (OLIVEIRA, 2021).

Os avanços nas teorias de desenvolvimento regional e local preenchem as lacunas nas teorias de localização. Em particular, o papel das organizações locais, o empreendedorismo, as políticas públicas e os fatores endógenos e exógenos que nortearam as discussões sobre o desenvolvimento local ao longo do século XX. Isso não significa abandonar a teoria da localização recentemente revisitada em “The New Economic Geography” (CAPELO, 2008; COELHO, 2013; JOYAL, 2019).

Com a abordagem do desenvolvimento endógeno, ou seja, o desenvolvimento socioeconômico impulsionado por bases, lideranças locais ou cidadãos, surgiram novas discussões sobre os elementos ou ações necessárias para mudar o estado de desenvolvimento de uma cidade ou região. Nesse caso, a mudança

alterará a posição do município ou cidade na hierarquia regional (FREITAS; LIMA, 2021).

O debate sobre a importância do crédito para o desenvolvimento econômico não é novo. A partir da década de 1950, escritos importantes demonstraram como algumas variáveis financeiras e crescimento econômico existem entre variáveis. (GURLEY e SHAW, 1955; OURIVES, 1969; McKINNON, 1973; KING e LEVINE, 1993). De fato, na maioria das análises, a relação robusta entre o desenvolvimento do sistema financeiro e o crescimento econômico é uma análise empírica de temas econômicos. Esse tipo de pesquisa mostra que existe uma relação empírica entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico, que a relação é direta, ou seja, o desenvolvimento financeiro constitui uma alavanca para o crescimento econômico. A importância desse sistema está não apenas na capacidade de aumentar a captação de recursos, mas também na capacidade de alterar principalmente essas alocações, o que pode ter forte impacto no crescimento tecnológico e na produtividade (SCHUNTZEMBERGER, 2015).

Segundo o Banco Central do Brasil (2011), em 2010, 38% dos municípios brasileiros não possuíam agências bancárias, deixando um segmento da população carente de crédito, ou pelo menos de difícil acesso. Outra forma de crédito que pode proporcionar essa renda são as cooperativas de crédito, pois são identificadas como veículo de crédito não só para a área de referência do centro da cidade, mas principalmente na zona rural (CAZELLA; BÚRIGO, 2009).

Esta pesquisa visa preencher uma lacuna empírica e ampliar o conhecimento sobre o impacto das cooperativas de crédito no desenvolvimento local. Portanto, este trabalho avalia objetivamente o impacto médio do estabelecimento da Cooperativa de Crédito Litorânea, mormente pelo crédito rural solidário, no PIB agrícola-urbano *per capita* municipal na região sul catarinense.

A Cooperativa de Crédito Litorânea atua nos seguintes municípios da região sul catarinense: Jacinto Machado, Praia Grande, Balneário Gaivota, Santa Rosa do Sul, Araranguá, Sombrio, Maracajá, Içara, Morro da Fumaça, Sangão. Este último, não foram encontrados dados estáticos referente ao PIB em consulta ao IBGE. Portanto será desconsiderado para fins de análise.

Tabela 1 - Liberações Crédito Rural 2015-2019 Sicoob Credija

Variável – Crédito Rural (Mil Reais)						
Município (SC)	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Araranguá	747.000	1.733.617	2.156.244	1.062.221	1.127.179	6.826.261
Balneário Gaivota	151.313	54.089	32.805	197.100	415.104	850.411
Içara	20.000	1.244.510	1.489.255	1.712.015	2.222.360	6.688.140
Jacinto Machado	30.750.713	43.983.543	40.014.355	57.651.667	46.614.924	219.015.204
Maracajá	117.000	3.301.753	4.800.460	5.712.620	10.466.203	24.398.037
Morro da Fumaça	9.878.615	11.045.940	9.254.009	8.636.159	3.221.857	42.036.581
Praia Grande	4.176.697	5.143.576	5.264.462	8.040.424	9.610.633	32.235.794
Santa Rosa do Sul	966.418	1.905.161	1.752.920	2.557.730	2.610.816	9.793.046
Sombrio	80.000	123.396	473.550	296.039	717.817	1.690.802
Total	46.887.759	69.341.805	66.476.485	89.449.983	82.558.135	354.714.169

Fonte: Cooperativa de Crédito Litorânea (SICOOB CREDIJA)

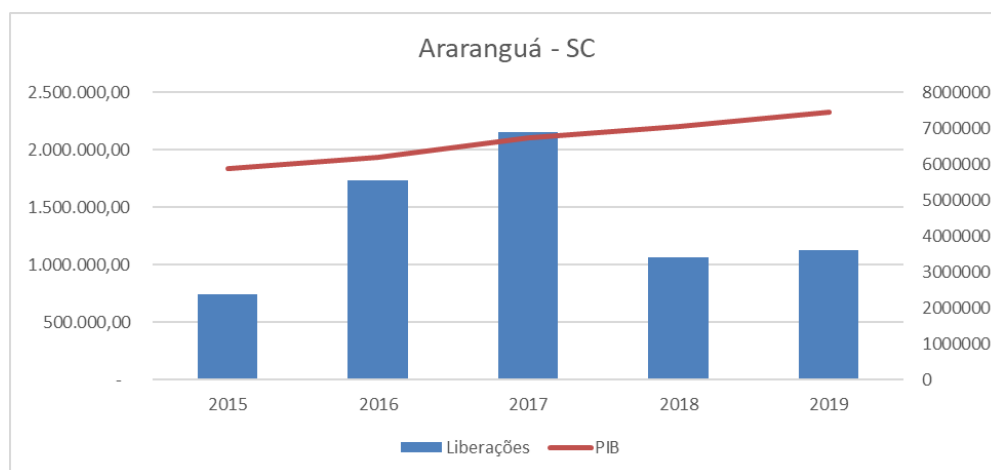
Tabela 2 - Produto interno bruto a preços correntes, impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes e valor adicionado bruto a preços correntes total e por atividade econômica, e respectivas participações - Referência 2010

Variável - Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais)					
Microrregião Geográfica e Município (SC)	Ano				
	2015	2016	2017	2018	2019
Araranguá	5.884.242	6.189.429	6.724.254	7.052.766	7.439.085
Balneário Gaivota	124.580	128.504	140.778	152.262	166.797
Içara	1.827.679	1.890.768	2.102.972	2.338.643	2.556.950
Jacinto Machado	256.440	289.946	322.630	331.800	377.316
Maracajá	168.241	170.124	181.051	197.526	199.860
Morro da Fumaça	609.470	592.134	635.539	642.865	666.246
Praia Grande	129.246	140.106	155.814	160.288	169.487
Santa Rosa do Sul	112.838	129.201	138.941	132.882	152.035
Sombrio	615.206	675.326	752.082	785.414	803.393

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Araranguá é um município litorâneo localizado no extremo sul do estado de Santa Catarina. Localiza-se a uma latitude 28°56'05" sul e a uma longitude 49°29'09" oeste, estando a uma altitude de 13 metros. Segundo as estimativas do IBGE, em 2019 sua população era de 68.228 habitantes, fazendo da cidade a terceira mais populosa da mesorregião Sul Catarinense e a mais populosa da microrregião que carrega o nome da cidade. Possui uma área de 304,05 km². Araranguá caracteriza-se por ser o principal polo regional de comércio e serviços do Extremo Sul Catarinense e na última década como um novo polo de educação no estado.

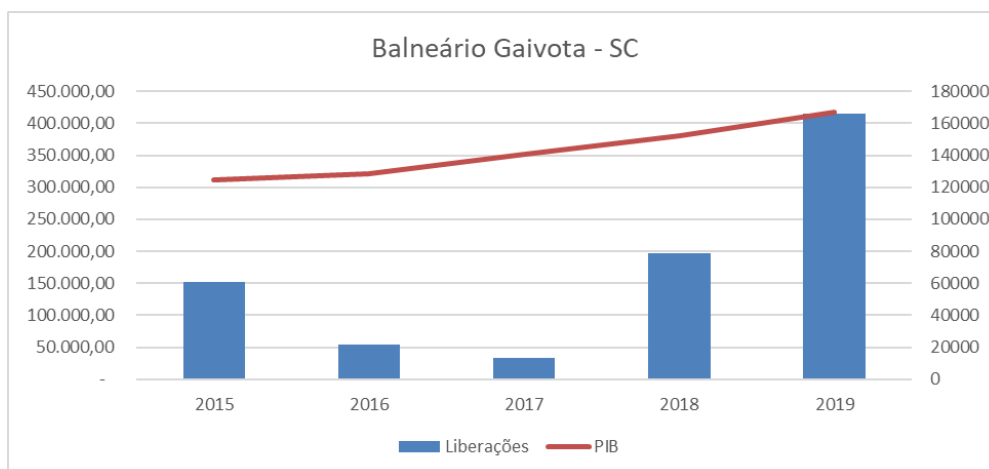
Gráfico 1 - Liberação de Crédito Rural X Evolução do PIB em Araranguá/SC.



Fonte: Cooperativa de Crédito Litorânea; IBGE, 2022

Balneário Gaivota é um município brasileiro do estado de Santa Catarina. Sua população, conforme estimativas do IBGE de 2018, era de 10 692 habitantes. Está a uma altitude de sete metros e possui uma área de 151,462 quilômetros quadrados. O município é conhecido pelas praias e lagoas, e seu calçadão.

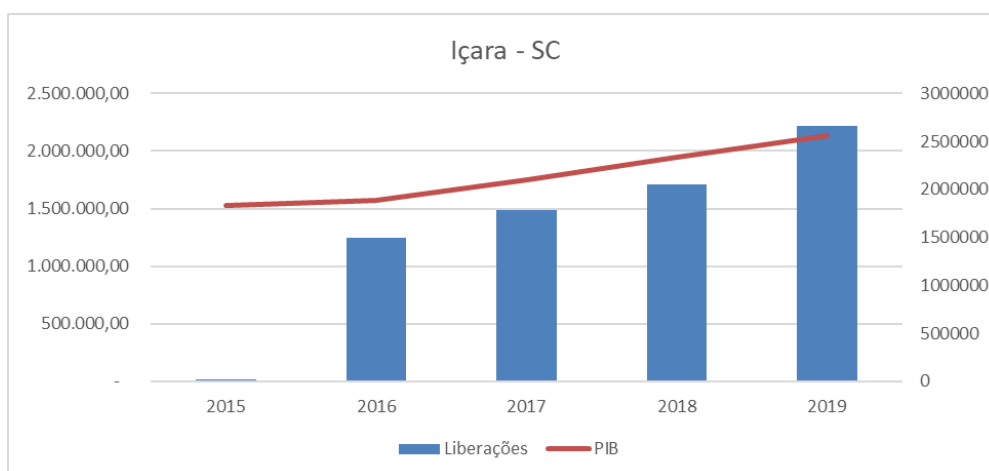
Gráfico 2 - Liberação de Crédito Rural X Evolução do PIB em Balneário Gaivota/SC.



Fonte: Cooperativa de Crédito Litorânea; IBGE, 2022

Içara é um município brasileiro do estado de Santa Catarina. Localiza-se a uma latitude 28°42'48" sul e a uma longitude 49°18'00" oeste, estando a uma altitude de 48 metros. Sua população no verão costumava triplicar passando dos 60 mil para quase 200 mil veranistas oriundos da região, principalmente da Cidade de Criciúma, mas com a emancipação do distrito de Balneário Rincão que foi elevada à categoria de município em 2013, isso deixou de ocorrer visto que o município de Içara perdeu o acesso ao mar, além de ter perdido entorno de 12 mil habitantes.

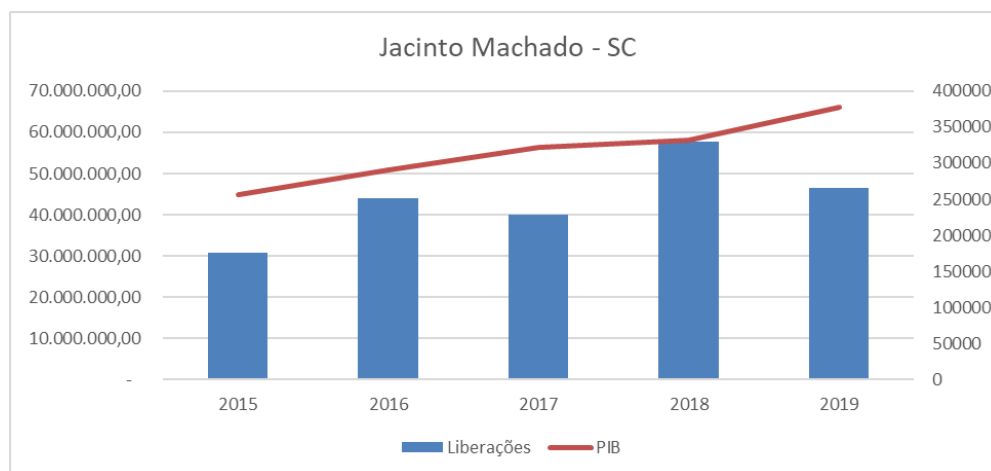
Gráfico 3 - Liberação de Crédito Rural X Evolução do PIB em Içara/SC.



Fonte: Cooperativa de Crédito Litorânea; IBGE, 2022

Jacinto Machado é um município brasileiro do estado de Santa Catarina. Localiza-se a uma latitude 28°59'51" sul e a uma longitude 49°45'49" oeste, estando a uma altitude de 28 metros. Sua população em 2010 era de 10.609. As principais atividades econômicas do município vêm da agricultura, como o arroz e banana, e da agropecuária, com o gado bovino.

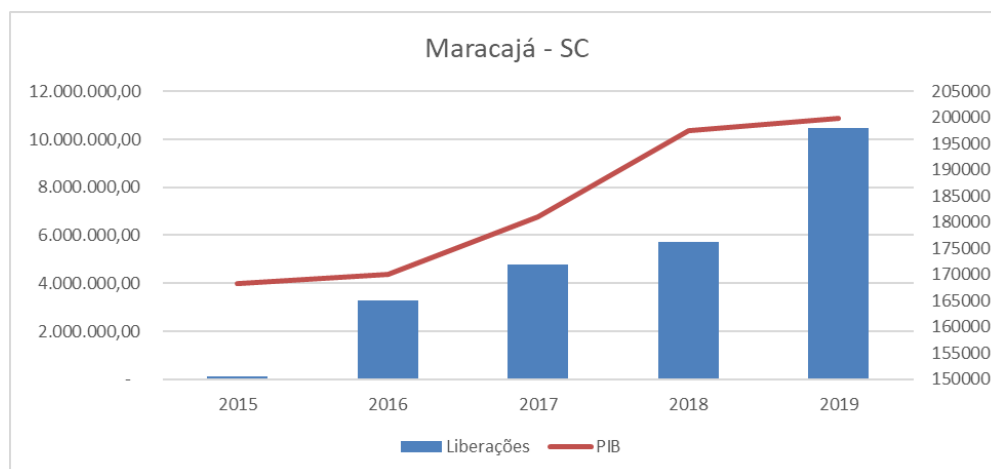
Gráfico 4 - Liberação de Crédito Rural X Evolução do PIB em Jacinto Machado/SC.



Fonte: Cooperativa de Crédito Litorânea; IBGE, 2022

Maracajá é um município brasileiro do Estado de Santa Catarina. Localiza-se a uma latitude 28°50'48" sul e a uma longitude 49°27'10" oeste, estando a uma altitude de 30 metros. Sua população estimada em 2004 era de 6 902 habitantes. Possui uma área de 70,651 km². Maracajá destaca-se pelo desenvolvimento agrícola e industrial. As culturas que prevalecem são o arroz e o fumo. Além das fábricas de confecção de roupas, a cerâmica, o extrativismo mineral e o comércio.

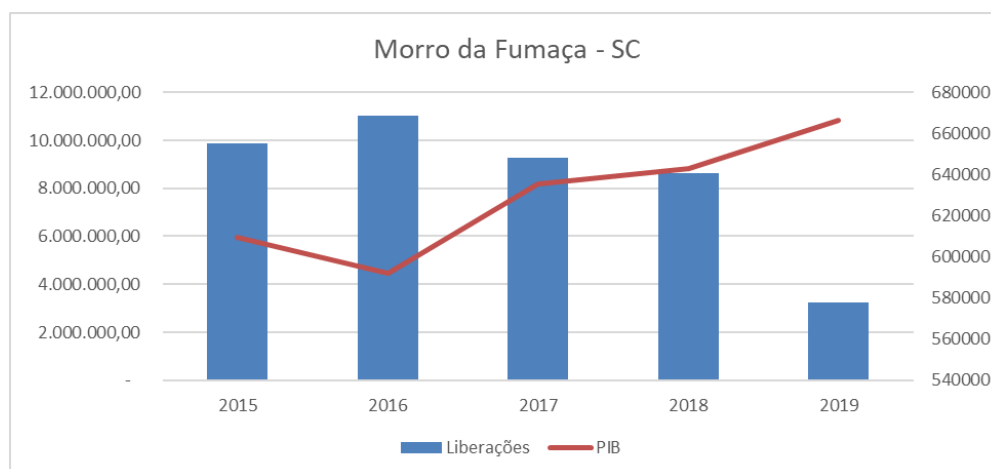
Gráfico 5 - Liberação de Crédito Rural X Evolução do PIB em Maracajá/SC.



Fonte: Cooperativa de Crédito Litorânea; IBGE, 2022

Morro da Fumaça é um município brasileiro do estado de Santa Catarina. Localiza-se ao sul do estado, a cerca de 180 km da capital, Florianópolis. Os principais empresários e empresas são de famílias tradicionais da cidade. A cerâmica sempre foi a atividade que mais movimentou a economia em Morro da Fumaça e o município é conhecido por suas olarias. Hoje a diversidade de empresas como de embalagens, produção de máquinas e têxteis ajudam na economia da cidade. O fato da maioria das empresas ser de famílias tradicionais de Morro da Fumaça, é um fator importante por concentrar o investimento no município.

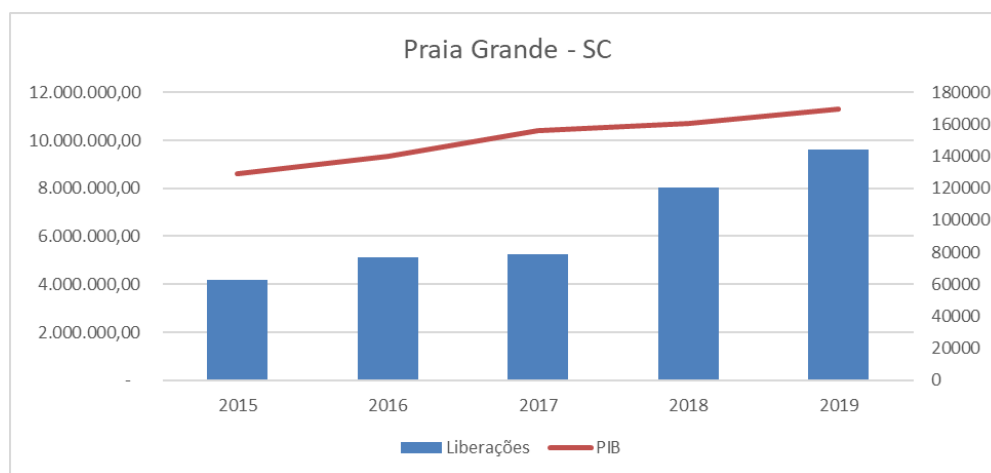
Gráfico 6 - Liberação de Crédito Rural X Evolução do PIB em Morro da Fumaça/SC.



Fonte: Cooperativa de Crédito Litorânea; IBGE, 2022

Praia Grande é um município brasileiro do Estado de Santa Catarina. Localiza-se a uma latitude 29°11'48" sul e a uma longitude 49°57'01" oeste, estando a uma altitude de 45 metros. Sua população estimada em 2005 era de 7.102 habitantes. Possui uma área de 286,11 km². Dentre as suas principais atrações, parcialmente localizados na área do município, estão o Parque Nacional de Aparados da Serra e o Parque Nacional da Serra Geral. O município de Praia Grande possui uma economia baseada na agricultura, com destaque para o cultivo de arroz, banana, fumo, feijão, milho e hortaliças. Chama a atenção o constante crescimento do cultivo dos produtos ecológicos que vem trazendo sustentabilidade e melhores condições de vida para as famílias da região. A cidade apresenta ainda um comércio aquecido, inclusive, por clientes de cidades vizinhas e em menor quantidade a existência de indústrias e a extração mineral e vegetal.

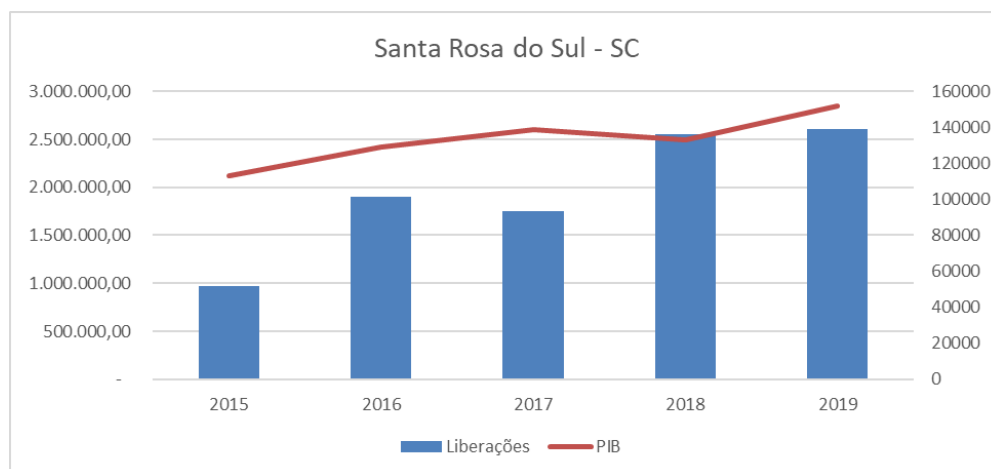
Gráfico 7 - Liberação de Crédito Rural X Evolução do PIB em Praia Grande/SC.



Fonte: Cooperativa de Crédito Litorânea; IBGE, 2022

Santa Rosa do Sul é um município brasileiro do Estado de Santa Catarina, estando a uma altitude de 30 metros e com uma população (em 2010) de 8.054 habitantes. Possui uma área de 164,48 km². É um município essencialmente agrícola, o município de Santa Rosa do Sul emancipou-se de Sombrio em 4 de janeiro de 1988.

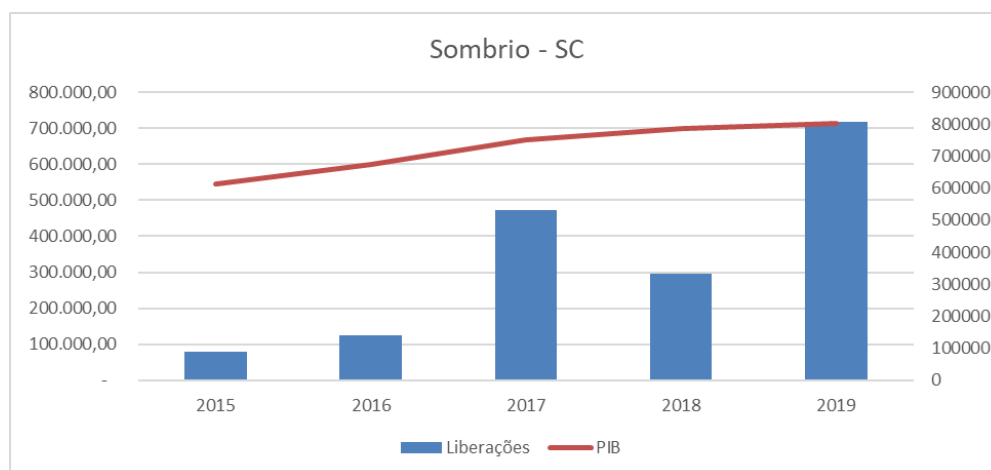
Gráfico 8 - Liberação de Crédito Rural X Evolução do PIB em Santa Rosa do Sul/SC.



Fonte: Cooperativa de Crédito Litorânea; IBGE, 2022

Sombrio é um município brasileiro localizado no extremo sul de Santa Catarina, no litoral, a 7 km do mar. Distante 240 km de Florianópolis e 230 km de Porto Alegre. Na agricultura, os principais produtos são o arroz, fumo, banana e maracujá. Na indústria, temos confecções, cerâmica, móveis e calçados, e no comércio, lojas de confecções, materiais de construção civil, lojas de eletrodomésticos, entre outros.

Gráfico 9 - Liberação de Crédito Rural X Evolução do PIB em Sombrio/SC.



Fonte: Cooperativa de Crédito Litorânea; IBGE, 2022

Da análise dos dados apresentados, buscando uma relação entre a concessão de crédito rural cooperativista pela Cooperativa de Crédito Litorânea e o Produto Interno Bruto – PIB, verifica-se inicialmente que tanto o numerário do crédito

concedido quanto a produção interna evoluíram progressivamente entre os anos 2015-2019, ainda que com algumas oscilações em casos específicos. Isto é, com exceção do município de Morro da Fumaça – SC, as demais localidades tiveram crédito rural e PIB maiores em 2019 que em 2015.

Notadamente, nos municípios eminentemente rurais, onde a atividade agrícola é maior, tiveram também maior influência da atuação cooperativista, considerando que a economia local nestes meios, leia-se Produto Interno Bruto, é quase que dependente deste setor. Dada essa conexão, a concessão de maior volume de crédito demonstra influenciar também em maior crescimento econômico, ao menos pela compreensão via PIB.

Em municípios menos ruralizados, menos agrícolas, essa relação não fica evidente, em Araranguá – SC até os últimos dois anos ainda havia a proporcionalidade e correspondência dos vetores, porém, a seguir, houve redução da oferta de crédito rural cooperativista e isto não influenciou o aumento do PIB.

Já em Balneário Gaivota houve uma curva no volume de crédito cooperativista que visualmente não parece ter tido qualquer influência nas finanças locais. Lembrando que a economia é fortemente vinculada a atividade pesqueira e turística, sendo a atividade agrícola menos presente.

Interessante ressaltar o caso de Morro da Fumaça – SC, em que a relação buscada se apresentou antagônica, inversamente proporcional, isto é, quando foi concedido um maior numerário em crédito rural cooperativista, o PIB tendeu a reduzir. Do mesmo modo, quando o crédito rural cooperativista não esteve tão presente, o PIB foi crescente. É um ponto fora da curva na presente análise e com os dados informações obtidas até o presente não é possível explicar as razões deste caso. Seria necessário um estudo individualizado para identificar as causas deste fenômeno.

De todo modo, feitas as ressalvas nos casos pontuais, pode-se concluir que sim, ainda que possa ser questionado por teóricos, o crédito rural cooperativista concedido via Cooperativa de Crédito Litorânea influenciou positivamente entre os anos de 2015-2019 nos municípios do sul catarinense em que a instituição atua e se faz presente.

4.2 DA PERCEPÇÃO DOS ASSOCIADOS DA COOPERATIVA DE CRÉDITO LITORÂNEA

As entrevistas semiestruturadas são baseadas em roteiros flexíveis e podem consistir em perguntas abertas e fechadas. Portanto, a direção da entrevista pode mudar dependendo das respostas fornecidas. Dessa forma, o entrevistador tem mais liberdade, o que faz com que o processo de seleção pareça uma conversa informal. As entrevistas semiestruturadas também são conhecidas como entrevistas semiabertas ou semidirigidas. Por meio desse tipo de entrevista, pode-se obter dados objetivos a partir de informações subjetivas.

A principal vantagem de uma entrevista semiestruturada é sua flexibilidade. Apesar de ser uma entrevista pré-planejada, as perguntas podem ser redirecionadas com base nas respostas. Desta forma, as entrevistas podem ser adaptadas aos candidatos, incentivando a espontaneidade e criando situações inesperadas. Além disso, como esta é uma entrevista informal de conversação, informações confidenciais sobre o candidato podem ser facilmente acessadas.

O recrutador deve preparar um questionário com algumas perguntas como roteiro. As perguntas devem ser abertas. Em outras palavras, eles devem ser projetados para permitir que as pessoas falem livremente sobre o assunto.

Foram entrevistados 10 associados da cooperativa objeto de pesquisa, em razão da acessibilidade, sendo todos produtores rurais no município de Jacinto Machado – SC, onde está localizado a sede administrativa da instituição e também a primeira agência de atendimento.

Tabela 3 – Associados entrevistados

Entrevistados	Idade (Anos)	Estado Civil	Comunidade	Cultivo	Tempo de Filiação (Anos)
E1	55	Casado	Linha Rosso	Banana	11
E2	61	Casado	Linha São Pedro	Arroz	30
E3	41	Casado	Linha Rovaris	Arroz	20
E4	56	Casado	Serra da Pedra	Arroz	27
E5	34	Casado	Tenente	Arroz	15
E6	64	Casado	Dois Irmãos	Banana	26

E7	38	Casado	Figueira	Arroz	9
E8	55	Casado	Último Rio	Arroz	21
E9	36	Casado	Ponte Alta	Arroz	11
E10	27	Solteiro	Sanga da Paca	Arroz	3

Fonte: Dados das entrevistas, 2022.

A coleta de informações foi realizada na própria residência dos entrevistados, contando eventualmente com a participação de todo o núcleo familiar, esposa, filhos e etc. Portanto a contribuição para a pesquisa foi rica e generosa. Podendo ter acesso a informações além das previstas em sede de estipulação da metodologia da pesquisa, conforme se pode observar pelos apêndices 1 e 2.

Da análise das entrevistas, insta observar individualmente cada questão, buscando conexões e afirmativas presentes em cada questionário. Pontuando, excepcionalmente, divergências pertinentes. Para que seja possível determinar a razão e motivação dos entrevistados para além do que lhe foi questionado.

No primeiro item foi questionado sobre o que representa a Cooperativa de Crédito Litorânea, qual a sua concepção a respeito do cooperativismo, mormente do ramo creditício. A principal característica identificada foi com relação ao atendimento cooperativo, a prestatividade: “A cooperativa é diferente de um banco, a gente tá lá, é mais familiar” (E4).

Inclusive, foi trazida como característica determinante na diferenciação desta instituição com bancos comerciais: “A diferença dos outros bancos é o atendimento, a gente chega ali e é bem atendido” (E2). Ou seja, aos olhos do cooperado não é uma questão estatutária que diferencia uma cooperativa de um banco tradicional, mas sim o relacionamento e trato entre a instituição e seu tomador de produtos/serviços: “A cooperativa é e trabalha pelos sócios. Os bancos trabalham para eles” (E9).

Não obstante, os entrevistados também tiveram facilidade em identificar um atendimento especial, quase que personalizado, ao agricultor: “A atenção pra nós, produtores rurais é bem maior que nos outros bancos (E3). O produtor rural são pessoas mais simples, precisam de um atendimento assim” (E7). Eles visualizam a

cooperativa como uma instituição do homem do campo: “Representa uma segurança que o agricultor tem” (E2).

Ainda, mesmo que mais distante, mencionaram a sua participação e consideração na administração, manutenção e direcionamento da cooperativa: “A participação que a gente pode ter ali dentro, pode opinar, chamar atenção, diferencia” (E3). Isso, segundo eles, é baseado em relações de confiança, ao ponto de em alguns momentos o associado se sentir, de fato, dono da instituição: “A gente tem esse sentimento de dono” (E3). Aqui, percebe-se a presença da gestão democrática e cooperativa.

Na segunda pergunta, se buscou saber como os entrevistados se enxergavam dentro da cooperativa, figurando como sócios, partícipes e etc. A maior menção se dá referentes as sobras divididas entre os associados ao fim de cada ano. Que, atrelado a participação das assembleias, intensificam o sentimento de proprietário do negócio: “A gente se sente um pouquinho de dono, porque todo ano tem as sobras, que repartem com a gente” (E4).

Nestes eventos mencionados, foi lembrado sobre a importância que os associados dão às explicações sobre o uso de capital e recursos, destinação de verbas, bem como investimentos e lucratividades: “Na Credija os dados são apresentados número por número, bem claro” (E9). Ou seja, o associado agricultor se preocupa em como a cooperativa é administrada, e no momento da pesquisa, demonstrou satisfação. Novamente trouxeram como distinção da cooperativa com demais bancos comerciais:

É diferenciada, temos acessibilidade, conversamos com o presidente, com os gerentes e etc. Nossa ideia é considerada pra ideias do que queremos, do que nossa comunidade quer da cooperativa, o que não acontece nos bancos, que não tem essa proximidade. (E4)

No terceiro questionamento, iniciando uma segunda fase da entrevista, posteriormente já tendo identificado a visão sobre o que é a cooperativa e quem é o associado; foi aventado as expectativas dos associados sobre a cooperativa.

Todas as respostas vieram no sentido de continuação do trabalho e atuação da cooperativa: “A gente tem contas em outros bancos, mas busca condicionar ali por ser melhor, (...), é da gente, dos produtores rurais” (E3). Isto é, os

entrevistados adiantaram estar satisfeitos com sua cooperativa e esperam que isso continue nos anos seguintes: “Pra nós ela foi uma sorte nossa, porque comparando com outros bancos, sempre sugeram nós, a cooperativa sempre nos ajudou” (E8).

Algumas propostas foram aventadas para melhoria, como novos financiamentos, seguros, linhas de crédito em geral, especialmente com modalidades de pagamento anuais, alinhados a forma de provento dos agricultores por safra anual.

Continuamente, foi perguntado aos associados o que, dentro das suas expectativas, estava sendo atendido pela cooperativa e o que ainda não. Positivamente, o atendimento e as explicações foram bastante lembrados novamente: “(...) o associado sabe que se precisar da cooperativa pode contar com ela” (E7). Atenção em especial ao aplicativo da cooperativa que trouxe comodidade a população do campo no atendimento remoto, sem a necessidade de se deslocarem até as agências.

De forma negativa, ainda que levemente, foram trazidos casos de problemas com seguro, no passado. Como melhorias foram sugeridos juros melhores e, pontualmente, transparência no processo seletivo de funcionários.

Também pontualmente, foi constatado a percepção de que a cooperativa, inserida no cenário regional, especialmente no meio rural, ainda tem uma herança de características machistas, onde impera a presença de figuras masculinas no poder. Ainda que a maioria dos colaboradores sejam mulheres, poucas assumem cargos para além do atendimento ao associado.

No caso em específico, vale ressaltar que o entrevistado evidenciou uma melhora da cooperativa nesse quesito nos últimos anos, e compreende que a mudança é cultural e deve gradual, de modo que a instituição acompanhe o espírito do seu tempo.

Por fim, passando para a pergunta núcleo da pesquisa, onde buscou-se saber se aos olhos dos associados a cooperativa contribuiu para o desenvolvimento regional sul catarinense. As respostas foram unânimes de forma afirmativa: “Pro vale do Araranguá contribui muito, tanto que tá crescendo, tanto a cooperativa quanto a nossa região(...) tudo o que a gente conseguiu comprar foi através da Sicoob” (E3). Inicialmente pela geração de empregos, pelos projetos sociais em escolas e

comunidades, em especial, pelo crédito: “Gerando crédito para as pessoas gera para o município” (E10).

Há também o interesse pela comunidade, 7º princípio cooperativista:

Eu acredito que ela contribuiu muito com a nossa região, aqui pra nossa comunidade pela briga pela nossa estrada, quando nós precisamos nós íamos lá no presidente e ele nos dava uma força, conversava com prefeito, deputado e etc.

Para os agricultores em especial, foi fortemente gratificado a importância do crédito rural e do seguro da lavoura: “A gente fica mais seguro por ter a Credija como uma parceira para investir em lavoura, trabalhamos mais seguros” (E9).

Insta observar que os produtores rurais creditam a subsistência e continuidade da atividade em razão da cooperativa: “(...) se a gente não tivesse eles pra financiar a lavoura, talvez a gente não conseguisse” (E7). Isto é, a manutenção da agricultura e o seu desenvolvimento se deram, aos olhos dos agricultores, em parceria com a cooperativa: “Se não fosse ela, a gente estaria ainda naquele mundinho. Nós estaríamos no passado, não teria desenvolvimento, principalmente para a agricultura” (E8).

Em âmbito municipal, foi trazido a importância da cooperativa para o desenvolvimento e sustentabilidade da economia local: “A cooperativa tá financiando bastante gente, tá buscando bastante a gente para ajudar” (E10). A percepção dos associados vai além da questão econômica e lembra também do papel social da instituição:

Entra aquela questão, a parte social que a Credija faz. A gente acompanha essas campanhas, de natal, Cooperjovem, tem o emprego também. Essa facilidade de abrir uma conta, o sócio mirim. Tem o sorteio do Credicap. Tem o crédito rural, pra nós do campo. Sem falar que é uma concorrência. (...) Ela ajudou muito a evoluir nosso município, e expandiu para os outros municípios, deu sustentabilidade pra economia de todos eles. Cresceram bastante. Também pelo lado social, ela ajuda as pessoas, sócios ou não. Projetos em escolas e etc. Num todo ela contribui com a sociedade, economicamente, oportunidades de emprego, abre muitas portas. (E3; E4)

Coube destacar, na percepção do associado, o crescimento da cooperativa ao longo dos anos, consolidando como instituição de sucesso e renome. Ao passo que o crescimento da cooperativa foi alinhado e em compasso com o desenvolvimento regional sul catarinense.

5. CONCLUSÃO

As cooperativas são organizações baseadas nos valores de responsabilidade mútua, democracia, igualdade, justiça e solidariedade. Seus objetivos econômicos e sociais são os objetivos comuns de toda a comunidade. Leis e doutrinas são diferentes de outras sociedades. Seus integrantes acreditam nos valores éticos de honestidade, transparência, responsabilidade social e cuidado com o próximo.

As cooperativas de crédito surgem pela livre iniciativa popular, unidas para atingir um objetivo coletivo comum, registradas pela Lei nº 5.1971. De acordo com o Banco Central do Brasil, em uma cooperativa de crédito são disponibilizados os serviços financeiros semelhantes a qualquer banco tradicional.

A Cooperativa de Crédito Litorânea é uma cooperativa membro do sistema Sicoob. Foi fundada em 1992 por um grupo de agricultores do município de Jacinto Machado/SC. Naquela época, os agricultores precisavam ter acesso a crédito com taxas mais justas para financiar suas lavouras. Atualmente, a cooperativa atende o público em geral, além dos agricultores tradicionais. Existem 15 filiais entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A cooperativa opera em 13 municípios e continua crescendo com mais de 50.000 associados.

O objetivo do presente trabalho foi analisar as contribuições da Cooperativa de Crédito Litorânea no desenvolvimento socioeconômico da região do sul catarinense, por meio da concessão de crédito rural cooperativista, e pela percepção dos associados.

Inicialmente, foi conceituado em linhas gerais sobre o cooperativismo e o ramo creditício. Deu-se atenção especial para a forma de gestão empresarial cooperativa e como isto ocorre no cenário atual em contradição aos dogmas da filosofia cooperativista. Ainda, como um dos núcleos da pesquisa, foi abordado sobre a importância do crédito rural, seu acesso por meios das cooperativas, e da participação da agricultura familiar na economia brasileira.

Continuamente, introduziu-se às principais teorias do desenvolvimento, buscando conexões e divergências em relação ao cooperativismo creditício. Não afastando a análise do loco regional, enquanto vetor fundamental para o

desenvolvimento da pesquisa dissertativa. Concluindo-se pelas teorias do desenvolvimento local e territorial, mormente a vertente rural. Deste modo, aprofundou-se o estudo bibliográfico nestas teorias.

Dando início a análise prática do objeto de pesquisa, foi definido pelo Produto Interno Bruto como parâmetro econômico de crescimento amplamente aceito no meio acadêmico e social. Após abordagem introdutória sobre o referido vetor, foi apresentado dados da Cooperativa de Crédito Litorânea, sobre o volume de crédito rural concedido, entre os anos de 2015 e 2019, nos municípios do Sul Catarinense em que atua. Para fazer os comparativos necessários, foi apresentado também os índices de PIB destes mesmos municípios nos anos correlatos.

Feitas as ressalvas nos casos pontuais, pode-se concluir que o crédito rural cooperativista concedido pela Cooperativa de Crédito Litorânea influenciou positivamente, entre os anos supracitados, nos municípios do sul catarinense em que a instituição atua.

Por conseguinte, foram apresentados os dados obtidos por meio de entrevistas semidirigidas com dez associados da Cooperativa de Crédito Litorânea, todos agricultores familiares do município de Jacinto Machado. Destes dados e informações, foi possível afirmar que, na visão dos associados da cooperativa, a instituição foi fundamental para a vida de suas famílias, promovendo desenvolvimento econômico via concessão de crédito, bem como desenvolvimento social por meio de projetos desenvolvidos na sociedade local.

Neste ponto, é possível responder ao objetivo do presente trabalho: Quais as contribuições da Cooperativa de Crédito Litorânea no desenvolvimento socioeconômico da região do sul catarinense?

Conclui-se, após estudo de referenciais teóricos bibliográficos, análise de dados econômicos (quantitativos) bem como impressões pessoais da sociedade local (qualitativos), que a instituição Cooperativa de Crédito Litorânea participou ativamente na promoção do desenvolvimento econômico e social da região sul catarinense.

Pois foi fundamental para agricultores locais da década de 90, garantindo acesso a crédito e serviços financeiros não fornecidos pelas redes bancárias tradicionais. Por meio desta, foi possível a subsistência da agricultura familiar na região bem como o seu desenvolvimento até os dias de hoje. Onde a cooperativa

oferta além do crédito, outros serviços essenciais como seguro, previdência, e atendimento especializado.

Insta observar que no presente a cooperativa atende além dos agricultores tradicionais, empresários e comerciantes da região, se consolidando muitas vezes com a principal instituição financeira de seus associados. Promovendo participação ativa de seus integrantes por meio de assembleias ordinárias e extraordinárias. O seu próprio desenvolvimento, hoje contando com mais de 50 mil associados entre seus 30 anos de história é sinal de consolidação da instituição cooperativa. Expande abrangência da área de atendimento para localidades para além da região sul catarinense.

Não pode se olvidar também a realização de projetos sociais em escolas, comunidades carentes, levando a educação financeira; núcleo feminino para representação da mulher cooperativista; bem como a promoção do plantio e replantio de árvores frutíferas com fito de conscientização ambiental.

REFERÊNCIAS

ACI. **XXX Congress Tokyo**: agenda and reports. Review of International Cooperation, v. 85, n. 2-3, Abr. /Jul. 1992.

ALENCAR, E. **Valorização da cooperativa agrícola de Curvelo-MG**. Viçosa. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, 1976.

ALVES, Sérgio Darcy da Silva; SOARES, Marden Marques. **Microfinanças: Democratização do crédito no Brasil: Atuação do Banco Central**. 3. ed. rev. e ampl. Brasília: BCB, 2006.

_____. **O Banco Central e o cooperativismo de crédito**. In: O COOPERATIVISMO de crédito no Brasil: do século XX ao século XXI. Santo André: Editora Confabras, 2004. p. 213-224.

AMARAL FILHO, Jair. **Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista**. In: Planejamento e políticas públicas. Brasília, IPEA, n. 14. dez, 1996.

AMODEO, N. B. P. **As cooperativas e os desafios da competitividade**. Estudos Sociedade e Agricultura, n. 17, out. 2001.

ANSOFF, H. I. **A nova estratégia empresarial**. São Paulo: Atlas, 1990.

ANTONIALLI, Luiz Marcelo. **Influência da mudança de gestão nas estratégias de uma cooperativa agropecuária**. Revista de Administração Contemporânea [online]. 2000, v. 4, n. 1 [Acessado 8 janeiro 2022], pp. 135-159. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1415-65552000000100008>>. Epub 24 Abr. 2009. ISSN 1982-7849.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFESA VEGETAL [ANDEF]. **Agricultura familiar, cooperativas**. São Paulo, 2014.

ARAÚJO, S. M. P. (1982). **Eles: A cooperativa**. Um estudo sobre a ideologia da participação Curitiba, PR: SECE.

AZEVEDO, Wladimir Colman de e SANTANA, Antônio Cordeiro de. **O produto interno bruto do Brasil ajustado pela depreciação do solo agrícola**. Revista de Economia e Sociologia Rural [online]. 2022, v. 60, n. 2 [Acessado 2 Fevereiro 2022], e228505. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.228505>>. Epub 27 Ago 2021. ISSN 1806-9479.

BALDE BRANCO. **Cooperativismo**: dirigentes discutem o futuro do setor e a própria capacitação. p. 45-77, jul. 1997.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é cooperativa de crédito?** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/cooperativacredito>. Acesso em: 1 fev. 2020.

_____. **Relatório de inclusão financeira.** Brasília, 2011.

BARTLE, Phil. **O que é comunidade?** Uma perspectiva sociológica. 2015. Disponível em: <http://cec.vcn.bc.ca/mpfc/whatcomp.htm>. Acesso em: 3 jan. 2020.

BERNARDO, E. E. R. **A crise no cooperativismo.** In: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPAD (1996: Angra dos Reis). Anais. Rio de Janeiro: ANPAD, 1996. p. 125-139.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar:** como fazer entrevistas em ciências sociais. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da Ufsc, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jul. 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. 2a edição. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério da Economia. **Censo Agropecuário.** 2017. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/informativos.html. Acesso em: 06 abr. 2021

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

_____. **Lei nº 5.764**, de 16 de dezembro de 1971: Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.htm. Acesso em: 25/02/2021.

_____. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006: Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 22/02/2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento econômico e o empresário:** Ao inovar e executar a reorganização dos fatores de produção, o empresário torna-se o grande propulsor de uma economia em expansão. 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v32n3/a02v32n3>. Acesso em: 27 nov. 2019.

_____. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico.** 2008. Disponível em:

<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.18.ConceitoHist%C3%B3ricoDesenvolvimento.31.5.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRUNI, L. (2005). **Comunhão e as novas palavras em economia**. São Paulo, SP: Cidade Nova.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BÚRIGO, F. L. **Finanças e solidariedade: cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil**. Chapecó, SC: Argos, 2010.

BURSZTYN, P. R. **O poder dos donos Petrópolis: Vozes**, 1985.

CAMARGO, L. C. (1960). **Cooperação e cooperativismo: Vol. 4. Cadeira 20**. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo.

CAPELLO, R. **Regional economics in its 1950s: recent theoretical directions and future challenges**. The Annals of Regional Science, vol. 42, nº 04, p.747-767, 2008.

CAPOBIANGO, Ronan Pereira et al. **Análise do impacto econômico do crédito rural na microrregião de Pirapora**. Revista de Economia e Sociologia Rural [online]. 2012, v. 50, n. 4 [Acessado 11 Janeiro 2022], pp. 631-644. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20032012000400003>>. Epub 30 Jan 2013. ISSN 1806-9479.

CARBONELL DE MASY, R. **Moderna gestión de empresas cooperativas agrarias Valencia: Consellèria de Trabajo del País Valenciano**, 1980.

CÁRIO, S. A. F. **Estudo sobre o controle e a participação numa cooperativa de 2º grau em Santa Catarina**. Perspectiva Econômica, v. 19, n. 51, p. 109-127, 1985. Série Cooperativismo. v. 16.

CARNEIRO, Douglas Mesquita; BAGOLIN, Izete Pengo. **Distribuição da renda do trabalho versus perfil socioeconômico e crescimento nos três Coredes de menor PIB per capita do Rio Grande do Sul nos anos 2000**. Indicadores Econômicos FEE, v. 40, n. 1. 2012.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1985.

CAUME, D. J. **Segurança alimentar, reforma agrária e agricultura familiar**. Revista Extensão e Cultura, Goiânia, v. 1, p. 36-39, 2003.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo; DE NEGRI, Fernanda. **Produtividade no Brasil: uma análise do período recente**. Repositório Ipea. 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11058/3016>>. Acesso em: 3 jul. 2015.

CAZELLA, AA; BÚRIGO, FL. **Inclusão financeira e desenvolvimento rural:** importância das organizações territoriais. *Política e Sociedade*, v. 14, p. 301-331, 2009.

CECHIN, A. **Cooperativas brasileiras nos mercados agroalimentares contemporâneos:** limites e perspectivas. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; CHOMEL, A. **La réorganisation de l'alliance:** le débat sur les valeurs, l'aide aux coopératives d'Europe Orientale. *Revue des Études Coopératives Mutualistes et Associatives*, n. 44-45, Oct. 1992.

CRUZ, A. M. da. **A diferença da igualdade:** a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul. Campinas, SP: [s.n.], 2006.

CRUZ, Nayara Barbosa da et al. **Acesso da agricultura familiar ao crédito e à assistência técnica no Brasil.** *Revista de Economia e Sociologia Rural* [online]. 2021, v. 59, n. 3 [Acessado 6 Janeiro 2022], e226850. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.226850>>. Epub 02 Nov. 2020. ISSN 1806-9479.

COELHO, A. L. C. **“Velha” geografia econômica da nova geografia econômica:** Lösch frente aos demais antecedentes da modelagem. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, vol.15, nº 27, p. 67-74, 2013.

CONDRAF, 2. 2013, Brasília. **Conferência nacional de desenvolvimento rural sustentável e solidário.** Brasília: Condraf, 2013. 72 p. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/2cndrss%20documento_de_referencia.pdf. Acesso em: 05 mar. 2021.

CONTERATO, Marcelo Antônio (Et al.) (Org.). **Mercados e agricultura familiar / interfaces, conexões e conflitos.** Porto Alegre: Via Sapiens, 2013. 357 f. (Difusão IEPE/UFRGS) ISBN 9788561941086 Disponível em: <http://intranetdoc.epagri.sc.gov.br/producao_tecnico_cientifica/DOC_33603.pdf> Acesso em: 23/02/2021.

CONSTANTINO, Michel, PEGORARE, Alexander Bruno e COSTA, Reginaldo Brito da. **Desempenho regional do IDH e do PIB per capita dos municípios de Mato Grosso do Sul, Brasil, entre 2000 e 2010.** *Interações (Campo Grande)* [online]. 2016, v. 17, n. 2 [Acessado 2 Fevereiro 2022], pp. 234-246. Disponível em: <<https://doi.org/10.20435/1984042X2016207>>. ISSN 1984-042X.

CUNHA, Alexandre B. e MOREIRA, Leonardo Puccini. **Ciclos econômicos regionais no Brasil de 1985 a 2002:** uma introdução. *Revista de Economia Contemporânea* [online]. 2006, v. 10, n. 1 [Acessado 2 Fevereiro 2022], pp. 115-138. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1415-98482006000100005>>. Epub 22 Mar 2007. ISSN 1980-5527.

DUARTE, L. M. G. **Capitalismo e cooperativismo no RGS: o cooperativismo empresarial e a expansão do capitalismo no setor rural do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: L&PM/Anpocs, 1986.

ESTEAM, Dimas de O.; VERGINIO, Max R. C. **A diversidade do cooperativismo brasileiro e catarinense.** Revista Catarinense de Economia, v. 1, n. 1 (2017).

FLEURY, M. T. L. **Cooperativas agrícolas e o capitalismo no Brasil.** São Paulo: Global Editora, 1983.

FRANÇA, Caio Galvão de; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil.** Brasília: MDA, 2009. 95 p. Disponível em: <<http://www.nead.gov.br/portal/nead/nead-debate/>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

FREITAS, A. **Interações entre organizações coletivas na promoção do desenvolvimento local.** Interações, Campo Grande, MS, v. 14, n. 2, p. 177-88, jul./dez. 2013.

FREITAS, Lara Brunelle Almeida e LIMA, Jandir Ferrera de. **Centralidade e Desenvolvimento na Mesorregião Diferenciada Vale do Ribeira/Guaçu.** Mercator (Fortaleza) [online]. 2021, v. 20 [Acessado 2 Fevereiro 2022], e20030. Disponível em: <<https://doi.org/10.4215/rm2021.e20030>>. Epub 26 Nov 2021. ISSN 1984-2201.

GARCIA, R. M. **O requisito de um programa de treinamento em cooperativas.** Revista de Administração de Empresas, v. 21, n.1, p. 39-45, jan./mar. 1981.

GARCIA, Suélen dos Santos. **Cooperativismo de crédito: atuação da cresol como fator de desenvolvimento socioeconômico e combate à pobreza na região sul/RS.** 2011. 124 f. Dissertação (Mestrado em Social) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2011.

GASQUES, J. G.; BASTOS, E. T. **Crescimento da Agricultura.** IPEA - Nota Técnica - Boletim de Conjuntura 60, Brasília, mar. 2003.

GASQUES, J. G.; SPOLADOR, H. F. S. **Taxa de juros e políticas de apoio interno à agricultura.** IPEA - Texto para Discussão 952, Brasília, 2003.

GAVIOLA, F. R.; COSTA, M. B. P. **As múltiplas funções da agricultura familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara (SP).** Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 49, n. 2, p. 449-472, 2011.

GAZOLLA, M. 2004. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS.** 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.

GIMENES, R. M. T.; GOZER, I. C.; GOZER, D. F. **A cultura da competição nas sociedades contemporâneas e as ameaças ao modelo atual de gestão financeira das cooperativas agropecuárias brasileiras.** Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR, Umuarama, PR, v. 9, n. 1 e 2, p. 109-33, jan. /dez. 2008.

GOLDSMITH, RW. **Estrutura e desenvolvimento financeiro.** The Economic Journal, v. 80, n. 318, pág. 365-367, 1969.

GOMES, I. **Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar.** Revista de biologia e ciência da terra, v. 5, n. 1, 2004.

GRAMACHO, A. **Cooperativas agrícolas e globalização.** Agroanalysis, p. 14-15, ago. 1997.

GUILHOTO, J. et. al. **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados.** Brasília: NEAD, 2007.

_____. **A importância do agronegócio familiar no Brasil e seus estados.** RER, v. 44, n. 03, p. 355-382, 2006.

GUISSO, L.; SAPIENZA, P.; ZINGALES, L. **Does local financial development matter?** Cambridge, NBER, 2004. (Working Paper Series, n. 8923). Disponível em: <http://www.nber.org/Papers/W8923>. Acesso em: 4 de jan. de 2022.

GURLEY, JG; SHAW, ES. **Aspectos Financeiros do Desenvolvimento Econômico.** The American Economic Review, v. 45, n. 4, pág. 515-538, 1955.

IBGE. **“Censo Agro 2017: população ocupada nos estabelecimentos agropecuários cai 8,8%”.** Agência IBGE de Notícias, 2019b. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-8-8> Acesso em 06/04/2020.

_____. **“Censo Agropecuário 2017. Retratando a realidade do Brasil agrário”.** Agência IBGE de Notícias, 2019a. Disponível em https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/d37d30efd337a9b66852d60148695df1.pdf Acesso em 06/04/2020.

IPEA. **Fiscais da saúde dos alimentos – Empresa de Botucatu é exemplo de certificadora de produtos orgânicos.** Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1417:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 11 de jan. 2022.

JANK, M. S. **Agenda do dia para as cooperativas:** no setor agropecuário, entidades têm de lidar com concorrência acirrada e precisam rever suas regras. Folha de São Paulo, 18 jun. 1997. Caderno de Economia.

JACQUES, Elidecir Rodrigues e GONÇALVES, Flávio de Oliveira. **Cooperativas de crédito no Brasil:** evolução e impacto sobre a renda dos municípios brasileiros. Economia e Sociedade [online]. 2016, v. 25, n. 02 [Acessado 4 Janeiro 2022], pp. 489-509. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3533.2016v25n2art8>>. ISSN 1982-3533.

JOYAL, A. **Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial:** uma comparação Québec -Brasil (1960-2010). Informe GEPEC, vol. 23, edição especial, p. 191-209, 2019.

KEYNES, J. M. **The general theory of employment, interest and money.** London: Palgrave Macmillan, 1936.

KING, R. e LEVINE, R. **Finanças e crescimento:** Schumpeter pode estar certo. The Quarterly Journal of Economics, v. 108, n. 3, pág. 717-737, 1993.

LAUSCHNER, R.; SCHWEINBERGER, G. A. **Eficiencia y eficacia de la empresa cooperativa y estructura de poder.** Perspectiva Econômica, v. 24, n. 65, p. 11-26, abr./maio 1989.

MACIAZEKI-GOMES, Rita de Cássia et al. **Modos de trabalhar e modos de subjetivar na agricultura familiar no sul do Brasil.** Revista Estudos Feministas [online]. 2021, v. 29, n. 1 [Acessado 6 Janeiro 2022], e65762. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n165762>>. Epub 02 Jul. 2021. ISSN 1806-9584.

MAES, J. **Microfinance service for very poor people:** promising approaches from the Field, 2006.

MAGALHÃES, R. S.; JUNQUEIRA, R. G. P. **Microfinanças:** racionalidade econômica e solidariedade social. São Paulo: Saint Paul Editora, 2007.

MAIA, I. (1985). **Cooperativa e prática democrática.** São Paulo, SP: Cortez.

MANKIW, N. G. **Introdução à economia:** princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MARQUES, Heitor Romero e COSTA, Jéssica Oje da. **O cooperativismo e o desenvolvimento local:** um estudo da cooperativa de crédito Sicredi União MS/TO – Comitê Ação Social. Interações (Campo Grande) [online]. 2021, v. 22, n. 2 [Acessado 3 Janeiro 2022], pp. 531-541. Disponível em: <<https://doi.org/10.20435/inter.v22i2.2961>>. Epub 18 Out 2021. ISSN 1984-042X.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. **Desenvolvimento local**: questões conceituais e metodológicas. Interações, Campo Grande, v. 3, n. 5, p. 51-9, 2002.

MCKINNON, R. **Dinheiro e capital no desenvolvimento econômico**. Washington, DC: Brookings Institution, 1973.

MEDINA, G.; ALMEIDA, C.; NOVAES, E.; GODAR, J.; POKORNY, B. **Development conditions for family farming**: lessons from Brazil. Word Development, v. 74, p. 386-96, out. 2015.

MEINEN, Ênio; PORT, Márcio. **Cooperativismo financeiro**: percurso histórico, perspectivas e desafios. Brasília, DF: Confabras, 2014.

_____. **Cooperativismo financeiro**: virtudes e oportunidades. Ensaios sobre a perenidade do empreendimento cooperativo. Brasília, DF: Confabras, 2016.

_____. **O cooperativismo de crédito ontem, hoje e amanhã**. Brasília, DF: Confabras, 2012.

MEIRELLES, J. L. F. **Inovação tecnológica na indústria brasileira**: investimento, inovação e incentivo governamental. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

MEIRELES, P. A. **Ações administrativas e participação social em cooperativas agropecuárias Lavras**. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) - Departamento de Administração e Economia, Universidade Federal de Lavras, 1981.

MICHELS, V. **Uma contribuição à análise dos princípios de administração financeira aplicados a sociedades cooperativas de produção agrícola**. 2000. 166 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2000.

MORAES, C. L. DE. **Participação do cooperado na cooperativa**: uma abordagem contingencial do desenvolvimento e crescimento da cooperativa mista e do cooperado. Perspectiva Econômica, v. 29, n. 84, p. 125-143, 1994. Série Cooperativismo. v. 35.

MOREIRA, V. R.; SILVA. MORAES, E. A.; PROTIL, R. M. **O cooperativismo e a gestão dos riscos de mercado**: análise de fronteira de eficiência do agronegócio paranaense. Revista de Economía e Sociología Rural, Piracicaba, SP, v. 50, n. 1, p. 51-68, jan./mar. 2012.

MOURÃO, N.; ENGLER, R. **Economia solidária e design social**: iniciativas sustentáveis com resíduos vegetais para produção artesanal. Interações, Campo Grande, MS, v. 15, n. 2, p. 329-39, jul. /dez. 2014.

NASCIMENTO, Carlos Alves do, AQUINO, Joacir Rufino de e DELGROSSI, Mauro Eduardo. **Tendências recentes da agricultura familiar no Brasil e o paradoxo da pluriatividade**. Revista de Economia e Sociologia Rural [online]. 2022, v. 60, n. 3 [Acessado 6 Janeiro 2022], e240128. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.240128>>. Epub 27 Ago. 2021. ISSN 1806-9479.

NETTO, Carlos Guilherme Adalberto Mielitz; MELO, Lenivaldo Manoel de; MAIA, Cláudio Machado. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2010. 82 p. Coordenado pelo Curso de Graduação Tecnológica - Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS.

NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo (org.). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

Disponível em:

<<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/163909/001026149.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

NOVAES, J. R. (1981). **Cooperativismo: Acumulação e mudança social**. In M. R. Loureiro (Ed.), Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil (pp. 41-73). São Paulo, SP: Cortez.

OLIVEIRA, B. A. M. DE. **Coprocol: um caso de contrapoder cooperativo**. Lavras, 1996. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) - Departamento de Administração e Economia, Universidade Federal de Lavras.

OLIVEIRA, N. M. **Revisitando algumas teorias do desenvolvimento regional**. Informe GEPEC, vol. 25, nº 01, p. 203-219, 2021.

OLIVEIRA, R. A. **O financiamento do PRONAF e os indicadores agrícolas das lavouras de subsistência no Estado do Ceará**. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

OLIVEIRA, Sonia. **Cooperativismo**. Instituto Pólis: 2004. (Boletim Repente, n. 21).

Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/923/1604.pdf?sequence=1>. Acesso em: 3 jan. 2022.

ONDER, Z.; OZYILDIRIM, S. **Banks, regional development disparity and growth: evidence from turkey**. Cambridge Journal Of Economics, v. 34, n. 6, p. 975-1000, 2009. Disponível em: <http://cje.oxfordjournals.org/content/34/6/975>. Acesso em 4 de jan. de 2022.

ORFEUIL, H. **Experiências francesas do microcrédito e o caso do grupo Finansol**. In: PRETTO, J. P. et al. (Org.). Cooperativismo de crédito e microcrédito rural. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p 19-26.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS SEÇÃO GOIÁS (OCB/GO) - SESCOOP/GO. **Censo do Cooperativismo Goiano 2016**. Goiás, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). **Smallholder integration in changing food markets**. Roma: FAO, 2013.

ORTOLANI, E. M. **Operações de crédito no mercado financeiro**. São Paulo: Atlas, 2000.

PADUA, Juliana Benites, SCHLINDWEIN, Madalena Maria e GOMES, Eder Pereira. **Agricultura familiar e produção orgânica**: uma análise comparativa considerando os dados dos censos de 1996 e 2006. *Interações (Campo Grande)* [online]. 2013, v. 14, n. 2 [Acessado 11 Janeiro 2022], pp. 225-235. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1518-70122013000200009>>. Epub 13 Fev. 2014. ISSN 1984-042X.

PAELINCK, John. **A teoria do desenvolvimento regional polarizado**. In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. p. 157-194.

PINHO, Diva B. **Lineamento da legislação cooperativa brasileira**. São Paulo: CNPq, 1996. (Manual de cooperativismo, v. 3).

_____. (2004). **O Cooperativismo no Brasil**: Da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo, SP: Saraiva.

PRADO, V.; SANTOS, M.; MEDINA G, MARTINS, B. **Passos da comercialização pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. In: Medina, G. (Org.). *Agricultura familiar em Goiás: lições de para o assessoramento técnico*. Goiânia: Editora UFG, 2016.

REDIN, E. **Construção social de mercados**: a produção orgânica nos assentamentos do Rio Grande do Sul, Brasil. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 16, n. 1, p. 55-66, jan. /jun. 2015.

RIBEIRO, M. C. Pereira; ALVES, G. R. Rodrigues. **Empreendedorismo e inovação**: a cooperativa como alternativa empresarial para o desenvolvimento. *Londrina* v. 14, *Scientia Iuris*, v. 14, p. 181-91, nov. 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/iuris/article/view/7656/6750>. Acesso em: 3 jan. 2022.

RIOS, G. S. L. (1976). **Cooperativas agrícolas no nordeste brasileiro e mudança social**. Dissertação de Mestrado não-publicada, Programa e Pós-Graduação em Economia Rural, Universidade de São Paulo, Piracicaba, SP.

RODRIGUES, Ana Cristina Medeiros; CASTILHO, Maria Augusta. **Praça esportiva Belmar Fidalgo**: a metamorfose de um estádio de futebol em um espaço

sociocultural e esportivo em Campo Grande/MS. Campo Grande: Gráfica Mundial, 2016.

RODRIGUES, R. **O cooperativismo na globalização**. Agroanalysis, p. 10-12, ago. 1997.

SALES, João Eder. **Cooperativismo: origens e evolução**. Revista Brasileira de Gestão e Engenharia, São Gotardo, v. 1, p. 23-34, 2010. Disponível em: <http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia/article/viewFile/30/23>. Acesso em: 3 jan. 2022.

SANTOS, Mauro Pereira, RODRIGUES, Juliana e MEDINA, Gabriel. **Cooperativismo em Goiás: como equalizar competitividade e solidariedade?** Interações (Campo Grande) [online]. 2017, v. 18, n. 04 [Acessado 10 Janeiro 2022], pp. 31-42. Disponível em: <<https://doi.org/10.20435/inter.v18i4.1537>>. ISSN 1984-042X.

SCHUNTZEMBERGER, Amanda Massaneira de Souza et al. **Análises Quase-experimentais Sobre o Impacto das Cooperativas de Crédito Rural Solidário no PIB Municipal da Agropecuária**. Revista de Economia e Sociologia Rural [online]. 2015, v. 53, n. 3 [Acessado 9 Fevereiro 2022], pp. 497-516. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005303007>>. ISSN 1806-9479.

SCHNEIDER, Sergio. **Evolução e Características da Agricultura Familiar no Brasil**. Serie REVISTA ALASRU Análisis Latinoamericano del Medio Rural nueva época no.9, octubre 2014, p. 21-52.

_____. **Globalización y cooperativismo: la dimensión local y la comunitaria**. Revista de la Cooperación Internacional, v. 37, n. 1, 2004.

_____. (1981). **O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: O caso brasileiro**. In M. R. Loureiro (Ed.), Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil (pp. 11-40). São Paulo, SP: Cortez.

_____. **“Reflexões sobre diversidade e diversificação agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural”**. Revista RURIS, Campinas/UNICAMP/SP, Vol. 4; Nº 01, março 2010A.

_____. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate**. Revista de Economia Política. São Paulo, v. 30, n. 3, set. 2010B.

SCHULZE, E. **Estrutura do poder em cooperativas**. Perspectiva Econômica, v. 22, n. 59, p. 49-76, jun./dez. 1987. Série Cooperativismo. v. 22.

SCHUMPETER, J. A. **The theory of economic development**. The Quarterly Journal of Economics, Cambridge, 1911.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. **Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais**. Psicologia & Sociedade [online]. 2007, v. 19, n. spe [Acessado 10 Janeiro 2022], pp. 84-94. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000400012>>. Epub 20 Set 2007. ISSN 1807-0310.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). Governo Federal. **Boletim Informativo Acontece**, edição especial, 2013.

SELLTIZ, Claire et alii. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. Tradução de Maria Martha Hubner de Oliveira. 2a edição. São Paulo: EPU, 1987.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renaut. **Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social**. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

SILVA, F. F. **Distribuição de créditos para a agricultura familiar: um estudo do PRONAF a partir de um indicador de desenvolvimento rural**. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

SILVA, Vosnei da. **Cooperativo de crédito solidário? A atuação da CRESOL no contexto da chamada agricultura familiar**. 2015. 188 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2015.

SILVA, M. G.; SILVA, S. P. **Para além do acesso: uma análise da relação entre mercados institucionais e empreendimentos de economia solidária no meio rural**. In: IPEA. Mercado de Trabalho, 49, nov. 2011.

SILVA, T. N. DA. **Participação dos cooperados na gestão de cooperativas de produção: uma análise da separação entre propriedade e controle**. Perspectiva Econômica, v. 29, n. 86, p. 05-97. Série Cooperativismo. v. 36, 1994.

SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Zander (Editores Técnicos). **O mundo rural no Brasil do século 21**. Brasília, DF: Embrapa, 2014.

SINGER, P.; **Economia Solidária e socialismo**. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (Org.). Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária. Campinas, SP: Alínea, 2007. p. 255-60.

_____. (2002). **Introdução à economia solidária**. São Paulo, SP: Perseu Abramo.

SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO [SICREDI]. **Histórico Sicredi**, [s.l.], 2020. Disponível em: <https://www.sicredi.com.br/html/conheca-o-sicredi/historico/>. Acesso em 3 jan. 2022.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

STUDART, R. **O sistema financeiro e o financiamento do crescimento**: Uma Alternativa Pós-Keynesiana à Visão Convencional. Revista De Economia Política, 1993.

VASCONCELOS, T. A. C. **A economia solidária na construção social do desenvolvimento territorial**. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (Org.). Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária. Campinas: Alínea, 2007. p. 261-85.

VENTURA, E. C. **A evolução do crédito da Antiguidade aos dias atuais**. Curitiba: Juruá, 2000.

XAVIER, Thiago Reis et al. **Desenvolvimento regional**: uma análise sobre a estrutura de um consórcio intermunicipal. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p. 1041-1066, ago. 2013 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122013000400011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 jul. 2020.

YUNUS, M. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2000.

WANDERLEY, Pedro Paulo Sperb; BORGES, Pedro Pereira. **O trabalho do egresso do sistema prisional à luz do desenvolvimento local Campo Grande**: Life Editora, 2019.

WERLANG FILHO, Armindo. **Políticas de financiamento aos microempreendedores**: uma ferramenta no combate à desigualdade social. 2010. 138 f. Dissertação (Mestrado em Social) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2010.

WIGGINS, S.; KIRSTEN, J.; LLAMBÍ, L. **The future of small farms**. World Development, v. 38, n. 10, p. 1341-8, 2010.

WORLD BANK. **GINI** index. [s.d.]. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/si.pov.gini>>. Acesso em: 3 jul. 2015.

ZYLBERSZTAJN, D. **Organização de cooperativas**: desafios e tendências. Revista de Administração, v. 29, n. 3, p. 23-32, jul./set. 1994.



_____. **Quatro estratégias fundamentais para cooperativas agrícolas.** São Paulo: FEA-USP/Pensa, 2002.

APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO

1. PARA VOCÊ, O QUE REPRESENTA A COOPERATIVA DE CRÉDITO LITORÂNEA?
2. COMO VOCÊ SE VÊ DENTRO DA COOPERATIVA DE CRÉDITO LITORÂNEA?
3. O QUE VOCÊ ESPERA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO LITORÂNEA?
4. DAQUILO QUE VOCÊ ESPERA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO LITORÂNEA, O QUE ESTÁ SATISFEITO E O QUE NÃO ESTÁ?
5. QUAL A CONTRIBUIÇÃO DA COOPERATIVA DE CRÉDITO LITORÂNEA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO REGIONAL?

APÊNDICE 2 - ENTREVISTAS

1. RESPOSTAS

ENTREVISTADO 1: *Pra mim a cooperativa foi a melhor coisa que teve, tenho meus negócios no Banco do Brasil mas não deu certo. Tive que transferir minha conta pra Santa Rosa do Sul, fui muito mal atendido. No Sicoob sou bem atendido, é sempre mais rápido, e tudo o que a gente conseguiu comprar foi através da Sicoob.*

ENTREVISTADO 2: *Representa uma segurança que o agricultor tem. Sem ela talvez a gente teria que voltar para os outros bancos. A diferença dos outros bancos é o atendimento, a gente chega ali e é bem atendido. Na nossa região é formada por colonos, que são pessoas simples. Então o atendimento tem que ser assim. E as taxas também, é complicado.*

ENTREVISTADO 3: *A gente, pra nós é uma cooperativa muito boa, como instituição para trabalhar é melhor que os outros bancos, tanto que nós trabalhamos a mais de 20 anos com ela. E quando a gente está descontente, nós vamos lá e falamos com eles, e sempre dão um jeito. A atenção pra nós, produtores rurais é bem maior que*

nos outros bancos. A participação que a gente pode ter ali dentro, pode opinar, chamar atenção, diferencia. Não conseguimos fazer isso em outro banco. A gente tá vendo uma melhoria, tem mais abertura, acho que é porque vai criando uma amizade. Antes parecia ser mais fechado. Nos últimos 8 anos pra cá vem mudando.

ENTREVISTADO 4: *A cooperativa é diferente de um banco, a gente tá lá, é mais familiar. Tem outras coisas que é melhor, a gente acaba participando, eu já fui conselheiro fiscal, minha esposa faz parte do núcleo feminino. É bom pra gente. É diferenciada, temos acessibilidade, conversamos com o presidente, com os gerentes e etc. Nossa ideia é considerada pra ideias do que queremos, do que nossa comunidade quer da cooperativa, o que não acontece nos bancos, que não tem essa proximidade. De outras cooperativas não podemos falar porque sempre trabalhamos com a Credija. Não participamos muito de outras cooperativas. Mas é muito importante pro nosso município ter essas cooperativas.*

ENTREVISTADO 5: *Eu pra mim a Credija é uma das melhores cooperativas de crédito da região, pelo que eu ouço falar das pessoas que eu converso, uma cooperativa que faz de tudo pros seus sócios, e que continue assim, cada vez melhor. Já faz uns 16 ou 17 anos que trabalho com eles, eu me associei por causa do pai que é sócio desde que fundou a cooperativa, ambos trabalhamos só com a Credija, e devido a ser uma cooperativa né, que é nossa. Uma cooperativa é bem diferente de um banco, faz de conta que é como se estivesse em casa. Precisando resolver uma coisa, a gente é bem atendido, se tiver que reclamar a gente vai lá e fala e resolve.*

ENTREVISTADO 6: *A Credija desde que eu fui um dos primeiros sócios em 1996, trabalhava com o Banco Sul Brasileiro, fui muito bem atendido, toda minha família, meus filhos, trabalham todos ali, o atendimento é rápido. Não tenho muito o que dizer, tudo o que sempre pedi fui atendido. A diferença em a Credija e o Banco do Brasil é o atendimento, que é bem mais rápido. Lá hoje o pessoal tava falando que no Banco do Brasil é muito mal atendida, tanto que o movimento maior é na Credija. De cooperativa em Jacinto tem a Cresol também, mas não sou chegado lá, já pediram*

pra abrir conta lá mas eu não quis, não vejo necessidade de estar em outro banco, nem meus filhos foram em outros bancos.

ENTREVISTADO 7: *Tem a cooperativa e A COOPERATIVA. A Credija ainda é uma cooperativa que está no caminho certo, o que não se vê em outras cooperativas. E se comparar com outros bancos, a cooperativa ainda sai na frente pelos serviços prestados. A Cooperja já foi uma cooperativa melhor, mas mudou bastante com o tempo. A Credija mudou alguma coisa, mas ainda está boa. Traz confiabilidade pro associado, o associado sabe que se precisar da cooperativa pode contar com ela. Como a cooperativa é dos associados, tem que dividir com eles, o que acontece todo ano. Tem cooperativa que pensa só em capitalizar, crescer, não pensa nos associados.*

ENTREVISTADO 8: *Pra nós ela foi uma sorte nossa, porque comparando com outros bancos, sempre sugaram nós, a cooperativa sempre nos ajudou. Hoje é que o Banco do Brasil tá voltando a querer a ajudar nós. Então em comparação aos outros bancos ela é bem melhor, atendimento e tudo. Sim, na cooperativa tem a valorização das pessoas, banco é particular, tu vai depositar, financiar e nunca vai ter retorno. Na cooperativa tu vai ter um retorno. Comparando com as outras cooperativas ela está bem também, pra mim, na minha visão ainda é a melhor.*

ENTREVISTADO 9: *Ela um pouco diferente dos outros bancos, pra tudo tem recurso, a gente hoje pra nós ela é uma mãe. Qualquer dúvida a gente liga pra lá e eles já resolvem por telefone, ou eles vem aqui, a gente é bem atendido por eles. Ela é bem diferenciada com o que a gente era acostumado com outros bancos. Menos burocracia, banco do brasil precisa de muita coisa. Em outras cooperativas quando o resultado é apresentando não tem muita transparência. Na Credija os dados são apresentados número por número, bem claro. A cooperativa é e trabalha pelos sócios. Os bancos trabalham para eles.*

ENTREVISTADO 10: *A cooperativa tá financiando bastante gente, tá buscando bastante gente ajudar. Eu e meu pai falamos bem da cooperativa, ele faz uns 15 anos*

que é sócio e eu 2 anos. Teve alguns atritos no passado, a gente sempre tirava custeio com a cooperativa, teve épocas muito difíceis e eles financiaram a gente. Ano passado eles negaram o custeio. Não sei se conta, questão de restrição e etc. A resposta deles foi porque o endividamento era alto, na época ficamos chateados. Acabamos conseguindo no Banco Brasil. Hoje só tenho a falar bem, precisei de um financiamento de uma esteira e eles financiaram. O atendimento é bom, até melhor que no Banco do Brasil. Ainda trabalho mais com Banco do Brasil, porque sempre trabalhei lá e o meu pai foi por causa depois da negativa no passado.

2. RESPOSTAS

ENTREVISTADO 1: *Eu gosto muito do Sicoob de modo geral, do pessoal que trabalha lá dentro. Não tenho nada a reclamar. Como sócio a vantagem maior é que tem a distribuição das sobras, em outros bancos a gente não tem isso. Todo ano é contabilizado as sobras e todos recebem, é diferente. É mais acessível o acesso ao crédito, juros melhores.*

ENTREVISTADO 2: *Eu sou sócio fundador da cooperativa. Fazia parte da diretoria da Cooperja. Começamos a pensar mais alto, fazer um banco que fosse do agricultor. Então fizemos uma assembleia e discutimos a questão. Entre uns 700 sócios que estavam na assembleia, uns 60 aceitaram. Pegamos algumas empresas, entramos com um pouco de arroz. Na primeira assembleia que fizemos, tínhamos que trazer mais pessoas pra cooperativa, assinávamos por eles, por confiança. No segundo ano trouxemos alguns arados, grades e outros implementos. No terceiro ano financiamos o primeiro trator, que foi o meu. Então era o que nós queríamos, a gente pegar o dinheiro e colocar em uma coisa que a gente visse. E hoje a gente tem orgulho do que se tornou a Credija. A gente vai lá na Credija, a gente se sente em casa. Então foi uma coisa muito boa que a gente fez aquela vez.*

ENTREVISTADO 3: *A gente tem contas em outros bancos, mas busca condicionar ali por ser melhor, e assim como a Cooperja, é da gente, dos produtores rurais. A gente tem esse sentimento de dono. E da abertura que a gente tem, os outros bancos não*

deixam a gente conversar, são secos, ali eles abrem um leque pra falar. A gente tá bem amparado, nos últimos anos, a gente nem espera e quando vê aumentam o nosso cheque especial. Então fica contente. A gente tem seguro de praticamente tudo. Nos outros bancos a gente é meio que imposto, ali na Credija a gente mesmo que procurou pra fazer.

ENTREVISTADO 4: *A gente se sente um pouquinho de dono, porque todo ano tem as sobras, que repartem com a gente. A gente se sente à vontade por estar lá dentro, ter contato com as pessoas, tando lá a gente tem esse espírito de ajudar, de contribuir com as outras pessoas, ela desperta esse lado em nós. Nós temos conta a 27 anos e nossos filhos também abriram conta já faz uns 8 anos.*

ENTREVISTADO 5: *Eu pra mim ser sócio da cooperativa é muito bom, ter o retorno no final do ano as sobras. Muita transparência, do dinheiro que eles investem, as assembleias que são muito bem explicadas e esclarecidas, pro associado entender bem. O atendimento é diferenciado, dão valor pro sócio, vem fazer atendimento em casa pra ver o que precisa, dentro da agência também. O aplicativo é uma ferramenta ótima, ajudou bastante, não precisar se deslocar, pagar boletos, fazer transferências, isso ajuda muito. Financiamento, seguro, cartão, consórcio, toda a movimentação de linha de crédito nós temos, principalmente as de agricultura.*

ENTREVISTADO 6: *Eu acho assim que não seria prejuízo nem mais uma atenção, a gente entrou como sócio naquela época, foi capitalizando e quando eu completei uns 60 anos eu recebi de volta, ficou alguma coisa ou outra. Então eu acho que ser sócio e ter capitalizado esse dinheiro foi importante, se fosse em outros bancos o dinheiro só teria saído. Participo de algumas assembleias, são bem realizadas, o povo vai porque gosta, não vejo ninguém falar de mal. Das sobras do ano passado pra esse ano, eles fizeram uma partilha que quem tinha menos capital recebeu mais, quem movimentava mais acabou recebendo menos. Acho que não tava certo. Esse ano foi diferente. Eles explicaram sobre isso aí. Sobre a administração acho que como tá aí hoje até melhorou, parece que com o Wolni fez um boa melhora, não sei se é porque talvez dê mais atenção.*

ENTREVISTADO 7: *A gente acha é bem-visto pela cooperativa, bem lembrados, não sei se é pela movimentação ou pagamentos certinhos. Por enquanto a cooperativa ainda olha pros associados. Se olhar pelo banco brasil não assim. Se tu tá indo bem os bancos estão contigo, se tu tá mal não é assim. A cooperativa tem que ajudar o associado, o que a gente não vê mais na Cooperja. Já conversamos com eles sobre isso. Na Credija, por enquanto está bem. Não é só a gente que fala bem, várias pessoas falam. Se sentem representados.*

ENTREVISTADO 8: *A gente se sente valorizado, a gente sócio se sente dono da cooperativa. Os funcionários também valorizam bastante. Não sei se eles atendem assim também quem não é sócio. De outros associado mais velhos acho que eles escutam alguma coisa, mas de mim que sou um sócio que nunca dei opinião, então não sei. Nunca participei de conselho, fiscalização e etc.. Eu não tenho nada o que reclamar, mas acredito que tenham alguns sócios que são mais privilegiados. Eles são mais ouvidos, que quando tem algo de propostas boas tem aqueles que são chamados primeiro.*

ENTREVISTADO 9: *As sobras, a gente recebe, nas assembleias já é apresentado que vai pra conta dos associados. Eles estão sempre, eles lembram da gente quando surge uma oportunidade, a gente tem uma parceira, um seguro de uma casa, de um trator, de uma casa, no custeio, a gente é bem atendimento. Se a gente fosse só mais uma conta não seria tratado assim. Sempre buscando trazer uma coisa melhor pra gente. A gente fica mais seguro por ter a Credija como uma parceira para investir em lavoura, trabalhamos mais seguros.*

ENTREVISTADO 10: *A cooperativa é diferenciada, na parte das taxas e juros, desde o cartão, talão de cheque, sem falar no retorno, as sobras no final do ano, os outros bancos não têm isso. Lá eles têm muita taxinha, na Credija não tem muito. Gosto das assembleias na comunidade, é bem explicado, bem detalhado. Com certeza a gente faz alguma diferença lá dentro. E se não fosse nós, os sócios ela não existia. A*

cooperativa é dos associados. As cooperativas são fundamentais pra nós que plantamos arroz, e elas são bem administradas.

3. RESPOSTAS

ENTREVISTADO 1: *Ela devia financiar mais, sempre com juros mais baixos, os menores que puderem, e como pagamento anual, porque quem tá na roça não tem pagamento mensal sempre igual, as vezes dá mais as vezes dá menos, varia conforme o preço da cultura.*

ENTREVISTADO 2: *Crescer ela já cresceu bastante, e vai continuar crescendo, e enquanto ela continuar crescendo vai ser bom pra nós. Assim como é na Cooperja. Que eles continuem favorecendo a gente. Ela foi criada como um banco do agricultor. Mas depois os empresários da praça conheceram e gostaram, entraram também. E graças a essas cooperativas que o colono continua, porque se dependesse do governo ou de outros bancos, seria mais difícil. Era o que tava precisando. A gente já precisou construir a casa pro filho e não tinha recurso na hora, e conseguimos com a cooperativa tranquilo. Eles trabalham para o agricultor.*

ENTREVISTADO 3: *Esperamos que continuem nos dando amparo, ultimamente está complicado, a gente tem caminhão na estrada. Então a gente espera que continue dando amparo, tocando a lavoura, dando emprego, continuar cada vez crescendo mais, e que a instituição cresça também. Em razão da economia, dos insumos, tá tudo complicado, está caro, complicado pra trabalhar.*

ENTREVISTADO 4: *A gente tá esperando, ainda não conseguimos, um seguro para os bananais. Para o futuro, a gente conversa, pra eles não bem certo ainda, então estamos aguardando. Estamos apanhando nos últimos anos. Já tivemos ajuda da cooperativa por meio de empréstimo. Eles têm um lado bem humano, questões de saúde, do tempo na lavoura, de ver como a gente está, não só cobrar. E que ela continue nessa evolução, que ela sempre continue assim, buscando coisas melhores pra nós, mais benefícios para os nossos associados.*

ENTREVISTADO 5: *Eu espero da cooperativa mais linhas de crédito, especialmente pra agricultura, pra construção de casas. Hoje, quem precisa é obrigado carta de juros mensal. O ideal seria se fossem juros anuais. Acho que é uma boa ideia investir em expansão, desde que cresça com os pés no chão, mostrando que sabe o que tá fazendo, investindo nos lugares certos. Não pode querer crescer e esquecer dos sócios, virar uma empresa. E que continue assim, atendendo bem o associado, com transparência, e cada vez melhor.*

ENTREVISTADO 6: *Que faça mais, por mim e pela família, que toque pra frente como tá. Eu trabalhei com ela dentro dos meus financiamentos, da nossa comunicação, dos nossos cheques que tinham pra pagar. Já financiei com eles casa, reforma de casa, maquinário, lavoura, seguro etc. Meu filho quitou o carro dele com a cooperativa faz poucos dias, não faz muito tempo. Minha filha tem uma reforma de casa em Sombrio também com a Credija.*

ENTREVISTADO 7: *Espero que continue trabalhando dessa forma, cada vez melhorando mais. A gente já entrou numa cooperativa de crédito pra estar participando junto, nos bancos a gente não consegue fazer isso. Poderiam fazer um juro mais em conta, porque recursos próprios eles têm. Tiveram lucros de milhões, não sei o que tem de capital pra isso, mas enfim, não sei como funcionam essas coisas. O atendimento está bom, até mesmo pelos aplicativos.*

ENTREVISTADO 8: *Não precisa muito, eu como não quero arriscar muito também não preciso de mais muita coisa. Não pode é piorar. Tenho custeio, seguro, consorcio, investimento, cheque, cartão e etc.*

ENTREVISTADO 9: *Eles oferecem o melhor produto, a melhor cotação de seguro, no custeio também já pegam o nosso nome cedo, pra hora que chegar estar bem encaminhado. A gente espera que continue assim, atendendo a gente bem, sendo bem administrada, buscando mais recursos, principalmente na crise. Depois que eu*

comecei a trabalhar com o banco só tenho a agradecer, vem sendo administrada, só tem a crescer.

ENTREVISTADO 10: *Espero que ela continue fazendo esse bom trabalho que ela está fazendo, continue evoluindo e crescendo. Se puder melhorar, com certeza. Olhar mais para o sócio e não tentar crescer tanto o patrimônio. A cooperativa não pode esquecer dos sócios. Conversar mais com o sócio, perguntar o que precisa, oferecer mais recursos, não procurar só construir.*

4. RESPOSTAS

ENTREVISTADO 1: *Os aplicativos te facilitam, dá de resolver tudo de casa, mas eu gosto de ir lá, tem coisas que o aplicativo não te diz. Nosso familiar tem mais de 70 anos e não pode assinar sozinho pra dar garantia. Quando acontece um caso de emergência, uma questão de saúde, acho que devia ser diferente, porque pra gente que é da roça é complicado. Se tivesse um investimento que tivesse um seguro que cobrisse a nossa lavoura também seria bom. Porque a dois anos atrás nós perdemos todo nosso bananal e o que nos salvou foi uma parcela de um investimento que tínhamos no Banco do Brasil. É acho uma coisa errada que mesmo tendo o nosso número salvo lá, quando a gente liga eles não passam informações sobre conta, saldo e etc.*

ENTREVISTADO 2: *Não tenho nenhuma crítica pra fazer, mas se tiver, tenho liberdade pra falar diretamente com eles. Eu sou transparente e sincero. E eles fazem de tudo pra gente.*

ENTREVISTADO 3: *Por enquanto eles estão ajudando a gente, servindo a gente como sempre serviram, que continuem assim. A gente não teve o que reclamar. Já tivemos problemas com seguro a uns 4 anos, um erro de um funcionário, seguro de custeio, tivemos um prejuízo bem grande. Foi por falta explicar melhor o produto, quando precisamos da indenização tivemos uma cobertura menor do que pensamos ter contratado. Mas tirando isso, está tudo resolvido. O atendimento, a explicação é*

uma das coisas mais importantes, que diferencia dos demais bancos. Questão de produto é menos burocrática, hoje. Antigamente, era bem mais burocrático. Se for pra melhorar, talvez juros melhores, que sempre é importante. Porque o atendimento é diferenciado, não acontece nos outros bancos, não tem amizade.

ENTREVISTADO 4: *A cooperativa ainda tem uma mentalidade machista. Ela está mudando, a gente comenta entre a gente, as mulheres. Precisa melhorar nesse sentido. Tá caminhando, já foi pior, devagarzinho. É uma evolução da modernidade. Precisa ter mais participação. O núcleo feminino já é um bom exemplo. Apesar que tem coisas que são assim por tradição e é melhor assim. Decisões, negócios, a visão até de alguns associados. As mulheres quando estão grávidas as vezes dão um transtorno, o que não acontece com os homens. Então tem sim que desenvolver, mas com calma, acompanhando o ritmo que a coisa anda. Para algumas situações, cargos, os homens estão mais disponíveis.*

ENTREVISTADO 5: *Satisfeito com tudo na verdade, por enquanto não tenho nada a reclamar. Tudo o que é pedido é atendido. Pra melhorar só mais linhas de crédito, procurar mais linhas de crédito pra quem mora na agricultura, pra construir uma casa. No passado em 2010 a gente quis financiar uma camioneta e não foi possível, mas eles explicaram muito bem pra nós e a gente entendeu. Naquele mesmo ano conseguimos financiar uma máquina. E no ano seguinte conseguimos financiar a camioneta que nós queríamos, então tudo certo no final.*

ENTREVISTADO 6: *Eu acho que no financiamento, os juros sendo uma cooperativa poderiam ser menores, uma casa, um carro e etc.. Poderiam ser melhores, considerando que é uma cooperativa e isso é para os associados. Hoje os juros são idênticos, até porque o recurso é do governo, mas por ser uma cooperativa tinha que ter um diferencial. Quando as coisas tá indo tudo bem, aonde vai é bem aceito, então é uma forma de ir tocando. Quando sai daqui e vai pra Sombrio, pra Gaivotá é bem atendido. Então acho que está expandindo por que tá tudo bem. Eu vejo pelo meu rapaz que é bom, não precisa tá se deslocando até sem necessidade, essa questão*

do aplicativo. Pra mim chegando lá sou atendido, converso com um ou com outro e depois vou embora, não interfere em nada.

ENTREVISTADO 7: *Atendimento tá bom, o local/ambiente está bom, o aplicativo que a gente usa tá bom. Referente seguro eles não tinham uma firmeza no preço, eles diziam pra ir ver com os outros e se tivesse um preço melhor eles veriam. Interessante fazer treinamento pra continuar atendendo cada vez melhor. O produtor rural são pessoas mais simples, precisam de um atendimento assim. Talvez mais transparência nos processos seletivos, quando tem eles chamam todo mundo, mas depois disso, as vezes alguém entra e a gente não sabe o porquê que aquela pessoa foi escolhida, quais foram os critérios pra seleção.*

ENTREVISTADO 8: *Pra mim acho que tá tudo bom. O atendimento tá bom, os produtos, o juros se puderem ser melhores, sei que a fonte é a mesma mas se der pra melhorar é bom. Pra nós não tem muito o que melhorar, pros sócios de hoje. Porque se querer crescer é assumir riscos. Mas se a gente fosse em outros lugares e tivesse a Credija ia ser bom. No passado achei errado que não teve eleição para colocarem o presidente. Hoje não tenho nada o que falar, tá indo bem.*

ENTREVISTADO 9: *Não tem nada que mudar, tudo o que precisa a gente é sempre bem atendido. No caixa, no rural, é sempre rápido. O aplicativo do celular que é muito bom, facilitou bastante. Evitou ter que ir lá, enfrentar fila e etc. A assembleias são bem explicadas. Poderiam avisar com antecedência das assembleias, porque das comunidades fomos avisados, mas da geral não. Também tem a questão inscrição para participar, que não sabíamos.*

ENTREVISTADO 10: *O que eu acho que tinha de mudar é o atendimento no caixa, as vezes a gente tem que esperar mais de uma hora, em Jacinto Machado nem tanto, mas em outros lugares passou disso. De bom, o atendimento tem continuar assim, do crédito não do caixa. Que tem que ter mais agilidade, atender mais rápido. O aplicativo ajustou a gente bastante, não preciso sair do interior, vir na praça pra pagar um boleto, uma transferência, algo assim a gente consegue fazer dentro de casa.*

5. RESPOSTAS

ENTREVISTADO 1: *Acho que no município ela emprega bastante gente, não é só pra nós, ela dá suporte pra bastante gente também. E quem é sócio e tá trabalhando lá deve preservar, não deve jogar fora. Trouxe bastante desenvolvimento porque trouxe vantagens, pra comprar as coisas. Ajuda bastante gente, escola do Arizona, parte social no caso. Eu tenho muito a agradecer. Cartão também, qualquer lugar do Brasil, a onde a gente vai é bem recebido e o cartão do Sicoob é sempre aceito. De uma forma geral ela ajuda em tudo.*

ENTREVISTADO 2: *Acho que as pessoas no nosso município têm orgulho de ser sócio da Credija. Hoje é uma das melhores coisas que tem no município. Começou pequeninha e hoje você vai em outros municípios e tem uma agencia da cooperativa. Uma coisa que está dando bastante segurança pro agricultor é o seguro da lavoura. A gente não planta muito, mas saber que está seguro a gente dorme mais tranquilo. E o crédito né. Sempre que a gente precisa tem. Cheque especial, cartão de crédito e etc. A Credija tá em tudo né, em evento, eles tão sempre ajudando. Trabalhei na igreja como presidente e tudo o que pedi eles sempre ajudaram. E um pouco também a transparência, é um livro aberto. Eles explicam, e tem que ser assim.*

ENTREVISTADO 3: *Contribui e muito, bastante. Entra aquela questão, a parte social que a Credija faz. A gente acompanha essas campanhas, de natal, Cooperjovem, tem o emprego também. Essa facilidade de abrir uma conta, o sócio mirim. Tem o sorteio do Credicap. Tem o crédito rural, pra nós do campo. Sem falar que é uma concorrência. Ela puxa muito associado, acho que todo associado de Jacinto Machado tem uma conta na Credija. A gente não fica dependendo do Banco do Brasil, do Bradesco, que os juros são maiores. Comparando com eles a Credija sempre foi melhor. Pro vale do Araranguá contribui muito, tanto que tá crescendo, tanto a cooperativa quanto a nossa região.*

ENTREVISTADO 4: *Ela ajudou muito a evoluir nosso município, e expandiu para os outros municípios, deu sustentabilidade pra economia de todos eles. Cresceram bastante. Também pelo lado social, ela ajuda as pessoas, sócios ou não. Projetos em escolas e etc.. Num todo ela contribui com a sociedade, economicamente, oportunidades de emprego, abre muitas portas. Para o nosso município que vive da agricultura, ela dá bastante assistência, a gente aprendeu em vários setores que a gente fica enriquecendo com cursos, palestras, tudo foi muito importante para o desenvolvimento dos municípios e das pessoas.*

ENTREVISTADO 5: *Eu acredito que ela contribuiu muito com a nossa região, aqui pra nossa comunidade pela briga pela nossa estrada, quando nós precisamos nós íamos lá no presidente e ele nos dava uma força, conversava com prefeito, deputado e etc. Pro município e região foi muito bom, enquanto ela vai crescendo o município vai crescendo também. E quanto mais sócios melhor, é sinal que tá tudo bem. A cooperativa é dos sócios. Muita gente que eu conheço trabalhava com outros bancos e hoje está só com a cooperativa. O atendimento, as sobras no final do ano, bem poucas taxas, só as necessárias. Facilidades de financiamento, menos burocracia. Acho que foi isso que chamou o pessoal pra cooperativa.*

ENTREVISTADO 6: *Pode ter, pelo crescimento tem que ter, porque se não fosse a cooperativa não estaria tão grande como hoje, com mais de 50 mil sócios. Se ela está aí é porque foi bom. E não vejo motivo ou alguém falar mal da cooperativa. Com a cooperativa foi melhor até que se tivesse outro banco qualquer, não adianta bater ir atrás do Banco do Brasil, que se eles não mexer aquilo ali vai cada vez pior. Não tem ninguém pra atender ali, não tem um caixa, quando tem as vezes tá até tomando café. Na Credija, pelo sócio que for financiar, não só a agricultura, é bem melhor atendido, tem gente pra atender.*

ENTREVISTADO 7: *Com certeza, contribui pro crescimento de todos, se a gente não tivesse eles pra financiar a lavoura, talvez a gente não conseguisse. No momento financiar um carro e etc. O crédito possibilita que a gente cresça, financia, paga dívida e continua. Pra questão do emprego também foi importante.*

ENTREVISTADO 8: *Ela auxilia muito nos investimentos, e continua ajudando. Se não fosse ela, a gente estaria ainda naquele mundinho. Nós estaríamos no passado, não teria desenvolvimento, principalmente para a agricultura. Porque antes não se tinha interesse de ajudar, e a Credija veio pra abrir esse espaço. Foi criada através Cooperja, por agricultores, e eles valorizam os agricultores. E gera desenvolvimento em crédito, deu mais oportunidades e facilitou bastante as coisas. Ajuda com projetos sociais, cooperjovem, o negócio das arvores pra plantar. As vezes quando é solicitado eles ajudam as comunidades, doações de computadores nas escolas, cestas básicas e etc. Mas as vezes é pouco divulgado, quem tá na praça as vezes sabe mais, quem mora no interior custa mais a saber.*

ENTREVISTADO 9: *Teve sim, nas assembleias, a viu que ela buscou recurso pra nós, pra algumas indústrias ela evitou de quebrar, pequenos negócios foram abertos por causa da cooperativa. Um outro banco normal, a gente tira financiamento, paga juro e deu. Na Credija a gente recebe retorno no final do ano. Tem crédito pra investir em maquinário. Consegue adquirir mais coisas e crescer. Desde a época que foi fundada por poucas pessoas num barraco, e hoje muitas pessoas estão usufruindo de tudo isso.*

ENTREVISTADO 10: *Sim, bastante, hoje quanto crédito que a cooperativa gera para as pessoas. Gerando crédito para as pessoas gera para o município. Em Jacinto Machado é carro chefe, comparando com os outros bancos. É a que tem mais sócios no município, que mais pessoas que movimentam. É difícil quem é de Jacinto Machado e não tem conta no Sicoob. Por tudo, é uma cooperativa bem falada, bem visada. É uma cooperativa bem administrada, nem se compara com outros bancos. Gera bastante emprego.*